

Jarbas Vargas Nascimento

Organizador

ANÁLISE DE DISCURSO



CULTURA E ANÁLISES DE DISCURSO

Blucher Open Access



CULTURA E ANÁLISES DE DISCURSO

SÉRIE DISCURSO E CULTURA
VOLUME 7

Blucher



DISCURSO
CULTURA

CULTURA E ANÁLISES DE DISCURSO

SÉRIE DISCURSO E CULTURA
VOLUME 7

Jarbas Vargas Nascimento
Organizador

Cultura e Análises de Discurso - Série Discurso e cultura - volume 7

© 2024 Jarbas Vargas Nascimento (*organizador*)

Editora Edgard Blücher Ltda.

Comissão Científica

Prof. Dr. André Lopes

Prof. Dr. Anderson Ferreira

Prof. Dr. Cândido Ferreira de Souza Júnior

Prof. Dr. Carlos Alberto Baptista

Profa. Dra. Izilda Maria Nardocci

Prof. Dr. Jarbas Vargas Nascimento

Prof. Dr. Jonatas Eliakim

Profa. Dra. Lorena Maria Nobre Tomás

Prof. Dr. Márcio Rogério de Oliveira Cano

Prof. Dr. Mário Acrísio Alves Júnior

Profa. Dra. Micheline Mattedi Tomazi

Prof. Dr. Ramon Chaves

Prof. Dr. Ricardo Celestino

Profa. Dra. Rosângela Carreira

Imagem da capa iStockphotos

Blucher

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Rua Pedroso Alvarenga, 1245, 4º andar
04531-934 – São Paulo – SP – Brasil
Tel.: 55 11 3078-5366
contato@blucher.com.br
www.blucher.com.br

Cultura e Análises de Discurso : Série
Discurso e Cultura / organizado por Jarbas
Vargas Nascimento. -- São Paulo : Blucher,
2024.
206 p. (Série Discurso e cultura ; vol. 7).

Bibliografia

ISBN 978-65-5550-309-8

1. Análise do discurso 2. Cultura 3.
Igualdade social e de gênero I. Nascimento,
Jarbas Vargas II. Série.

24-5087

CDD 401.41

Segundo o Novo Acordo Ortográfico, conforme 5.
ed. do *Vocabulário Ortográfico da Língua
Portuguesa*, Academia Brasileira de Letras, março
de 2009.

É proibida a reprodução total ou parcial por
qualquer meios sem autorização escrita da editora.

Todos os direitos reservados pela Editora Edgard
Blücher Ltda.

Índice para catálogo sistemático:

1. Análise do discurso

Conteúdo

Apresentação	7
Jarbas Vargas Nascimento	
A cultura como constituinte dos processos de discursivização	13
Jarbas Vargas Nascimento	
A cultura, o discurso e a manutenção das relações assimétricas de poder em questões de gênero social	35
Ariel Sessa	
Micheline Mattedi Tomazi	
A paratopia, a desterritorialização e a cultura da poética ciborgue nos discursos artísticos de Edgar Franco <i>Ciberpajé</i>	63
Ricardo Celestino	
“Mas ninguém vai ajudar um homem”: a argumentação dos afetos na cultura <i>red pill</i>	93
Ramon Silva Chaves	

A construção do estereótipo feminino em
editoriais de revistas contemporâneas: em busca
da equidade e igualdade de gêneros em uma cultura de paz 125

Maria Lúcia C.V. de O. Andrade

Lucimar Regina Santana Rodrigues

Uma abordagem sociocognitiva do discurso e
sua interface com questões culturais 147

Paula Pinho Dias

Práticas discursivas indígenas vivenciadas
por sujeitos da cultura tupiniquim 175

Adriana Recla

Sobre os autores 203

Apresentação

Neste livro, os autores exploram o intrincado entrelaçamento entre as múltiplas abordagens discursivas e as dimensões culturais, evidenciando a relevância e a urgência dessa interseção nas análises das práticas sociais contemporâneas. Em uma era onde as práticas e os significados culturais se encontram em constante transformação, compreender como o discurso molda e é moldado por essas dinâmicas torna-se essencial para qualquer análise crítica das sociedades modernas.

A Linguística do Discurso e as Análises de Discursos em suas diferentes abordagens fornecem uma lente poderosa para examinar não apenas como os sujeitos e os grupos sociais se comunicam e constroem a realidade, mas também como essas construções discursivas influenciam e são influenciadas por questões culturais específicas. Ao longo deste livro, apresentamos uma série de estudos e análises que ilustram como as práticas discursivas se entrelaçam com as identidades culturais, as tradições e as ideologias predominantes, revelando assim o papel crucial que o discurso desempenha na formação e na transformação das práticas sociais.

A noção de cultura é extremamente abrangente e multifacetada. Tradicionalmente, a cultura é entendida como um conjunto de práticas, crenças, valores, símbolos e tradições que caracterizam um grupo

social. No entanto, esse conceito é apenas o ponto de partida para uma compreensão mais profunda e complexa de *cultura*. Na verdade, a cultura não se limita a artefatos ou tradições, mas também inclui as práticas cotidianas e os modos de vida que as pessoas adotam. Ela é dinâmica e muda ao longo do tempo, refletindo e moldando mudanças sociais e políticas.

A cultura é essencial para a construção da identidade individual e coletiva, pois fornece dados das condições nas quais os sujeitos e grupos definem quem são, como se relacionam com os outros e como interpretam o mundo ao seu redor. A noção de cultura também está ligada às relações de poder, na medida em que ela pode ser usada para manter ou desafiar estruturas de poder, pois a produção e o controle cultural muitas vezes refletem desigualdades e tensões sociais.

Nosso objetivo é oferecer uma compreensão aprofundada de como o discurso e a cultura interagem, e como essa interação pode fornecer *insights* valiosos para a análise crítica das práticas discursivas. Este trabalho é destinado tanto aos acadêmicos quanto aos interessados em compreender melhor as complexas relações entre linguagem, cultura e sociedade, proporcionando ferramentas e perspectivas que são indispensáveis para a investigação de fenômenos sociais contemporâneos.

O texto inicial, *A cultura como constituinte dos processos de discursivização*, de Jarbas Vargas Nascimento, reflete sobre a urgência de integrar a categoria cultura na Linguística do Discurso e nas Análises de Discurso pois, embora tenha crescido o interesse pelas questões culturais por analistas de discursos, é preciso apropriar rigorosamente desse conceito e ampliar esse espaço de debate nas investigações discursivas, que fora secundarizado, considerando-a como um estopim para repensar as atuais práticas discursivas. Em seguida, *A Cultura, o discurso e a manutenção das relações assimétricas de poder*

em questões de gênero social, de Ariel Sessa e Micheline Mattedi Tomazi, discute sobre o papel da cultura patriarcal em discursos que desvelam a manutenção das relações assimétricas de poder, fundamentados nos Estudos Críticos do Discurso, com base em van Dijk, como forma de aporte teórico-metodológico. Na verdade, os autores refletem sobre a problemática social de uma sociedade regida pela rígida prática social machista e sexista, baseada na cultura patriarcal, mesmo diante da pluralidade de gêneros sociais e sexualidades. Isso ocorre quando um mundo não mais binário é ainda desqualificado por um modelo que, além de oprimir, engessa comportamentos abusivos e promove práticas sociais tanto violentas, quanto criminosas em nome do padrão imposto pelo patriarcalismo.

O terceiro capítulo, intitulado *A paratopia, a desterritorialização e a cultura da poética ciborgue nos discursos artísticos de Edgar Franco Ciberpajé*, de Ricardo Celestino, reflete sobre um processo cultural de territorialização, isto é, como os espaços sociais são organizados e delimitados, criando territórios definidos, que não se restringem apenas ao espaço físico, mas também a espaços simbólicos, culturais e sociais. A territorialização envolve a criação de limites e a atribuição de significados a esses espaços.

O quarto capítulo intitulado “*Mas ninguém vai ajudar um homem*”: a argumentação dos afetos na cultura *red pill*, de Ramon Silva Chaves, coloca em debate os liames da constituição argumentativa do discurso *red pill* dentro de sua lógica cultural. Esse discurso surge como fenômeno recente na esfera virtual de comunicação, mas que escapa para ambientes *off line*, reproduzindo comportamentos do que esse grupo considera ser masculino. O *corpus* que constituímos reúne recortes do discurso extraído de um podcast, formato de programa de entrevista para internet.

Na sequência, *A construção do estereótipo feminino em editoriais de revistas contemporâneas: em busca da equidade e igualdade de gêneros em uma cultura de paz*, de Maria Lúcia Cunha Victório de Oliveira Andrade e Lucimar Regina Santana Rodrigues, analisa a imagem construída das mulheres nos editoriais de revistas que trazem discursos com foco na equidade e igualdade de gêneros, contudo apresentam a mulher por meio de estereótipos e pelas multitarefas pelas quais ela também é responsável, utilizando expressões e atributos que convergem com a imagem preconceituosa que se instituiu sobre a mulher. O *corpus* selecionado consiste em dois editoriais de revista, publicada pelo Conselho Regional da Administração, em 2017 e 2018.

No capítulo seguinte, intitulado *Uma abordagem sociocognitiva do discurso e sua interface com questões culturais*, de Paula Pinho Dias, após situar os principais pressupostos da Análise Crítica do Discurso e da vertente sociocognitiva postulada por van Dijk, desenvolve seus postulados, articulando ao conceito de discurso noções sobre contexto sociocognitivo, memória, conhecimento e crenças, cultura e ideologia - enquanto formas de conhecimento, que norteiam as experiências e as representações sociais dos indivíduos no mundo.

Por fim, *Práticas discursivas indígenas, vivenciadas por sujeitos da cultura Tupiniquim*, de Adriana Recla, reflete sobre o papel de práticas discursivas indígenas, vivenciadas por sujeitos da cultura indígena tupiniquim, localizada no município de Aracruz, no estado do Espírito Santo. O propósito evidenciar as relações interdiscursivas, as formas de manifestações culturais, as representações de tradição e os traços histórico-socais presentes na organização de prática discursiva indígena e os efeitos de sentido que dela emergem.

Esperamos que a publicação e socialização das discussões apresentadas nesse livro possam contribuir para o debate que insere a cultura nas análises de múltiplas práticas discursivas em circulação em nossa sociedade. Outras perspectivas são lançadas no/sobre o dis-

curso no sentido de que a cultura se insira e manifesta-se em análises de práticas da atividade social, que estão disponíveis tanto a quem a produz, quanto aos outros seres humanos, como sujeitos de um universo comum.

Jarbas Vargas Nascimento

Organizador

A cultura como constituinte dos processos de discursivização

Jarbas Vargas Nascimento

Considerações iniciais

Um dos consensos das teorias discursivas contemporâneas é de que as diferentes práticas sociais em circulação em nossa sociedade têm uma dimensão cultural (Hall, 1997). Hoje, graças aos avanços dos estudos discursivos e dos estudos culturais, a dimensão cultural atinge vários campos do conhecimento, haja vista aqueles que abordam novas formas de territorialidade, sujeitos com diversas motivações e múltiplas orientações, o surgimento de novas identidades, a valorização de identidades étnicas, novas modalidades educacionais, o avanço das tecnologias, entre outras. No entendimento de Hall (1997), desde o século XX, as questões culturais fundamentam discussões sobre a organização da sociedade pós-moderna, enfocando principalmente o desenvolvimento do meio ambiente global e os recursos econômicos.

Isso significa que os efeitos de sentido resultantes e materializados em eventos linguísticos constitutivos das práticas discursivas, partilhadas por inúmeros grupos sociais, devem ser apreendidos sob a ótica de questões culturais e nas condições sócio-históricas nas quais eles se inserem. Embora tenha crescido o interesse por questões culturais no interior da Linguística do Discurso e das Análises do Discurso, é preciso recuperar, apropriar e ampliar esse espaço de debate, que fora secundarizado nas investigações sobre o discurso, considerando-as, criteriosamente, como um estopim para repensar as atuais práticas discursivas.

A Linguística do Discurso e as Análises dos Discurso – não equivalentes Maingueneau (2007) –, como disciplinas intelectuais e científicas, tornam-se institucionalizadas, na medida em que adquirirem legitimidade social e epistemológica pela inserção de mecanismos que garantam a sua autonomia institucional e reivindique objetividade. Além disso, faz-se necessário que exerçam uma função crítica e que tratem das questões que envolvam a reflexão sobre o sentido das coisas e da vida. Os estudos discursivos são teoricamente embasados por três principais mecanismos: a linguagem, o sujeito e as condições culturais e sócio-históricas.

Devemos, então, conceber a cultura como uma construção histórica constitutiva do discurso, uma vez que ele não poder ser apreendido como um evento isolado da cultura, principalmente por ser um produto da história cultural dos seres humanos. O homem é um artefato cultural porque nossas ideias, nossos valores, nossos atos, até mesmo nossas emoções são, como nosso próprio sistema nervoso, produtos culturais (Geertz, 1989).

Durante o século XX, o debate de questões culturais torna-se relevante, na medida em que se perceberam que a apropriação de determinados conceitos de cultura começou a influenciar a organização e a estrutura da sociedade, principalmente no que se refere ao

desenvolvimento do meio ambiente global e os recursos econômicos. *Os meios de produção, circulação e troca cultural, em particular, têm se expandido, através das tecnologias e da revolução da informação* (Hall, 1997, p. 2). Ademais, a revolução da comunicação e da informação é *um sintoma de uma revolução mais profunda, indicadora útil de uma avalanche cultural e mental que nos conduzirá, em última instância, a uma remodelação coletiva das verdades e valores básicos* (Quéau, 1998, p. 3). Essas questões nos permitem examinar o discurso que, sob esse olhar, visa a materializar as normas culturais, julgadas validadas e essenciais para uma determinada sociedade. Por isso, entendemos que a cultura reflete comportamentos, crenças, costumes, suposições e valores e, além disso, faz com que compreendamos o mundo sob a ótica de nossa cultura, que molda nossa visão da realidade, garantindo ao discurso uma função documental (Boas, 2004b).

Do ponto de vista histórico, observamos que os fenômenos culturais não são estáticos, pois se modificam, de tempo em tempo, a fim de ordenar a realidade humana e padronizar as relações entre os sujeitos em sua vida coletiva. As mudanças culturais são, por conseguinte, sempre constantes, causadas principalmente, por determinações, que interferem no desenvolvimento dos seres humanos e são marcantes nossas sociedades. Dentro desse panorama, que nos autoriza a inserir a cultura na negociação de efeitos de sentido do discurso, ela se torna indispensável às disciplinas que operam o discurso, na contemporaneidade, e deve ser assumida como uma categoria essencial, isto é, como constituinte dos processos de discursivização.

Se forem válidas nossas observações anteriores, elas nos impulsionam a admitir que a cultura integra uma problemática, que testemunha a materialização de comportamentos e conhecimentos da vida em sociedade, de modo que nos possibilita também conceber o discurso como uma institucionalização das atividades socioculturais. Na verdade, com esse entendimento, queremos confirmar que o discurso assume uma função documental na representação do

mundo e dos grupos sociais, pois que mobiliza a cultura por meio da linguagem, tornando-a um mecanismo real, ou seja, uma espécie de passagem obrigatória de acesso à realidade. Essa discussão, com ênfase na representação da cultura no discurso, propõe nos ajudar a refletir sobre nossa própria realidade humana. A cultura é, em outras palavras, capaz de objetivações, isto é, ela se manifesta em práticas da atividade social, que estão disponíveis tanto a quem a produz, quanto aos outros seres humanos, como sujeitos de um universo comum. Se avaliarmos que reconstruímos o mundo social por meio do discurso, podemos deduzir que o discurso materializa aspectos desse mundo e é um veículo de proposição de eventos culturais.

Com base nas reflexões que fizemos até aqui, nesse capítulo, examinamos a relação entre discurso e cultura, considerando o discurso um dispositivo cultural, na medida em que a cultura molda as práticas sociais, para negociar múltiplos efeitos de sentido no processo analítico. Assim como diferentes disciplinas linguísticas coexistem sob diferentes perspectivas, a Linguística do Discurso e as inúmeras abordagens das Análises do Discurso, embora com epistemologias e procedimentos metodológicos próprios (Maingueneau, 2007), elas não podem se institucionalizar, se negligenciarem a dimensão cultural das práticas sociais, seu objeto de estudo. Parece-nos que, no amplo leque de abordagens discursivas, um empenho na relevância do papel da cultura pode contribuir substancialmente para o avanço nas pesquisas sobre o discurso.

Faz-se necessário compreender, também que, no exame de diferentes gêneros de discursos, tenhamos conhecimento das condições sócio-históricas e culturais de sua produção e circulação, das quais fazem parte todos os seres humanos e tudo que nos cerca, pois a cultura especifica e exprime os processos, regras, padrões, crenças e valores com os quais necessariamente o mundo se organiza. Na realidade, a cultura é essencial para a sobrevivência dos grupos sociais; por isso, todas as práticas sociais materializam uma dimensão cultural (Hall,

1977). Isso significa que a cultura longe de ser uma produção humana qualquer, ela é constitutiva dos seres humanos e de suas práticas sociais. Neste sentido, vale salientar que o discurso não deve ser considerado hermético, nem pertencente ao sujeito que o enuncia, porque nele tudo se constitui na interdiscursividade e na interculturalidade. Há nisso uma preocupação fundamental, pois que as epistemologias discursivas atuais não possuem um território interior soberano; *elas estão inteiramente e sobre uma fronteira, olhando para o interior de si, olho nos olhos do outro ou através dos olhos do outro* (Maingueneau, 2005, p. 33).

No campo dos estudos linguístico-discursivos e culturais, nosso estudo busca seu suporte teórico nas pesquisas de alguns autores, com destaque para Hall (1997), Bauman (2012), Boas (2004a, 2004b), Guilhaumou (2005). Maingueneau (2007, 2015) especificamente as discussões que fazem sobre as bases fundadoras do emprego do conceito de cultura na sua dimensão social, principalmente na sua abordagem discursiva, na qual uma das suas funções é determinar as práticas sociais, ordenar o ambiente humano e padronizar as relações entre os sujeitos. Para os objetivos desse capítulo, torna-se suficiente mencionar o papel dos fenômenos culturais como constitutivos das abordagens discursivas e reconhecermos o quanto as ideias veiculadas pelas práticas sociais integram a consciência particular e coletiva dos seres humanos. Na verdade, cultura e discurso não são apenas conceitos interligados, mas mecanismos que se entrelaçam e moldam um ao outro de maneiras complexas e dinâmicas.

Tendo em vista nossos propósitos, a primeira parte do capítulo apresenta aspectos da história da virada discursiva, enfocando, de modo particular, os avanços dos estudos discursivos e sua importância na atualidade e nas diferentes abordagens discursivas. A segunda parte faz um levantamento e discussão do conceito de cultura em diferentes autores e sua importância na epistemologia das múltiplas

abordagens das Análises do Discurso. Por fim, as considerações finais retomam a relevância de inserção da dimensão cultural nas pesquisas que abordam o discurso. Não é possível no exame de discursos em circulação em nossa sociedade, negligenciar a cultura, como categoria, pois amplia o olhar do analista, contribuindo para o desenvolvimento de sua capacidade crítico-analítica.

A virada discursiva e os avanços dos estudos discursivos

Com o avanço dos estudos linguísticos, mais particularmente, com a virada discursiva, a Linguística sentiu-se abalada em suas bases epistemológicas, até então marcadas pela competência linguístico-comunicativa, que privilegiava as relações que as unidades linguísticas estabeleciam entre si. (Dubois et al., 2004). Essa tendência linguística se preocupava somente com a análise daquelas unidades, ou seja, os estudiosos se interessavam em investigar a frase e seus constituintes, destacando somente as combinações dos componentes frasais. Dentre essas abordagens de pesquisa, estão o estruturalismo e o gerativismo linguístico, propostos, respectivamente, por Saussure (1857-1913), Bloomfield (1887-1949) e Chomsky (1928).

Embora julguemos necessário traçar, de modo, no mínimo abrangente, um percurso da virada discursiva, vamos recorrer a Guilhaumou (2005), que recupera o itinerário dos historiadores do discurso e estabelece um amplo panorama da Análise do Discurso, uma disciplina de entremeios, ou seja, um campo de pesquisa situado na fronteira de várias disciplinas, sendo marcado por sua ancoragem na Linguística e na Comunicação. A partir da década de 1960, na França, pesquisadores como Michel Foucault, Jacques Lacan, Michel Pêcheux, Jean Dubois se debruçaram sobre aspectos de construção de sentidos por meio de análises de *corpora* baseados em diferentes tex-

tos. Muito embora as pesquisas desenvolvidas por esses estudiosos visassem a *corpora* diversos, um eixo comum começa a ser estruturado: a fronteira entre a materialidade linguístico-textual e a constituição sócio-histórica dos enunciados.

Segundo Guilhaumou (2005), as abordagens discursivas assumem, a partir dos anos 1990, credibilidade acadêmica, depois de ter sobrevivido às indiferenças intelectuais, que as marginalizaram nos primeiros anos de sua fundação. Entretanto, na década de 1980, sob sua liderança, Michel Pêcheux e outros pesquisadores, preocupados com a proposta inicial da Análise do Discurso de linha francesa (AD) – sua tradição francesa explica-se pelos interesses dos pesquisadores de campos muito diferentes em um mesmo objeto, o discurso –, retomam-na no sentido de demarcar melhor seu *status quo* e fixar limites de sua perspectiva de análise em relação à Linguística, à Filosofia da Linguagem, à linguística Textual, à Análise da Conversação etc.

A publicação do Dicionário de análise do discurso, de Charaudeau & Maingueneau (2002), segundo Guilhaumou (2005) estabelece, com genialidade, o panorama do campo de pesquisa da AD, pois consideram essa disciplina por meio de suas múltiplas interconexões e não no interior de um movimento unificado. Esses autores, com a publicação do Dicionário de Análise do Discurso demarcam o surgimento de uma disciplina que abandonara sua dimensão crítica inicial, a fim de estender-se ao conjunto de todas as produções verbais. Além disso, os autores do dicionário pretendem argumentar sobre a estabilização da AD, no interior das disciplinas linguísticas, cuja marginalização de seu valor crítico inicial, dera-lhe um lugar de interrogação e de experimentação. O fato de buscarmos o evento inaugural da AD, mostra-nos a importância de recuperar a fundação da AD e sua inscrição na história dos estudos discursivos. Guilhaumou (2005), de sua parte, examina, por conseguinte, o dicionário, privilegiando sua comparação, no sentido de sua complementaridade e seus limites.

Maingueneau (2015) propõe um panorama histórico da gênese dos estudos do discurso e das disciplinas que e interessam pelo discurso, sugerindo que o histórico da AD só poderia ser linear, *caso restringisse o estudo a determinadas correntes* (Maingueneau, 2015, p. 15). Assim, o que ele apresenta é um estudo crítico das condições científicas das Ciências Humanas e Estudos Culturais, bem como a Lingüística, capazes de acomodar os estudos do discurso e suas problemáticas. Trilhando por esse caminho, Maingueneau percorre caminho que distingue, inicialmente, a Linguística do Discurso e uma sua disciplina, a AD. Desse modo, revisita a AD, como um procedimento teórico-metodológico, por meio de conceitos discutidos em outros momentos de sua produção intelectual, delineia o panorama planejado e aponta a constituição de *corpora* de interesse da para a AD. Ademais, dirige-se ao relato do percurso histórico da disciplina e dos estudos do discurso, dedica-se aos espaços de manifestação do discurso e debruça-se sobre a topografia do discurso, objeto da AD. Por fim, Maingueneau justifica o desenvolvimento da disciplina, porque diferentemente da Linguística do Discurso e outras Análises do Discurso, a AD nasceu da confluência de diferentes disciplinas, que compartilhavam como ela o interesse pelo discurso.

Decerto, a AD foi observada mais como expressão utilizada por diferentes autores do que como uma disciplina. Isso se deveu ao fato de que a expressão “análise de discurso”, utilizada pela primeira vez por Zellig Harris (1952), o discurso seria uma unidade linguística constituída de frases. Seu propósito *era estabelecer padrões de recorrência dos elementos linguísticos de tal modo que podemos não saber o que o texto está dizendo, mas podemos descobrir como está dizendo* (Faraco, 2003, p. 2). Para Harris, as orientações metodológicas propostas para análises de sentença bastavam também para exame de mecanismos que vão além da frase. Com isso, segundo Faraco, Harris

preserva o pressuposto distribucionalista dos níveis e garante uniformidade metodológica para sua proposta, o que

revela uma certa prudência em não multiplicar o que não precisa ser multiplicado. A Análise do/de Discurso (AD) não seria para Harris, portanto, um novo método, mas a expansão do velho método a um novo objeto, objeto que, no fundo, se distingue do velho objeto apenas na sua extensão. Continua sendo um objeto recortado no estritamente linguístico e analisado exclusivamente em sua imanência. A AD seria uma análise apenas intralinguística (Faraco, 2003, p.2).

Assim, devemos notar que, para Harris, de um lado, o discurso seria uma unidade linguística constituída de frases, garantidas por elementos extralinguísticos. A expressão utilizada por Harris, inaugura o emprego de Análise do Discurso, em um uso muito diferente da noção de discurso que utilizamos, na atualidade. Por outro lado, para Maingueneau (2015, p. 24), o termo discurso é entendido *como nas oposições entre “discurso e frase”, “discurso e língua” e “discurso e texto”*. Desse modo, discurso é uma unidade particular carregada de efeitos de sentido e aparelhado de mecanismos linguísticos e outros externos a ele.

Embora o termo discurso esteja associado à Linguística, esse objeto, como apontamos acima, não se limita unicamente a ela, tendo sido assumido pelas Ciências Sociais, a Antropologia, a Psicologia, a Filosofia, entre outras áreas do conhecimento. Por isso, a AD se constitui pelo atravessamento de sua própria condição inter, trans e multidisciplinar, tornando sua epistemologia complexa, na medida em que dialoga com diferentes disciplinas, simultaneamente. Assim, entendemos a AD e as diferentes disciplinas, que assumem o discurso como seu objeto, com condições de inserção em suas epistemologias da dimensão cultural, pois ela se relacionam intimamente com a história para organizar as práticas sociais.

O fato de a AD se organizar com uma disciplina fronteira implica não ter *corpora* concebidos *a priori* pois, na abordagem de Main- gueneau, o *corpus* se constitui nos limites da disciplina, ou seja, não podemos afirmar que o objeto discurso, que tem dois grandes campos semânticos – o do funcionamento estrutural e o da realidade sócio-histórica – possa, ao ser examinado sob o perspectiva da Linguística, tenha o mesmo ponto de vista da Psicanálise ou da Psicologia ou dos Estudos Sociais, entre outros. A polissemia do termo discurso se funda pela/na necessidade de entendermos que os *corpora* não estão dados a nenhuma disciplina, mas são constituídos pelos analistas e formulados pelos alcances e limites das disciplinas com as quais se filiam. É muito importante acentuar que essa negociação entre constituição dos *corpora* e os limites da disciplina é exercida pelo analista do discurso, pois é ele quem assume, como condição do processo analítico, o fato de estabelecer os *corpora* por meio de fronteiras entre campos e configurá-los com base em fronteiras de outros campos do saber. Reforça o que acabamos de mencionar o que diz Johnstone, (2008, p. 20): *o material com o qual trabalha o analista do discurso é constituído de dados efetivos de discurso, que são às vezes designados como corpora.*

As implicações de ordem teórico-metodológicas como discorre Nogueira (2008) ajudam-nos a situar a AD e, por extensão as demais Análises do Discurso no espaço das investigações, que apreendem o discurso como objeto de estudo. Por isso, os estudos discursivos são uma alternativa às perspectivas nas quais essas metodologias estão inseridas, ou seja, é uma alternativa às perspectivas epistemológicas discursivas atuais. Com foco nessa abordagem, a autora postula:

No entanto, apesar de todo este crescimento e desenvolvimento não existe uma configuração ou explicação geral sobre a forma como as teorias e os métodos da AD podem ser aplicadas. É importante referir desde já que a AD é simultane-

amente Teoria e Método(s). Implica uma perspectiva sobre a natureza da linguagem e da sua relação com questões centrais das ciências sociais. Mais especificamente, a AD representa um conjunto relacionado de abordagens ao discurso, que acarretam não só práticas de recolha de dados e de análise questões metodológicas, mas também um conjunto de assunções metateóricas e teóricas. Por exemplo, a recolha dos dados e a análise são uma parte vital da AD mas, por si só, não constituem a sua globalidade. Enquanto método tem semelhanças com outras abordagens qualitativas e sob o rótulo geral de AD tem-se estudado temas tão diversos como as interações quotidianas, a memória, o pensamento, as emoções assim como problemas sociais como a exclusão social, o gênero ou o racismo (Nogueira, 2008, p. 6).

O conceito de discurso e de Análise do Discurso, em suas diferentes abordagens, têm se revelado muito produtivos no estudo e no entendimento das práticas sociais. Embora cada uma das abordagens, diferentes em muitas dimensões, tais como as condições de emergência, de circulação, as estratégias de produção ou de interpretação e, particularmente diversidades metodológicas, elas oferecem perspectivas únicas sobre como o discurso é produzido e examinado, além de todas elas impactarem a realidade social.

Discurso e cultura

De início, podemos nos questionar sobre o motivo de trazer a debate a cultura e buscar integrá-la nas teorias do discurso. Não resta dúvida de que as questões culturais sempre foram necessárias à compreensão das práticas discursivas. Ainda que as ciências humanas e sociais

reconhecessem a importância da inserção da cultura em suas epistemologias, o mesmo não aconteceu abertamente nos estudos da linguagem e do discurso. De qualquer forma, a inclusão das dimensões culturais nas Análises do Discurso contribui para assegurar que todas as práticas discursivas expressam e negociam efeitos de sentido que, por consequência, se definem como espaços de significação.

Como observamos, partimos do pressuposto de que discurso e cultura estão intrinsecamente interligados, cada um moldando e sendo moldado pelo outro em um ciclo contínuo e simultâneo. A relação entre discurso e cultura aspira a um consenso mais rigoroso e responsável dos analistas do discurso. Por sua vez, nosso objetivo, nesse capítulo, não é propor uma síntese dos diferentes debates em torno da relação discurso e cultura; propomo-nos somente colocar a questão e reforçar a ideia do debate. Se há, realmente, uma intrínseca relação de concordância da interligação entre esses dois termos, há, também, uma percepção de que a cultura é constitutiva dos estudos discursivos como categoria que os integra.

O discurso é, sem contestar, um reflexo das estruturas culturais que moldam nossa sociedade. Em suas múltiplas formas – oral, escrita, visual ou digital – o discurso não apenas exterioriza informações, mas também contempla e reforça as dimensões como a linguagem, os valores, normas, rituais, costumes e posicionamentos de uma realidade social. Por isso, para compreendermos a profunda relação entre discurso e cultura, é essencial considerar que o discurso é um veículo por meio do qual a cultura se expressa e perpetua-se. Para comprovar a efetividade da relação discurso e cultura integram esse universo as diferentes práticas sociais, enunciadas, a todo momento, por seres humanos em interação com outros seres humanos e em sua relação com o mundo.

A cultura ocupa, no espaço da AD, um lugar de crítica e de negociação de efeitos de sentido que, embora vise à interação entre os interlocutores da mesma cultura, nem sempre isso se efetiva. Para

Pêcheux, o aprendizado de uma cultura é impossível, visto que *as coisas-a-saber de uma cultura são tomadas em redes de memória, dando lugar a filiações identificadoras e não a aprendizagem por interação* (Pêcheux, 2012 [1981], p. 54).

Certamente caberia avançar nesse debate e trazer para ele exemplos que confirmem posicionamentos em que a cultura interaja com os processos de discursivização; entretanto, queremos reafirmar que o discurso é moldado pela cultura em que se inscreve e está em um processo de continua modificação. Com efeito, a maneira como uma comunidade se comunica – os temas que aborda, o estilo que adota, os tabus que evita – reflete suas crenças e valores. Por exemplo, em culturas coletivistas, como muitas sociedades asiáticas, o discurso tende a enfatizar a harmonia e a interdependência, com uma comunicação, muitas vezes, mais indireta e formal. Entretanto, o discurso não é somente uma atividade verbal que envolve dois parceiros, mas é, também, uma prática social que, assumida por um sujeito, reflete e constrói relações de poder, identidades e posicionamentos ao longo da história.

Além disso, é mais realista afirmarmos que o discurso também desempenha um papel ativo na formação e transformação cultural pois, por meio das práticas sociais, são transmitidos e negociados os efeitos de sentido decorrentes de dimensões culturais. Movimentos sociais, por exemplo, frequentemente utilizam discursos para desafiar normas e promover novas visões de mundo. Neste sentido, o discurso sobre igualdade de gênero, direitos civis, sobre identidades étnicas, direitos da mulher e justiça social pode questionar e alterar práticas culturais arraigadas, refletindo e fomentando mudanças na percepção cultural.

As condições sócio-histórico-sociais também moldam o discurso. Se as práticas discursivas constituem a fonte da produção dos efeitos de sentido, o discurso é o território circunscrito e o lugar lin-

guístico onde se realizam os efeitos de sentido. Contudo, o uso da linguagem varia com base no tempo e no lugar, e o que é considerado adequado ou ofensivo pode mudar significativamente. As normas culturais relacionadas ao discurso, por vezes, evoluem, à medida que as sociedades se transformam, influenciadas por fatores como globalização, migração e avanço tecnológico. Nesse cenário, as mídias sociais, por exemplo, introduziram novas formas de discurso que transcendem fronteiras geográficas e culturais, promovendo uma interconexão global e, ao mesmo tempo, gerando novas dinâmicas linguístico-culturais.

Um ponto que colocamos em foco aqui é que a cultura, por um lado, é o conjunto de práticas, valores, crenças, costumes e normas que definem um grupo social. Ela fornece dados das condições sócio-histórico-sociais nas quais o discurso se inscreve e é moldado pelas interações enunciativas. As tradições culturais, as normas sociais e os tabus são frequentemente transmitidos e reforçados por práticas discursivas. Por exemplo, o uso de certos termos ou formas de expressão pode carregar efeitos de sentido históricos e sociais profundos, refletindo contradições ideológicas presentes na materialidade dos discursos. Além disso, o discurso pode ser um veículo para a inovação cultural. Novas formas de expressão, gírias e até mesmo novos conceitos culturais surgem pelos/nos processos de discursivização. As mudanças na organização e funcionamento do discurso podem sinalizar transformações culturais mais amplas, como a evolução dos papéis da mulher ou de atitudes em relação à diversidade de gêneros. Quando uma nova maneira de falar sobre um assunto se torna comum, isso pode sinalizar uma mudança na forma como uma cultura entende e lida com a linguagem.

Por outro lado, a cultura também molda o discurso. As normas culturais influenciam como e sobre o que interagimos. Em sociedades diferentes, o mesmo discurso pode operar diferentes efeitos de

sentido, dependendo dos valores e das expectativas culturais predominante. A maneira como as pessoas abordam temas como respeito, autoridade ou privacidade pode variar de uma cultura para outra. Em condições sócio-histórico-multiculturais ou em processos de globalização, a interação entre discurso e cultura pode se tornar especialmente complexa, embora necessária e urgente. O encontro de diferentes culturas pode trazer um intercâmbio vibrante e enriquecedor de formas de falar e compreender o mundo, mas também pode gerar esforços e mal-entendidos. Assim, adaptar o discurso para respeitar e refletir a diversidade cultural é crucial para uma interação eficaz e para a construção de relações interculturais harmônicas.

Do que antecede, podemos deduzir que o discurso e a cultura fazem parte de um processo contínuo e interativo. Enquanto o discurso reflete a cultura, também a desafia e transforma-a, contribuindo para a evolução e adaptação da cultura ao longo do tempo. A compreensão desta relação é essencial para compreender como as sociedades se interagem e desenvolvem-se, revelando as complexas possibilidades de efeitos de sentido, que sustentam nossas interações sociais e nossas identidades sociais. Pensamos, então, na tarefa das Análises do Discurso e no trabalho do analista de discurso e em seu empenho para construir dispositivos teórico-metodológicos, que levem os pesquisadores a compreender o discurso e a empreender a negociação de efeitos de sentido na relação com a cultura, com o sujeito e com a história.

Enfim, neste tópico, nosso objetivo não é fazer uma síntese dos diferentes debates em torno da interrelação discurso e cultura, mas tão somente limitamo-nos aqui a elencar alguns conceitos de cultura e propor o vínculo possível com os processos de discursivização. Para atingir esse objetivo, primeiramente, selecionamos alguns conceitos de cultura para, em seguida, buscar os elementos em que a cultura se torna constitutiva do discurso, sem que haja a possibilidade de dissociá-la, porque o discurso materializa a cultura e a cultura é traduzida

em discurso. Todavia, a escolha do conceito de cultura deriva da escolha da abordagem, do olhar do analista e, ainda, em torno das perspectivas fundadoras da abordagem, cujos enfoques teórico-metodológicos objetivam ampliar, especificar as epistemologias, enfatizando o papel constitutivo da cultura na abordagem discursiva.

Além disso, o conceito de cultura não é unânime entre os intelectuais mas, de alguma forma, cada um deles orienta a concepção de tudo que vivemos em nossa realidade social. Laraia (2003, p. 92) afirma que *cada cultura molda a seu modo o mundo que circunscreve e que essa ordenação dá um sentido cultural à aparente confusão das coisas naturais*. Vale lembrar aqui que a cultura é uma construção coletiva que se manifesta nas artes, nos costumes, nas crenças e normas sociais. Entretanto, a interação cultura e discurso acontece por meio de práticas linguageiras compartilhadas nos grupos sociais.

Parece-nos necessário, registrar um conjunto de conceitos de cultura, a fim de estabelecermos à forma de um quadro em que, de formas diferentes, as noções de cultura podem subsidiar o trabalho do analista do discurso. Por sua vez, o quadro visa a ilustrar perspectivas de vislumbrar a cultura que se desenvolveram em várias obras ao longo da história. Não sabemos, de antemão, qual o conceito de cultura seja o mais adequado às abordagens discursivas, em geral.

Conceitos de cultura

Cultura é uma preocupação contemporânea, bem viva nos tempos atuais. É uma preocupação em entender os muitos caminhos que conduziram os grupos humanos às suas relações presentes e suas perspectivas de futuro. O desenvolvimento da humanidade está marcado por contatos e conflitos entre modos diferentes de organizar a vida social, de se apropriar dos recursos naturais e transformá-los, de conceber a realidade e expressá-la.

SANTOS, José Luiz dos Santos. *O que é cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

<p>Cultura é aquele todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes e quaisquer outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem como membro da sociedade.</p> <p>TYLOR, Edward Burnett. <i>Researches into the Early History of Mankind and the Development of Civilization</i>. Second edition. London: John Murray, Albemarle Street. 1871.</p>
<p>Cultura é um sistema de símbolos e significados que organiza e dá sentido ao mundo. Ele enfatiza a importância das estruturas subjacentes nas culturas.</p> <p>LÉVI-STRAUSS, Claude. <i>Les Structures Élémentaires de la Parenté</i>. Paris : Presses Universitaires de France. 1949.</p>
<p>Cultura é vista como um sistema de valores e ideias que orienta o comportamento social e influencia a organização da sociedade.</p> <p>WEBER, Max. <i>A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo</i>. São Paulo: Pioneira, 1967.</p>
<p>Cultura é a programação coletiva da mente que distingue os membros de um grupo ou categoria de pessoas de outro. Ele também introduziu dimensões culturais como distância de poder, individualismo versus coletivismo.</p> <p>HOFSTEDE, Geert. <i>Culture's Consequences: International Differences in Work-Related Values</i>. 1982.</p>
<p>Cultura é um conjunto de significados e valores compartilhados que são criados e negociados dentro de uma sociedade. Ele distingue entre cultura como um modo de vida e cultura como uma forma artística.</p> <p>WILLIAMS, Raymond. <i>Culture and Society (1780-1950)</i>. New York: Columbia University Press. 1958.</p>
<p>Cultura é um campo de significados e práticas sociais que são continuamente produzidos e negociados. Ele também discute a cultura como um espaço de luta e resistência.</p> <p>HALL, Stuart. <i>Representation: Cultural Representations and Signifying Practices</i>. 1997.</p>

Cultura é um meio pelo qual grupos sociais dominantes exercem controle e hegemonia, influenciando as ideologias e práticas da sociedade.

GRAMSCI, Antonio. *Os Cadernos do Cárcere*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1975.

Cultura é o modo de ver o mundo, as apreciações de ordem moral e valorativa, os diferentes comportamentos sociais e mesmo as posturas corporais são assim produtos de uma herança cultural, ou seja, resultado da operação de uma determinada cultura.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura – um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

Cultura é todo complexo de conhecimentos, crenças, arte, leis, moral, costumes e quaisquer outras capacidades e hábitos adquiridos pelos indivíduos.

TYLOR, Edward. *Primitive Culture*. London: Albermale, 1920.

Cultura como um fenômeno dinâmico e em constante transformação, refletindo as complexidades da sociedade moderna.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

Cultura é entendida como um sistema complexo e integrado de práticas e considera que são essenciais para a sobrevivência e o funcionamento da sociedade. Ele enfatizou a importância da função social dos elementos culturais e argumentou que cada aspecto da cultura desempenha um papel específico na satisfação das necessidades humanas.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Antropologia*. São Paulo: Ática, 1986.

Cultura é vista como um sistema simbólico complexo que organiza a vida social e econômica dos indivíduos.

SAHLINS, Marshall. *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

Cultura é um sistema de poder e saber que molda e é moldado pelas relações de poder dentro da sociedade. Foucault explora como as práticas culturais são influenciadas por mecanismos de controle social.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense, 2004.
FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, Vozes, 1987.

Cultura que é mais bem vista não como complexos de padrões concretos de comportamento-costumes, usos, tradições, feixes de hábitos, com tem sido agora, mas como um conjunto de mecanismos de controle- planos receitas, regras, instruções.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 1989.

Cultura é um mapa, um receituário, um código através do qual as pessoas de um dado grupo pensam, classificam e modificam o mundo e a si mesmas.

DA MATTA, Roberto. *Você tem cultura*. Explorações: ensaios de sociologia interpretativa. Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

Esses conceitos oferecem uma visão diversificada da cultura, abordando desde as estruturas simbólicas e ideológicas até as práticas sociais e as relações de poder. Como percebemos no quadro acima, o conceito de cultura é amplo e abrange diversas facetas. Embora os autores que selecionamos tragam contribuições essenciais para os estudos do discurso, nem todos se aplicam aos exames do discurso, apesar de seus alcances e a necessidade que temos de acesso à cultura. A compreensão dos conceitos selecionados, de modo geral, ajudam-nos distinguir as múltiplas dimensões da cultura que, no certeza, são ligados entre si.

Considerações finais

Em síntese, a análise da relação entre discurso e cultura revela uma interdependência crucial que molda a forma como compreendemos e interpretamos o mundo ao nosso redor. O discurso não apenas reflete as normas e valores culturais, mas também participa ativamente na construção e transformação desses mesmos valores. Essa dinâmica ressalta a importância de considerar o discurso como um fenôme-

no cultural complexo, que deve ser examinado com uma abordagem multifacetada.

A exploração dos conceitos de cultura — como identidade cultural, práticas sociais, valores normativos e representações simbólicas — oferece uma base sólida para a continuidade da pesquisa. A identidade cultural, por exemplo, destaca como o discurso pode reforçar ou desafiar o sentido de pertencimento e coesão dentro de um grupo social. As práticas sociais, por outro lado, revelam como os discursos cotidianos moldam e são moldados por hábitos e rotinas culturais. Os valores normativos e as representações simbólicas, igualmente, evidenciam o papel do discurso na negociação e perpetuação de normas e efeitos de sentido compartilhados.

Avançar na pesquisa sobre a relação entre discurso e cultura pode beneficiar-se da exploração de como diferentes contextos culturais e históricos influenciam a produção e recepção do discurso. Além disso, é crucial investigar a interação entre discursos dominantes e alternativos, e como estes últimos podem oferecer novas perspectivas e desafiar o *status quo*. A análise das mudanças culturais e a influência da globalização também são áreas promissoras que podem enriquecer nossa compreensão do papel do discurso na sociedade contemporânea.

Em conclusão, ao aprofundarmos refletirmos sobre as Análises do discurso e sua interseção com a cultura, estaremos mais bem equipados para decifrar as complexidades da comunicação humana e suas implicações sociais. O contínuo desenvolvimento dessas pesquisas não só ampliará nosso conhecimento teórico, mas também terá implicações práticas para a compreensão e intervenção em dinâmicas culturais e sociais.

Referências

- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BOAS, Franz. *A formação da antropologia americana*. Rio de Janeiro: Contraponto: UFRJ, 2004a.
- BOAS, Franz. *Antropologia cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004b.
- DUBOIS, Jean et al. *Dicionário de linguística*. 9. ed. São Paulo: Cultrix, 2004.
- FARACO, Carlos Alberto. *Zellig Harris: 50 anos depois*. Revista Letras, Curitiba, n. 61, especial, p. 247-252, 2003. UFPR.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 1989.
- GUILHAUMOU, Jacques. Aonde vai a análise de discurso? Em torno da noção de formação discursiva. *Línguas e Instrumentos Linguísticos*, Campinas, SP, v. 8, n. 16, p. 9-42, 2005.
- HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, n. 2, v. 22, p. 5, 1997.
- JOHNSTONE, Barbara. *Discourse Analysis*. Oxford: Blacwell, 2008.
- LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. 14. ed., Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- MAINGUENEAU, Dominique. Análise do Discurso e suas fronteiras. *Revista Matraca*, Rio de Janeiro, v.14, n.20, p.13-p.37, jan./jun. 2007.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Discurso e Análise do Discurso*. São Paulo: Parábola, 2015.
- NOGUEIRA, Conceição. *Análise(s) do discurso: diferentes concepções na prática de pesquisa em psicologia social*. Revista de Psicologia: Teoria e Pesquisa 24 (2), Jun 2008.

QUÉAU, Philippe. *A revolução da informação*: em busca do bem comum. Ci. Inf., Brasília, v. 27, n. 2, p. 198-205, maio/ago. 1998.

SANTOS, José Luiz dos Santos. *O que é cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

VEIGA-NETO, Alfredo. Cultura, culturas e educação. *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo, n. 23, p. 5-15, 2003.

A cultura, o discurso e a manutenção das relações assimétricas de poder em questões de gênero social

Ariel Sessa

Micheline Mattedi Tomazi

Considerações iniciais

Este capítulo tem o intuito de trazer à discussão o papel da cultura patriarcal em discursos que desvelam a manutenção das relações assimétricas de poder. Utilizamos os Estudos Críticos do Discurso, com base em van Dijk (2017) como forma de aporte teórico metodológico. Para a compreensão do papel do poder nessas relações, trouxemos o entendimento de van Dijk (2017). Os apanhados sobre o papel do contexto para a produção da cultura que hegemonizou a sociedade podem ser vistos por meio de Thompson (2011), Hall (2016), van Dijk (2012), Gramsci (1999), Gadea (2013) e Gimenez e Hahn (2018). O patriarcado pode ser observado em trabalhos de Lira e Barros (2015), assim como por meio de movimentos sociais, como

a Marcha Mundial de Mulheres. Notamos que a tipificação de crimes relacionados às práticas sociais oriundas do patriarcado não impediu violências contra as mulheres, assim como também houve a resignificação dessas mesmas práticas voltadas à comunidade LGBTQIAP+, tanto por similaridade, quanto às subalternidades diante do modelo convencionado pelo patriarcado.

A cultura, um de nossos eixos, em termos gerais, chancela as práticas sociais discursivas, de diversos grupos sociais, situadas em espaços e tempos que as normalizam, como forma de ratificação da construção cultural composta por conhecimentos compartilhados, crenças formadas em memórias e hábitos que, relacionados, contribuem para a manutenção das relações assimétricas de poder. Ou seja, determinadas culturas moldam determinadas práticas sociais.

Neste capítulo, temos o intuito de tratar como as questões culturais baseadas nas práticas sociais do patriarcado brasileiro perpetuam discursos abusivos dominantes em se tratando de gênero e sexualidade. Utilizamos fontes como exemplos de tratos sociais entre grupos pautados no resgate cultural e sócio-histórico a respeito do construto do ideário patriarcal e no quadrado ideológico de van Dijk (2012), justificados pelas crenças formadas e compartilhadas a respeito do papel do homem hétero cis, em situações em que exerce o abuso de poder, diante das dualidades compreendidas por esse grupo social específico enquanto antagônicas ou subalternas, como, por exemplo, mulheres e componentes da comunidade LGBTQIAP+.

O papel da cultura como mantenedora das relações assimétricas de poder é observado, neste trabalho, quando relacionado às questões de gênero social e de sexualidade. Trouxemos aspectos discursivos e contextuais atrelados à ideia de cultura, porém não mais como um elemento cognitivo em particular, mas na sua abrangência significativa existente nas relações sociais e de poder.

Apresentamos como é a relação do patriarcado com o poder socialmente instituído e mantido por essa cultura persistente em diversas práticas sociais, por vezes tipificada pelas leis brasileiras, mas normalizada nas relações entre grupos sociais. É trazida a relação com a forma de tratamento dada a figura mulher no contexto patriarcal e como se deu seus desdobramentos por meio das similaridades e subalternidades, que podem ser observadas tanto no grupo social “mulher”, quanto no grupo social LGBTQIAP+.

O que temos a apresentar é um entendimento de que a cultura patriarcal, em sua rigidez, compromete gerações com seu modo único de prática social que exclui, ignora e oprime gêneros e sexualidades das quais não são aceitas ou aprovadas em seu modelo hegemonicamente eleito como válido socialmente.

Para isso, como forma de organização, subdividimos este trabalho em seções, que vão desde as “considerações iniciais”, lidas até aqui, passando para o nosso capítulo sobre “o papel da cultura nas relações assimétricas de poder”, com os aportes teóricos vinculados à análise, por meio dos Estudos Críticos do Discurso, assim como também à cultura, à contracultura, ao contexto, sendo todos esses aspectos vinculados às relações assimétricas de poder.

A próxima seção fala sobre “o patriarcado e a perpetuação do poder”, em que o conceito e o modelo de patriarcado é definido e vinculado à opressão às mulheres e à manutenção do poder social, patrimonial, financeiro, entre outros, em que podemos encontrar também a manutenção do abusivo do poder social. Com relação ao grupo social “mulher” é feito um comparativo de posições sociais e o papel da contracultura, que dentro de uma de suas facetas, atrela-se ao feminismo como forma de combate às opressões consolidadas pelo patriarcado.

Em seguida, nossos levantamentos se debruçaram sobre as relações encontradas por dois grupos sociais formados por mulheres e

por membros da comunidade LGBTQIAP+. Intitulada a seção por “as mulheres e a comunidade LGBTQIAP+: similaridades e subalteridades”, inferimos que a partir do patriarcado esses dois grupos sociais são menosprezados socialmente, assim como vítimas de opressão social, mesmo que de forma distinta, porém com proximidades, das quais o patriarcado renega.

Como forma analítica, escrevemos a seção “exemplificação: fontes dominantes do discurso” para trazermos como no campo discursivo podemos perceber as justificativas para o abuso de poder, que podem culminar em mortes, como nos casos apresentados. Utilizamos a categoria de contexto de van Dijk, a fonte, como exemplo. Utilizamos duas fontes jornalísticas para análise dos discursos para fins de desvelamento das relações assimétricas de poder por meio das violências cometidas contra mulheres biológicas e transexuais. Por fim, escrevemos nossas considerações finais, com um apanhado do trajeto desta escrita.

O papel da cultura nas relações assimétricas de poder

Os Estudos Críticos do Discurso, na sua vertente analítica, “é um tipo de investigação [...] discursiva que estuda principalmente o modo como o abuso de poder, a dominação e a desigualdade são representadas” (van Dijk, 2017, p 113). Nesse sentido, a interação por meio da “reprodução discursiva de abuso de poder e de desigualdade social” (van Dijk, 2017, p. 9) é fator crucial para o estabelecimento de posições ideológicas de cada grupo nas relações. Frisamos, com base nos estudos discursivos que envolvem o contexto, que essas posições são estabelecidas além do fator ideológico, assim como também pela cultura.

Afirmamos a relação cultural, por levarmos em consideração os estudos voltados para questões sociais, como os ECD, que extrapolam a noção de cultura para além daquela voltada para a arte, literatura ou música (Gadea, 2013), em que o termo é um gerador de status, como por exemplo, quem consome arte e literatura possui mais cultura, ou mesmo, os apreciadores de “boa música” são detentores de uma cultura superior àqueles que gostam de músicas mais comerciais ou de massa. Portanto, as ciências que destinam seus interesses no campo social estabelecem a cultura como prática social produtora de sentido.

Ratificamos nossa afirmação, baseando-nos na sociologia de Thompson (2011), que faz um apanhado do conceito de cultura enquanto clássica e à outra, após o surgimento da disciplina de Antropologia, que atribui uma concepção moderna à cultura, ao considerar os seus meios de propagação, desde o fim do século XV, como irresistíveis. E com o avanço tecnológico após a globalização, podemos afirmar que a propagação da cultura está cada vez mais irresistível.

Nesse sentido, a cultura clássica era aquela que media o desenvolvimento intelectual ou espiritual do sujeito, enquanto a moderna, dentre a sua variedade, o sociólogo escolheu duas e as concebeu como descritiva e simbólica, sendo a primeira referente “a um variado conjunto de valores, crenças, costumes, convenções, hábitos e práticas características de uma sociedade específica ou de um período histórico” (Thompson, 2011, p. 166), e a segunda voltada ao simbolismo, ou seja, à interpretação dos símbolos e com relação às ações simbólicas.

A partir dessas duas vertentes da cultura moderna, Thompson (2011) cunha um conceito que ele denomina como “concepção estrutural da cultura”, em que o fenômeno da cultura se dá em estruturas de contexto. Para ocorrer, portanto, o advento da estrutura cultural, são necessários dois elementos que o caracterizam: o processo de significação do símbolo atrelado ao contexto social.

Nesta mesma linha de pensamento, Hall (2016) atribui à produção de sentido dos signos um trabalho de análise social vinculado ao contexto. Para isso, baseou-se na semiose de Saussure, trazendo-a às análises de Lévi-Strauss para que a compreensão dos sentidos não fosse vinculada ao objeto propriamente dito, ou seja, de forma meramente descritiva; e em Barthes, o sociólogo viu na diferenciação dos sentidos produzidos de forma denotativa e conotativa, a atribuição à segunda, em que consta maior amplitude na produção de sentidos, visto a vinculação à cultura e a interferência na representação.

Portanto, se na vertente de Hall (2016) a cultura é produzida dentro de um contexto social, podemos crer que a cultura se torna modeladora de comportamentos sociais e, quando massificada, torna-a em uma espécie de “padrão”, sem, contudo, impedir a construção de novos sentidos e ressignificados, mesmo que marginais à padronização. Nesse sentido, podemos compreender a amplitude e o poder de uma cultura na produção de sentidos por vezes antagônicos ou mesmo potencializando padrões, valendo-se da dialética para a produção de ressignificações em determinados espaços sociais ou mesmo no mundo.

Para pensarmos em uma relação dialética do desenvolvimento cultural, não podemos deixar de pensar no fenômeno da contracultura como antítese da tese cultura. A contracultura, assim como a cultura são fenômenos sociais. A contracultura junta-se aos movimentos sociais como forma a antítese do poder social consolidado. O termo, relativamente novo, foi utilizado por Theodore Roszak (1972) para compreender o movimento de desilusão dos jovens com relação à cultura imposta.

Graças a figuras como Sócrates, Diderot e Rousseau, assim como às evoluções da própria dialética como tese, as tipificações de práticas sociais abusivas por meio de leis punitivas foram e ainda são possíveis graças a este movimento, a cultura e a contracultura configurando novas formas culturais. Nesse sentido, a cultura pode e deve se desenvolver e se tornar outra. Contudo, temos nossa problemática

relacionada ao patriarcado, enquanto uma cultura mais resistente a mudanças, tendo já sofrido reveses importantes.

Para entendermos o próprio processo evolutivo da cultura, temos que confrontar as práticas sociais culturais ao contexto. Em van Dijk (2012), a figura do contexto apresenta variáveis quando atrelada à cultura. Ou seja, as práticas sociais, por meio dos discursos produzidos em determinadas condições, atribuirão diferenças culturais em cada contexto, dando singularidade às culturas, dada a subjetividade dos participantes do discurso, suas experiências e seus modelos mentais, por mais que existam contextos universais. Se, nesses contextos culturais há o controle da produção e da compreensão do discurso, a cultura das relações assimétricas de poder pode ser mantida por meio de contextos sociais, não individualizados, por grupos sociais hegemônicos.

Van Dijk (2017), ao tratar das relações sociais entre grupos, desenvolveu uma fórmula, compreendida como “quadrado ideológico” que, ao estabelecer embates discursivos do “nós *versus* eles”, por meio das escolhas linguístico-discursivas de adjetivação positiva de si (grupo nós), com relação ao grupo social em estado de oposição (grupo eles), adjetivando-os negativamente, desvela a prática social nas relações assimétricas de poder, em que a tentativa de tomada de poder denota a existência de estratégias discursivas de um grupo sobre o outro.

Quanto às experiências individuais, van Dijk (2012) atribui aos modelos mentais, enquanto representações cognitivas das experiências vividas, armazenadas e resgatadas nas Memórias Episódicas do sujeito ou de determinado grupo social, para a recriação de práticas sociais, muitas vezes compostas por *modos operandi* de manutenção de práticas já vencidas nos conceitos de uma sociedade moderna. Entretanto, por mais que haja normas sociais pautadas em igualdade, o poder da cultura pautada em anos e anos de desigualdade social é resistente ao pensamento equânime.

Para Gramsci (1999), a filosofia das práxis denota hegemonias construídas historicamente e, portanto, culturalmente consolidadas no arraigado das práticas sociais pautadas em ideologias de dominação. As práxis, para o filósofo, são fatos reais das relações sociais e políticas, que devem ser combatidas, como forma de alternância para novas hegemonias. Portanto, quando a cultura fomenta a desigualdade social, o discurso será hegemonizado por determinados grupos sociais, restando, ao subalternizado, a subversão da práxis como forma de luta pela tomada do domínio social.

É possível fazer um longo apanhado teórico sobre a posição da cultura nos contextos sociais e na produção de sentido por meio das práticas sociais. Consideramos nosso apanhado suficiente para exemplificar as lutas entre classes pela tomada de poder social, sendo que há uma hegemonia construída e mantida por uma cultura ainda conservadora, como a patriarcal, que se desdobra em movimentos empíricos, seja para amparar o modelo padronizado, seja pela contracultura, na quebra de tabus, por meio da luta feminista ou pelos movimentos LGBTQIAP+.

O patriarcado e a perpetuação do poder

A figura do “pai”, construída pelo patriarcado brasileiro, traz consigo uma série de interpretações além da figura biologicamente procriadora. Nas relações sociais atreladas ao patriarcado está a figura do proprietário dentro de um contexto em que é, dessa figura paterna, o degrau mais alto da hierarquia social. O pai, mesmo que não exerça efetivamente um papel de superioridade em sua posição social no campo da individualidade, detém o imaginário do possuidor do maior poder financeiro, do controle social, de maior habilidade de voz e do comando, da força e do direito à propriedade de tudo que está sob seu campo semântico do homem cis-hétero. É por meio

da figura paterna que o patriarcado se estabelece, desdobra-se e se transforma em vertentes potencializadas por meio de práticas sociais machistas, sexistas e LGBTQIAP+fóbicas, ou seja, em poder social abusivo.

Nessa mesma direção de pensamento, Lira e Barros (2015) ressaltam a constituição do modelo de família no contexto brasileiro para justificarem em uma linha de pesquisa pontual, situações de machismo no sertão do Brasil. Entretanto, é importante pontuar que esse cenário machista se perpetua simbolicamente em todo o país. Para as pesquisadoras, o patriarcado brasileiro desenhou a figura do homem absolutamente soberano em relação à mulher. É caracterizado o papel do homem como “dono” da figura feminina, seja mulher ou filha; além da imposição de não deixar a mulher ser o que é.

é importante ressaltar que a história da família no Brasil tem como base o patriarcado, trazendo arraigado o conceito de dominação masculina sobre as mulheres. Essa tradição se perpetua, mesmo que simbolicamente. O homem era tido como “dono” da mulher. Na sociedade patriarcal, o pai tinha todo o poder sobre a família. E assim, com o casamento, a mulher deixava de ser “posse” do pai para ser do marido. E com tanto poder, o homem podia tudo contra a mulher, inclusive violentá-la. (Lira & Barros, 2015, p. 276).

Nesse sentido, o patriarcado culturalmente consolidado em nossa sociedade não permite à mulher ser mulher em sua plenitude, reduzindo-a à semelhança das figuras objetificadas ou mesmo animalizadas para exercer as práticas sociais construídas por essa cultura, valendo-se, inclusive, do direito à violência. Em tempos atuais, tanto física, quanto psicológica.

Em entrevista ao Jornal Bancário, Nalu Faria (2014), da Coordenação da Marcha Mundial de Mulheres (MMM), define o patriar-

cado como “opressão sobre as mulheres”, em que as atitudes de seu grupo social em oposição ao poder patriarcal têm como iniciativa a equidade com relação aos homens. É pontuado pela militante, ainda, que o patriarcado é um fator estruturante de nossa sociedade. Ou seja, o patriarcado foi culturalmente constituído e até então, mantido, mesmo que ressignificado.

A contracultura, portanto, encontra-se em pautas feministas, como suscita o grupo MMM ao reivindicar condições igualitárias no campo do trabalho, a autonomia econômica feminina, divisão igualitária do trabalho doméstico, além do combate à violência. Isto é, a luta das mulheres é pela liberdade, assim como pela igualdade - fatores ainda com necessidade de pleito em pleno século XXI, graças à cultura patriarcal.

Outra forma de combate à cultura patriarcal é dizer não ao apagamento do papel da mulher na história, conforme aponta Lerner (2019) ao falar da criação do patriarcado, baseando-se na história contada do mundo pelos homens. Foi construída uma lógica discursiva de enaltecimento da figura masculina, concomitantemente à negligência do papel da mulher na história, marginalizando-a. Entretanto, ressalta a autora que, ao contrário dos registros, as mulheres sempre estiveram presente nos fatos importantes e históricos do mundo.

Todavia, o que temos quanto ao repasse das histórias é a parcialidade dos fatos, tendo em vista que foi dado aos homens, na imensa maioria dos contextos históricos, o direito à transmissão e perpetuação da cultura, em que teve uma função basilar de valorização masculina e a consequente não conscientização das mulheres no papel da criação e do desenvolvimento das civilizações.

As mulheres e a comunidade LGBTQIAP+: similaridades e subalternidades

Em se tratando de questões de gênero social, as relações assimétricas de poder perpetuam na sociedade brasileira, chegando a níveis de abuso de poder social, configurados por diversas violências, como a física, a psicológica, a econômica e a patrimonial. As relações abusivas, mesmo quando tipificadas pela legislação brasileira, continuam perpetuadas pela cultura patriarcal pelo estabelecimento de uma relação desigual entre homens e mulheres, variando, mesmo ainda em uma sociedade plural, como a nossa, em dicotomias e relações binárias, sejam elas configuradas pelos grupos sociais constituídos por participantes do discurso caracterizados por marcas sociais, como o macho x a fêmea, o masculino x o feminino, os héteros top cis x os gays afeminados, as lésbicas¹ e pessoas trans. Ou seja, em qualquer dualidade que envolva as questões de gênero e sexualidade em que a cultura do patriarcado seja base para a disputa de poder social.

Em contextos mais recentes, como o final do século XX, conforme apontam Gimenez e Hahn (2018), quatro destaques de práticas sociais normalizadas nos anos 60 e 70 encontram-se impregnadas na memória como marcas da cultura do patriarcado, são elas: 1º) gritos, palavrões, surras e tapas, violências cometidas mesmo com objetos perfurocortantes em relações homem/mulher, sendo a mulher a vítima, em lugares privados e fechados. Ou seja, o lar; 2º) a ideia de que não se deve interferir nas relações entre homens e mulheres em espaços privados e fechados. Isto é, as violências cometidas dentro do seio familiar ou nas relações amorosas devem ser tratadas pelo casal,

1 As lésbicas, mesmo as masculinizadas, não são respeitadas pelo grupo social masculino hétero cis, pois são consideradas frágeis, tais quais as mulheres heterossexuais cisgênero. Portanto, passíveis de violência física ou psicológica nas relações abusivas de poder, mantendo-se a assimetria nessas relações.

mesmo que nessas relações haja violência; 3º) o imaginário de que a mulher merece apanhar, pois não aprendeu lições quando apanhava dos pais e dos irmãos. Contextualmente, subentende-se que a mulher é indisciplinada e faz jus à violência como forma de correção de seus “maus” atos; e 4º) a mistura do religioso à união civil, que condena os divórcios, mesmo quando o casamento é nutrido por violências físicas e psicológicas, fazendo com que mulheres submetam-se em nome da cultura cristã, que beneficia, neste caso, a posição do homem em detrimento da mulher, posta em posição de submissão.

Não obstante, as práticas sociais oriundas da cultura do patriarcado, comumente cometidas em meados do século XX, ainda reforçam e chancelam a manutenção das violências até hoje por meio de episódios que alimentam a Memória de Longo Prazo (van Dijk, 2012) e expandem por meio da resignificação para os demais grupos sociais considerados feminizados por meio das mesmas (ou próximas) condições atribuídas de forma depreciativa às mulheres. Desdobra-se, portanto, a cultura do patriarcado em outros conceitos como o machismo, o sexismo, a LGBTQIAP+fobia, entre outras fobias sociais atreladas ao gênero social feminizado.

Salientamos e reforçamos que é trazido à baila neste capítulo a dominação pelo abuso, marcado por uma cultura sociohistórica, em que as formas abusivas de poder advindas de práticas sociais normalizadas, hoje não são mais consideradas legais em decorrência da consciência jurídica de que tais práticas abusivas são, na verdade, crimes.

Todavia, a tipificação de práticas sociais abusivas e violentas por meio de leis que as criminalizam, não as impedem de ocorrer na sociedade. O abuso de poder, portanto, segundo van Dijk (2017), extrapola os níveis aceitáveis e triviais das relações, ao partir para o prejuízo de grupos sociais em contrapartida à dominação de determinados grupos, promovendo desigualdade social. Portanto, o que ora já foi considerado culturalmente um direito do homem sobre a mulher, tornou-se crime reconhecido pelo ordenamento jurídico.

Movimentos de contracultura com a finalidade de se construir um novo pensamento acerca do combate ao abuso de poder patriarcal podem ser observados na queda da tese de legítima defesa da honra (para homens), levantados pelas defesas dos acusados em caso de feminicídio ou em agressões contra a mulher. Apenas em março de 2021 o STF decidiu, por unanimidade, derrubar essa premissa utilizada há décadas por homens que empregavam força desproporcional para amenizarem penas ou mesmo para não serem condenados por atos criminosos. O entendimento do STF se deu por não entender que não se tratava de uma “defesa”, mas sim, de crime odioso e covarde.

Importante ressaltar que a Lei Maria da Penha aponta cinco abusos de poder tipificados que servem de base para a manutenção das violências de gênero em um contexto mais amplo, quando extrapolado ao gênero biológico feminino, adentrando-se nas questões relacionadas à temática LGBTQIAP+, são eles: físico, psicológico, moral, sexual e patrimonial, encontrados no Capítulo II, art. 7º, incisos I, II, III, IV e V, da referida lei.

Em todas as tipificações há nuances entre o crime e o direito patriarcal constituído culturalmente em diversas sociedades, sendo que parte da sociedade brasileira ainda compreende o direito patriarcal como válido, mesmo com a queda de leis arcaicas e costumes culturalmente constituídos, como a tese de legítima defesa da honra.

O abuso de poder patriarcal, culturalmente normalizado socialmente, é, ainda hoje, resgatado como justificativa para atos criminosos com relação ao gênero, face às normativas atuais que são vistas, muitas vezes, como “desproporcionais” por homens que ainda, influenciados pela cultura, ignoram as leis. Isso se dá em decorrência do patriarcado ter se constituído de forma sociohistórica como um tipo de propriedade do homem sobre a mulher.

A noção cultural de pertencimento do homem sobre a mulher, portanto, denota as práticas discursivas de sobreposição não só so-

cial, como fisicamente, ao considerar o homem mais forte e, consequentemente, dominador; como psicologicamente, utilizando-se de meios ameaçadores, que cruzam com as questões físicas, morais e patrimoniais; a moral, baseando-se em questões postas culturalmente pela instituição Igreja, perpetuada ainda hoje, com pregações que chancelam a posição subalterna da mulher diante do homem; a sexual, remontando às questões de posse, do biologismo por meio das leis naturais como desculpa para atos sexuais violentos e não consentidos pela mulher; e da patrimonial, uma violência acometida pela continuidade do papel da mulher como parte da propriedade que não pode ser dissolvida, repartida ou compartilhada.

Quando pensamos nas questões de gênero e sexualidade atreladas à comunidade LGBTQIAP+ vinculadas às práticas sociais oriundas da cultura do patriarcado, podemos observar as replicações, mesmo que ressignificadas, dos discursos patriarcais sobre essa comunidade. Quando jovens gays, lésbicas, trans masculinos e trans femininos, ainda sob dependência econômica, são submetidos desde muito cedo às violências dadas ao gênero e à sexualidade, como forma de correção às práticas sociais construídas culturalmente idealizadas e relacionadas ao gênero biológico de nascimento, remetemos ao imaginário patriarcal de que há apenas um modelo a ser seguido.

O patriarcado e o machismo são espectros do homem heterossexual cisgênero que vê a sociedade de forma binária, com apenas sua forma de identificar tanto com o gênero, quanto com a sexualidade como forma válida. Mas, não somente isso, também a utopia de que o modelo patriarcal é superior a qualquer forma que seja ou se assemelhe ao universo feminino. Nesse aspecto, Borrillo (2016), ao tratar da história da homofobia, diz que a cultura nos tornou refém do modelo binário heterossexual, em que os homens possuem como características rudeza e a agressividade, estando mais aptos às tarefas de comando, enquanto as mulheres são amáveis e servem para a maternidade.

De todo modo, a cultura LGBTQIAP+ destoa da cultura patriarcal por estar em outro momento sociohistórico da própria cultura. Golvea, Lacerda e Sales (2017) fazem um apanhado vinculando esse novo momento à modernidade líquida, conceituada por Bauman, justamente pelas novas constituições, configurações e concepções de gêneros, por não mais se encaixarem na rigidez binária do patriarcado. Ou seja, o patriarcado em toda a sua fórmula é sólido, enquanto a contracultura que rompe todos os modelos rígidos é líquida.

O rechaçamento às identidades de gênero e sexualidade que compõem a comunidade LGBTQIAP+ pelo modelo patriarcal se dá por qualquer similaridade ao modelo feminino. Ou seja, na lógica dos homens cis héteros LGBTQIAP+fóbicos, as lésbicas, mulheres bissexuais e homens transexuais não ganham respeito social, por se tratarem de mulheres²; homens gays, bissexuais e pansexuais apresentam proximidade ao universo feminino por conta do desejo sexual por homens trans ou biológicos, dignos, portanto, do rechaçamento social; as travestis e mulheres transexuais são performances de mulheres, tratadas muitas vezes por pronomes masculinos ou mesmo sendo chamadas pelos nomes de registro, mesmo quando conseguem legalmente adequação de gênero, não lhes cabendo o respeito; pessoas *Queers* se encaixam nas condições acima, potencializadas pela não padronização ao modelo patriarcal; pessoas intersexuais, por terem também a genitália feminina são tratadas como mulheres; assexuados masculinos, na lógica machista, tratam-se de gays por não se interessarem por mulheres; mulheres assexuadas, enfim, são mulheres; mulheres pansexuais são promíscuas. Portanto, a cultura patriarcal é hegemônica a qualquer outra forma que se desprenda dela e tenha qualquer elemento que possa ser relacionado ao universo feminino, desde que não espontaneamente apresente submissão total ao homem.

2 Homens transexuais, por mais que biologicamente mulheres, não são compreendidos como mulheres quando consideramos o gênero social.

Exemplificação: fontes dominantes do discurso

O uso de fontes do discurso para fins de levantamento de estratégias linguístico-discursivas de cunho ideológico se mostrou muito eficaz em minha tese, defendida em 2022, sob orientação da co-autora deste capítulo. Conforme foi apontado no trabalho, “as fontes, dentro do gênero notícias, são, basicamente, as formas de obtenção dos fatos, que servirão para a constituição do discurso jornalístico” (SESSA, 2022, p. 91). Portanto, a fonte se apresenta enquanto elemento para a notícia por meio de um discurso outro, não necessariamente com o mesmo perfil ideológico do jornalista que assina o texto jornalístico ou mesmo da própria empresa de notícias. Trata-se de uma linha da teia do discurso jornalístico.

Neste trabalho, utilizamos, portanto, a estrutura do discurso “fonte”, delimitando-a aos discursos produzidos pelos autores dos crimes e testemunhas, por se tratarem de participantes do discurso jornalístico, justamente com a finalidade de trazer quais elementos foram motivadores para as práticas violentas contra as mulheres cis ou trans, assim como elencamos quais escolhas foram utilizadas por esses agentes do abuso de poder que nos permitiram inferir coerência em relação às nossas apreensões sobre o grupo social composto por homens que praticam violência sob justificativas patriarcais.

Inferimos, portanto, às fontes, nos exemplos que seguem, a dedução de que elas remetem às ideologias do patriarcado inculcadas pela cultura de nossa sociedade que estabeleceu o modelo patriarcal como padrão. Exemplificamos a escolha do tema por meio de dois recortes, em duas reportagens distintas, em que mulheres foram assassinadas. O primeiro exemplo não dá ênfase às mulheres assassinadas, mas ao maníaco, sob a justificativa de se tratar de um assassino em série. O segundo exemplo traz a figura da mulher transexual assassinada, todavia sem nomeá-la na chamada da notícia, permanecendo a ênfase ao assassino. Analisaremos efetivamente caso a caso a seguir.



Maníaco de Guarulhos revela a motivação por trás do assassinato de mulheres

A pequena entrevista postada na página R7, da Rede Record, traz elementos da fonte para a compreensão por trás dos assassinatos cometidos pelo “maníaco de Guarulhos”, que confessou o assassinato de mais de 50 mulheres, tendo sido condenado a 128 anos de prisão, conforme aponta a notícia. Por se tratar de uma gravação, recorreremos aos termos utilizados pelo assassino para os adequarmos ao Quadrado Ideológico de van Dijk (2012), em que há o embate do Nós x Eles (neste caso, elas), com utilização de elementos linguístico-discursivos adjetivadores, pautados na cultura patriarcal, desenvolvidos para o abuso de poder.

No vídeo, o entrevistado inicialmente é descrito pela percepção do repórter. Aos 1 minuto e 27 segundos o assassino se manifesta após ser perguntado sobre quais tipos de mulheres ele não gosta. O autor dos crimes descreve essas mulheres como “promíscuas”, “que destroem relacionamentos” e aquele tipo de mulher “que trai”. Ao ser questionado quem era ele desde a infância, o “maníaco de Guarulhos” se autodescreve como “tranquilo” e “amigável”.

Contudo, o repórter o provoca e traz à tona que o assassino veio de um lar com brigas entre o pai e a mãe. Capciosamente, o entervis-

tador pergunta se seus atos criminosos têm a ver com a relação conflituosa de seus pais. O criminoso nega. Em seguida, o repórter afirma que a mãe do assassino traiu seu pai, que é confirmado pelo assassino após uma pausa silenciosa e uma afirmação leve com a cabeça. Tendo sua face descoberta, o autor dos crimes revela que não admitia a prática da mãe e ela (a mãe) “de alguma forma procurou aquilo”, que inferimos ser a violência.

Percebemos que o autor dos crimes se utiliza de elementos patriarcais quando atribui a promiscuidade à mulher, que podemos também entender como liberdade do corpo ou não propriedade do corpo a alguém (homem); assim como à mulher que trai, ou seja, aquela que sai do controle do marido. Quando o criminoso se refere à mulher que destroi relacionamentos, além de remeter à mulher sem dono ou mesmo à mulher sem controle de um homem, não menciona que essa mulher a que ele se refere se trata daquela que se relaciona com um homem casado. Isto é, o julgo negativo recaiu sobre a mulher e na ideologia de que ela não tem poder ou controle sobre o próprio corpo. Há o apagamento sobre qualquer intenção de julgar o homem casado, o que inferimos que o direito à traição pelo homem é uma prerrogativa patriarcal.

Em seu autojulgamento, o assassino se descreve como uma criança “tranquila” e “amigável” quando indagado de que como ele era na infância, amenizando seu perfil frio e assassino. Todavia, quando confrontado sobre a situação de violência doméstica quando criança, fica descaracterizado de que se tratava de um lar tranquilo. Nesta ação do repórter, o criminoso cai em contradição e reforça as ações de sua mãe como “traidora”, possível destruidora do próprio lar e “merecedora” de violência, pois afirma que a mãe “de alguma forma procurou aquilo”.

O Quadrado Ideológico de van Dijk (2012) fica nítido neste jogo de palavras e escolhas linguístico-discursivas produzidas pela fonte, por meio da provocação do repórter. O *Nós*, aqui representado por

homens cishéteros, de pensamento patriarcal, violentos, que se sentem donos de mulheres, tem o lado negativo atenuado por relações positivas (de quando criança) e pelo silenciamento do comportamento negativo. *Elas*, que poderiam ser retratadas por mulheres livres, donas de seus corpos e escolhas, são representadas também pelo viés patriarcal, caracterizadas pejorativamente como promíscuas, traidoras e destruidoras de lares. Nota-se que em nenhum momento há modalização de ações pelo criminoso para qualquer das partes. A relação é dicotomizada, tal qual o patriarcado entende as relações homens x mulheres.

Aqui, encontramos o uso de adjetivos como forma estratégia linguístico-discursiva para a contribuição e construção do discurso jornalístico. O uso desses elementos retirados da fonte nos permitiu enxergar de onde vem o fator motivacional para violências e crimes contra a mulher. A cultura tem um papel crucial nessas práticas sociais, por mais que já tipificadas pelo ordenamento jurídico brasileiro há muito tempo, como o crime contra a vida. Porém, em crenças machistas e sexistas, atenuadas por motivações torpes de cunho patriarcal.



A segunda notícia também se utiliza de fontes, enquanto elementos para construir o texto jornalístico, que tem viés ideológico atrelado à comunidade LGBTQIAP+. Entretanto, as fontes, neste caso, podem ser usadas em textos noticiosos com outras ideologias, como acontece com o de jornalismo investigativo.

O contexto da notícia indica que um homem casado foi preso após a descoberta pela polícia do corpo de Mayla Rafaela Martins, morta, em um matagal, em uma fazenda em Sorriso, no Mato Grosso. Após a prisão, por meio de investigação policial, o assassino, Jorlan Cristiano Ferreira confessou o crime, assim como confessou o envolvimento com a mulher transexual, que era mantido em segredo (por ele).

As fontes do assassino trazidas abaixo reforçam ramificações do patriarcalismo da fobia atrelada ao desejo, assim como a dificuldade de sair do modelo patriarcal, construído culturalmente. O assassino é um homem cis, casado e heterossexual. Porém, com conflitos internos que não o impediram de manifestar seus desejos pela jovem mulher transexual, mas o fizeram esconder o relacionamento até a descoberta pública de seu ato criminoso.

Ele (sic) chegou ali e começou a me ameaçar. Ele pediu uma cerveja, eu dei. Aí ele falou assim: 'Para eu sair daqui numa boa, sem eu fazer escândalo nenhum e não chamar a polícia pra você, eu quero tanto de dinheiro'. Eu falei: 'Não, você é louco'. Quando entrei para pegar essa cerveja, ele me pulou. E daí corri lá pra casa. Corri e ele veio atrás com a facinha de serra. Eu joguei todas as coisas dele no rio, a faca de serra, uma maquininha de cartão e acho que um celular. Parei em cima da ponte e joguei tudo no rio.

Não sei onde que pegou, mas finquei [a faca]. Daí ele só quis gritar por socorro, eu apertei mesmo e deixei. Segurei ele pelo pescoço, o mata-leão, e ele amoleceu. Aí eu soltei e

entrei em desespero, morreu, né? Eu não sabia o que fazer, pensei se podia ligar para a polícia ou não. 'Eu já estou fodid mesmo, vou carregar essa desgraça embora.*

Se ele só quisesse dinheiro, eu até dava, mas eu não tinha. Eu tinha R\$ 170. Ele me tomou a carteira na hora que falei que não tinha. Ele queria mil reais. Perguntei 'Mil reais pra quê, cara? Não fiz nada contigo'. E ele: 'Cara não, eu sou mulher'. E eu: 'Mulher, o cacet', porque pra mim se tem pint* é homem.*

Nesses três primeiros recortes, o uso recorrente do pronome masculino “ele” chama a atenção para fortalecer o rígido modelo patriarcal desenvolvido para a transfobia, que nega o papel da mulher transexual nos ciclos sociais como também mulher. O uso da gíria no masculino “cara”, traz dois elementos, o primeiro é a negação da figura feminina da mulher transexual pelo uso do termo no masculino, a outra está no tratamento dado no contexto, parece que o assassino tratava a vítima como um “brother” nestes relatos ocorridos antes do crime. A figura da mulher transexual, portanto, não cabe no universo patriarcal, tendo em vista que o substantivo “mulher”, para esse tipo de cultura, engessa o feminino à biologia e à simples função de procriação.

Outra atenção chamada nos três recortes do discurso, composto pelas fontes, é a nítida declaração de proximidade e relação do assassino com a jovem transexual, apesar do seu relato ser pejorativo. Ao que tudo indica, tendo em vista a queda de sua face como homem casado, um homem de família, a fonte traz elementos diretos, de um tratamento também quase comercial, já que a vítima andava com uma maquininha de cartão.

Entretanto, há uma defesa da face quando o criminoso afirma “não fiz nada contigo”. Aqui há a inferência de cunho sexual. Logo em seguida o assassino revela a transfobia ao afirmar “Mulher, o cacet*”, porque

pra mim se tem pint* é homem”. Neste fragmento há a contradição do homem hétero que deseja manter essa premissa e até manteria pela sociedade que tenta ou evolui na dispersão do patriarcalismo ao considerá-lo hétero pelo envolvimento com uma mulher transexual.

O Quadrado Ideológico de van Dijk (2012) aparece na relação Nós x Eles, “eles” na visão patriarcal e, “elas”, na nossa. O assassino, portanto, descreve a vítima, compreendida pelo “elas”, como ameaçadora, escandalosa, louca, agressiva, interesseira e chantagista, sendo que todos os adjetivos inseridos no discurso da fonte encontram-se no masculino. O criminoso se auto apresenta como vítima, alguém que tenta se defender e mata, declarando-se após a prisão, um f* dido. Aqui, a figura do “nós”, da forma como foi descoberto pela polícia, como autor do crime, restalhe, por fim, amenizar suas características ruins.

Este homem, além de cometer essa barbárie com minha amiga, ele premeditou, ele a assassinou, ocultou o cadáver dela e sumiu cofragmentom o celular dela. Ele estava tendo encontros amorosos com ela desde o início de dezembro. Desde quando a mulher dele viajou, ele a levava para casa, eles tinham encontro semanal. Tem mensagens, prints dela falando tudo isso. Queremos justiça. Mesmo depois de morta, ele está colocando a minha amiga como ladra e dizendo que extorquiu ele. A Mayla não fez isso, não andava com faca. Ela trabalhava e levava o dinheirinho para casa.

No último recorte, a fonte se trata de uma amiga da vítima. O uso dos pronomes, assim como toda a concordância nominal, é alternado para o gênero feminino em relação à fonte fornecida pelo assassino, respeitando a condição de mulher transexual da vítima. Podemos observar o uso de “minha amiga”, “dela”, “ele a assassinou”, “ela”, “ele a levava”, “depois de morta”, “ele está colocando a minha amiga como ladra”, “a Mayla”. É importante reforçar que esta fonte se trata de uma

contracultura ao patriarcalismo, estabelecendo novos jogos de estruturas linguístico-discursivas mais condizentes com a modernidade líquida, de Bauman.

Podemos utilizar o Quadrado Ideológico de van Dijk (2012) aqui para reverter a situação da vítima, descrita pelo assassino como uma figura marginalizada, quando a participante do discurso pertence ao mesmo gênero social da jovem transexual. Nesta fonte, o Nós é o grupo social “mulher”, seja biológico ou não, tendo em vista que a fonte, Rebeca Lopes, amiga da vítima há 8 anos, não é classificada como bio ou trans.

Portanto, representante do grupo social homens héteros cisgênero forjados pela cultura do patriarcado. No embate “Nós” x “Eles”, o nós se encontra na defesa de Mayla Rafaela Martins, por meio da estrutura linguístico-discursiva “Ela trabalhava e levava o dinheirinho para casa”, que descredibiliza a imagem descrita pelo assassino de que a vítima era uma figura marginal. Em contrapartida, a fonte descreve o assassino, além desse adjetivo, também de bárbaro, autor de um crime premeditado, ocultador de cadáver e traidor.

Podemos notar nas duas notícias a importância da fonte como elemento para a construção de discursos noticiosos, visto os dados e elementos que constroem a teia do discurso jornalístico.

Considerações finais

Este capítulo permeia um pouco sobre a problemática social de uma sociedade ainda regida pela rígida prática social machista e sexista, baseada na cultura patriarcal, mesmo diante da pluralidade de gêneros sociais e sexualidades. Isso ocorre quando um mundo não mais binário é ainda desqualificado por um modelo que, além de oprimir, engessa comportamentos abusivos e promove práticas sociais tanto

violentas, quanto criminosas em nome do padrão imposto pelo patriarcalismo.

Foi possível fazer um pequeno apanhado do patriarcado e entender sua relação com o poder e sua manutenção de forma opressora diante da figura feminina, assim como o deslocamento das práticas sociais pautadas no patriarcado diante da comunidade LGBTQIAP+, quando essa é entendida por similaridade ao papel social da mulher.

Nossos exemplos são pontuais em trazer elementos linguístico discursivos por meio de fontes jornalísticas em casos de violência contra a mulher biológica e transexual, pautando os ganchos ideológicos vinculados à cultura do patriarcado. É evidente que o uso de fontes para este tipo de análise se faz eficaz e pode desvelar relações assimétricas de poder por meio do discurso.

A cultura patriarcal se mostrou como forte mantenedora das relações assimétricas de poder por alimentar e consolidar, por meio de memórias episódicas a Memória de Longo Prazo, de uma parte da sociedade, a violência como prática social cabível como forma de garantir a hegemonia e o consequente domínio social, marginalizando qualquer outro modelo que não o contemple em sua rigidez. Entendemos, em contrapartida, a contracultura como forma eficaz para a obtenção de novas práticas sociais que respeitem as questões de gênero e sexualidade, a diversidade de corpos e a fluidez humana, não compreendida pelo modelo patriarcal

Referências

BORGES, S. *Empresário confessa assassinato de mulher trans e dá depoimento cruel à polícia em MT*. Hugo Gloss, Brasil, 19 jan. 2024. Disponível em: <https://hugogloss.uol.com.br/brasil/empresario-confessa-assassinato-de-mulher-trans-e-da-depoimento-cruel-a-policia-em-mt/>. Acesso em: 22 ago. 2024.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 24 ago. 2024.

COLET GIMENEZ, C. P.; HAHN, N. B. *A cultura patriarcal, violência de gênero e a consciência de novos direitos: um olhar a partir do Direito Fraterno*. Libertas: Revista de Pesquisa em Direito, v. 4, n. 1, 31 jul. 2018.

FARIA, N. *Patriarcado considera que o mundo é dos homens, e as mulheres lhe são subalternas*. [12 mar. 2014]. Rio de Janeiro: Sempreviva Organização Feminina. Entrevista concedida ao Jornal Bancário. Disponível em: <https://www.sof.org.br/patriarcado-considera-que-o-mundo-e-dos-homens-e-as-mulheres-lhe-sao-subalternas/>. Acesso em 20 ago. 2024.

GADEA, C. A. *O Interacionismo Simbólico e os estudos sobre cultura e poder*. Sociedade e Estado (UnB. Impresso), v. 28, p. 241-255, 2013.

GOUVEA, F. L. P.; LACERDA, L. T. ; SALES, A. *Dispositivo de sexualidade e modernidade líquida: do controle à visibilidade da homossexualidade*. in: Congresso Internacional de Direitos Humanos, 2017, Campo Grande - ms. Trabalho, Direitos Humanos e suas fronteiras. Campo Grande, 2017. Disponível em: <https://cidh2017.wordpress.com/wp-content/uploads/2017/10/ar-gt1-11.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2024.

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere, volume 1*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

- HALL, S. *Cultura e representação*. Organização e revisão técnica: Arthur Itu-assu; tradução: Daniel Miranda e William Oliveira. - Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.
- LERNER, G. *A criação do patriarcado*: história da opressão das mulheres pelos homens; tradução Luiza Sellera. Prefácio à edição brasileira por Lola Aronovich. - São Paulo: Cultrix, 2019.
- LIRA, F. S. L; BARROS, A. M. *Violência contra as mulheres e o patriarcado*: um estudo sobre o sertão de Pernambuco. Revista Ágora. - Vitória, n. 22. 2015. p. 275-297. ISSN: 1980-0096.
- MANÍACO de Guarulhos revela a motivação por trás do assassinato de mulheres. R7, [s.l], 12 jun. 2020 (Atualizado em 31 mar. 2024). Disponível em: <https://record.r7.com/videos/maniaco-de-guarulhos-revela-a-motivacao-por-tras-do-assassinato-de-mulheres-09062022/>. Acesso em 22 ago. 2024.
- ROSZAK, T. A *Contracultura*: reflexões sobre a sociedade tecnocrática e a oposição juvenil. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1972.
- SESSA, A. *Jean Wyllys - do BBB ao autoexílio*: discurso, representação social e LGBTQIA+fobia. 2022. Tese (Doutorado em Linguística). Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Espírito Santo, 2022.
- STF. Mês da Mulher: STF derruba uso de tese de legítima defesa da honra para crimes de feminicídio. 08 mar. 2023. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=503655&ori=1>. Acesso em: 22 ago. 2024.
- THOMPSON, J. B. *Ideologia e cultura moderna*: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 9. ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

VAN DIJK, T. A. *Discurso e contexto: uma abordagem sociocognitiva*. Tradução: Rodolfo Ilari. – São Paulo: Contexto, 2012.

VAN DIJK, T. A. *Discurso e poder*; Judith Hoffnagel, Karina Falcone (org.). – 2. ed., 3ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2017.

A paratopia, a desterritorialização e a cultura da poética ciborgue nos discursos artísticos de Edgar Franco

Ciberpajé

Ricardo Celestino

Considerações iniciais

Nas últimas décadas, Edgar Franco, artisticamente conhecido como *Ciberpajé*, tem se destacado por sua produção de discursos artísticos que utilizam inteligências artificiais como ferramentas criativas. Criador do universo ficcional Aurora Pós-humana e coordenador do grupo de pesquisa Cria_Ciber, vinculado à Universidade Federal de Goiás, Franco defende o uso das IAs como um meio para alcançar novos métodos de pensamento e criação. Este capítulo propõe uma reflexão sobre um aspecto da cultura do século XXI, a poética ciborgue, evidenciada pela forma que as inteligências artificiais generativas estão sendo cada vez mais incorporadas nas rotinas de criação

artística, particularmente em iniciativas de vanguarda, *underground* e independentes.

À luz das teorias de Ernesto de Melo e Castro, em *Poética ciborgue*, compreendemos que uma das condições para uma poética ciborgue é a consolidação de mitos, que sustentam os esforços irracionais da mente humana para criar algo racional. O mito da máquina criadora é um exemplo significativo que, embora ainda não completamente consolidado, é alimentado pelos avanços de plataformas como o ChatGPT e outras ferramentas de inteligências artificiais generativas. Esses avanços fomentam a expectativa de uma maior autonomia da máquina em relação ao humano. No entanto, a mediação humana permanece central para a potência criativa dessas ferramentas, configurando a sinergia entre corpo orgânico e corpo sintético, homem e máquina.

O salto subjetivo que as inteligências artificiais generativas podem oferecer na construção artística reside na ideia de que a arte se faz pela crítica de cunho dialético, em que cada indivíduo expressa objetivamente um sentir coletivo. Retomando a perspectiva vanguardista do poeta Jorge Meneses, uma “máquina de trovar” seria um aparato tecnológico, que potencializaria essa capacidade humana de expressar o sentir coletivo, atuando como um instrumento de pesquisa e um coletor de sentimentos coletivos.

Como aparato teórico-metodológico de nossa pesquisa, utilizamos a categoria de paratopia, proposta por Maingueneau (2014) e fundamentada pela Análise do Discurso de tendência francesa (AD). A paratopia é uma categoria produtiva por situar o lugar que o enunciador de um discurso artístico ocupa em relação a outros discursos. O enunciador artístico encontra-se em um território que, simultaneamente, existe e não existe, pois as conjunturas para a enunciação desse tipo de discurso são dadas coletivamente, mas de maneira caótica, sem uma instituição centralizadora que certifique uma ordem

específica para o fazer artístico. A paratopia influencia a escolha estética dos enunciados artísticos e a maneira como o sujeito se (des) territorializa em relação às conjunturas culturais de seu tempo.

Dialogamos essa noção com as reflexões sobre territorialidade propostas por Gilles Deleuze e Felix Guattari (2014). Em *Mil Platôs*, os autores observam que, de um lado, há um processo cultural de territorialização, isto é, os espaços sociais são organizados e delimitados, criando territórios definidos, que não se restringem apenas ao espaço físico, mas também a espaços simbólicos, culturais e sociais. A territorialização envolve a criação de limites e a atribuição de significados a esses espaços. Por outro lado, a cultura também oferece ações coletivas de desterritorialização, ou seja, um processo de desestabilização ou dismantelamento dos territórios estabelecidos, representando a ruptura com estruturas fixas e a abertura para novas possibilidades. Compreendemos que os discursos artísticos têm compromissos culturais com a desterritorialização.

Como amostra de pesquisa, selecionamos a animação “O Enterro dos Deuses”, coordenada por Ciberpajé, que utiliza a inteligência artificial generativa *Deep Dream* para a constituição de seus enunciados artísticos. Esta obra exemplifica a interseção entre a paratopia, a desterritorialização e a cultura da poética ciborgue, esclarecendo como a sinergia entre humano e máquina pode gerar novas formas de expressão artística e cultural no século XXI.

A cultura da poética ciborgue

Eagleton (2005) conceitua a cultura com base em uma perspectiva marxista, explorando como o conceito se entrelaça com o desenvolvimento do capitalismo e suas transformações ao longo da história da humanidade. Ele argumenta que a cultura não pode ser dissociada das relações de produção e reprodução material da vida, destacan-

do que as práticas culturais são intrinsecamente ligadas às condições econômicas e sociais de cada época. Essa abordagem permite uma compreensão dinâmica e histórica da cultura, reconhecendo-a como um fenômeno em constante movimento e transformação. Ao adotar essa perspectiva, Eagleton nos convida a refletir sobre como as mudanças nas estruturas econômicas e sociais influenciam e são influenciadas pelas práticas culturais, oferecendo uma visão crítica e abrangente das interações entre cultura e materialidade.

Neste capítulo, temos o objetivo de analisar como as práticas culturais artísticas são impactadas com o avanço tecnológico, econômico e social das Inteligências Artificiais Generativas (IAs). Priorizamos a análise de uma amostra em que o enunciador elabora um discurso artístico híbrido produzido por um humano em colaboração com uma IA, o que pode ser visto como uma manifestação contemporânea polêmica: de um lado, vanguarda, por outro, retrocesso. Obras de arte geradas de forma híbrida por humanos e IA, como pinturas, músicas ou poemas, não apenas refletem as capacidades tecnológicas de nossa era, mas também dialogam com questões econômicas e sociais, como a automação, a ética da criação artística e a redefinição do trabalho humano. Essas práticas artísticas híbridas exemplificam como a cultura está em constante diálogo com as forças materiais e tecnológicas que moldam a vida humana. Elas desafiam as noções tradicionais de autoria e criatividade, propondo novas formas de colaboração e produção cultural. Assim, é produtivo, para essa seção, refletirmos acerca de uma abordagem sobre a cultura artística que implica reconhecer sua natureza histórica e mutável, sempre em diálogo com as forças econômicas e sociais que moldam a vida humana. A arte híbrida, ao integrar elementos humanos e tecnológicos, torna-se um campo fértil para explorar essas dinâmicas e compreender como a cultura se transforma em resposta às inovações e desafios contemporâneos.

Nesse sentido, a perspectiva de cultura apresentada por Eagleton (2005) possibilita uma análise do processo histórico que enfatiza a

natureza dinâmica e mutável dos significados culturais ao longo do tempo. À medida que a história avança, os significados atribuídos aos eventos e práticas culturais também se transformam, refletindo as experiências e percepções dos sujeitos em cada período específico. Dessa forma, a cultura é concebida como um conjunto de práticas sociais concretas, profundamente enraizadas na realidade material e nas condições históricas de cada época e não como uma abstração idealizada e desvinculada do contexto social. A cultura deve ser entendida dentro de um processo contínuo de limites e pressões, onde as práticas são constantemente moldadas e remoldadas pelas forças econômicas, políticas e sociais. Essa visão crítica desafia a noção de cultura como algo estático ou universal, destacando sua natureza contingente e situada. Ao reconhecer a cultura como um campo de luta e negociação, Eagleton nos impulsiona a compreender como as relações de poder e as estruturas sociais influenciam e são influenciadas pelas práticas culturais, revelando a complexa interdependência entre cultura e realidade material.

A arte híbrida exemplifica essa interdependência. Situada na interseção entre tecnologia e criatividade humana, esse tipo de produção não apenas reflete as condições econômicas e sociais de nossa era, mas também desafia e reconfigura essas mesmas condições. Santaella (2022) destaca que a colaboração entre humanos e IA na criação artística levanta questões sobre autoria e propriedade intelectual. Quem detém os direitos sobre uma obra criada conjuntamente por um humano e uma IA? Essa questão desafia as noções tradicionais de autoria e pode levar a uma reavaliação das leis de propriedade intelectual, influenciando as estruturas legais e econômicas que governam a produção cultural.

Contudo, a problemática autoral não é a principal polêmica em torno da disseminação das IAs na vida social. Santaella (2022) observa também que o acesso à tecnologia de IA é desigual no Sul Global, refletindo e exacerbando as desigualdades sociais e econômicas exis-

tentes. Esse contexto motivou a realização do evento *Aproveitando a IA para equidade social e desenvolvimento sustentável*, organizado pelo G20, em abril de 2024, em Brasília. Especialistas em IA da Índia, África do Sul, Brasil e da América Latina debateram acerca dos desafios entorno da busca por superação das desigualdades de infraestrutura para o desenvolvimento da IA em países em desenvolvimento. Para compreendermos a disparidade entre países desenvolvidos e em desenvolvimento no quesito investimentos em IA, o encontro apresentou que o investimento privado em tecnologia atingiu 96 bilhões de dólares em 2023. 70% desse investimento tem origem nos Estados Unidos, China e Reino Unido. Outro cenário que estimulou muitos debates foi o fato de que metade da população mundial não tem acesso a uma internet estável e financiamento significativo para manipular e experienciar as potencialidades dessa ferramenta. Nesse sentido, as práticas culturais da arte híbrida podem ser dominadas por aqueles que têm acesso a recursos tecnológicos avançados, marginalizando artistas de comunidades menos favorecidas. Isso cria uma dinâmica de poder onde a inovação tecnológica pode tanto democratizar quanto concentrar o poder cultural. Ainda, as plataformas digitais e as corporações, que desenvolvem tecnologias de IA, têm um controle significativo sobre o que é produzido e disseminado. Isso pode levar a formas sutis de censura e controle cultural, em que certos tipos de expressão artística são promovidos ou suprimidos de acordo com interesses corporativos ou políticos.

Ademais, também podemos observar que a integração de IA na produção artística pode redefinir o conceito de trabalho na economia criativa. A automação de processos criativos pode tanto liberar os artistas para se concentrarem em aspectos mais conceituais quanto ameaçar seus meios de subsistência. Isso reflete uma tensão entre inovação tecnológica e a preservação de empregos humanos, influenciando as políticas de trabalho e economia. Ainda, compreendemos que a arte híbrida exige novas competências e conhecimentos, tan-

to técnicos quanto criativos. As instituições educacionais precisam adaptar seus currículos para preparar os futuros artistas para trabalhar com IA, o que implica uma transformação nas estruturas educacionais e nos paradigmas de formação artística. Por fim, a colaboração com IA pode expandir as possibilidades de expressão cultural, permitindo a criação de obras, que combinam diferentes tradições e estilos de maneira inédita. No entanto, também pode levar a uma homogeneização cultural, cujas produções artísticas são influenciadas por algoritmos que refletem os vieses e preferências predominantes.

Em face desse cenário, destacamos que a cultura, na perspectiva de Eagleton (2005), é um todo complexo que inclui conhecimento, crença, arte, moral, lei, costume e quaisquer outras capacidades e hábitos adquiridos pelo ser humano como membro da sociedade. A cultura abrange todos os aspectos da vida social, que não são geneticamente transmissíveis, enfatizando sua natureza adquirida e compartilhada. Nesse sentido, interessa-nos compreender as práticas culturais inerentes a uma obra de arte híbrida, no que concerne à poética ciborgue, investigando os costumes, ritos e valores que a configuram como uma alternativa inovadora na produção artística contemporânea marcada pela simbiose humano e IA. A poética ciborgue, ao integrar elementos tecnológicos e biológicos, desafia as fronteiras tradicionais entre o humano e o não-humano, propondo novas formas de expressão e interação cultural. Ao explorar essas práticas, objetivamos revelar como essa condição da discursividade artística contemporânea se insere no contexto mais amplo da cultura, refletindo e respondendo às transformações tecnológicas e sociais de nossa era. Assim, buscamos entender de que maneira essas práticas culturais específicas contribuem para a reconfiguração dos modos de vida e das formas de produção artística, oferecendo novas perspectivas e possibilidades para a criação e a experiência estética.

Castro (2014) propõe uma discussão acerca das artes híbridas, ao elaborar uma reflexão crítica entorno de uma poética marcada pela

simbiose entre homem e máquina, explorando a relação intrínseca entre o fazer artístico humano e a tecnologia. A poética ciborgue, expressão adotada pelo autor em seus estudos, nos orienta a refletir acerca de uma redefinição da criação artística e uma mudança na lógica enunciativa dos discursos, especialmente em casos de discursos artísticos produzidos em colaboração entre IA e humanos. Isso implica, nesse sentido, em uma alternativa de o ser humano existir e relacionar-se no mundo, especialmente em face da explosão tecnológica que, dia a dia, modifica o modo como nos relacionamos com a arte. Essa poética não se limita a incorporar a tecnologia como uma ferramenta auxiliar, mas a vê como uma extensão integral do ser humano, em que a máquina e o humano se fundem em um processo criativo contínuo e interdependente. A voz autoral se torna híbrida, mesclando a intencionalidade humana, no caso de nossa amostra de pesquisa, com a capacidade generativa da IA. Isso resulta em discursos artísticos que são co-criados, em que a autoria é compartilhada e a enunciação é um produto de múltiplas agências. A IA contribui com padrões, algoritmos e possibilidades que o humano pode não ter considerado, enquanto o humano guia e refina essas contribuições, criando uma nova forma de expressão que transcende as capacidades individuais de cada parte.

A presença da IA na criação artística descentraliza o sujeito enunciadador do monopólio do sujeito empírico, desafiando a noção tradicional de um autor singular e autônomo. A enunciação dos discursos artísticos se torna um processo colaborativo e distribuído, onde a identidade do autor é diluída em um fluxo contínuo de interação entre humano e máquina. A poética ciborgue permite refletirmos acerca da exploração de novas formas de linguagem e expressão, combinando a criatividade humana com a capacidade de processamento de dados da IA. A enunciação dos discursos artísticos incorpora elementos, que podem incluir, desde a geração automática de texto e imagem, até a manipulação de grandes volumes de dados cul-

turais. Essa complexidade oferece novas camadas de significado e interpretação do discurso artístico. Castro (2014) observa que a poética ciborgue desafia as fronteiras tradicionais entre o natural e o artificial, propondo uma nova ontologia em que a tecnologia não é apenas um meio, mas parte integrante da experiência artística.

Nesse contexto, a arte híbrida emerge como um campo fértil para a experimentação e inovação, onde a relação entre o fazer artístico humano e a tecnologia não é apenas instrumental, mas simbiótica. A tecnologia não apenas amplia as capacidades humanas, mas também transforma a própria natureza do que significa ser humano. A poética ciborgue nos possibilita refletir sobre alternativas para novas expressões de nossa subjetividade, em que a identidade e a criatividade são constantemente renegociadas em um diálogo contínuo com as máquinas. Em face disso, compreendemos que a arte híbrida pode proporcionar uma reelaboração do Real, à luz da perspectiva lacaniana.

É através da linguagem que o sujeito se desdobra, e é na busca por uma elaboração do inconsciente que a noção de Real se torna evidente. O Real, em Lacan (1998), é aquilo que escapa à simbolização, o que não pode ser completamente capturado pela linguagem. É o impossível de ser dito, o que permanece fora do alcance do simbólico e do imaginário. O Real é, portanto, uma dimensão que desafia a compreensão e a articulação linguística, representando o limite da experiência humana.

No *Seminário XI*, Lacan (1998) explora como o inconsciente e o Real se entrelaçam na constituição do sujeito. O inconsciente, ao ser estruturado como uma linguagem, revela a presença constante do Real como aquilo que resiste à simbolização. O sujeito, ao tentar elaborar seu inconsciente, confronta-se inevitavelmente com o Real, que se manifesta como lacunas, falhas e rupturas no discurso. A relação entre o inconsciente e o Real é, portanto, uma relação de tensão e complementaridade. O inconsciente busca articular o que é recalca-

do, enquanto o Real representa o que permanece inarticulado. Esta dinâmica é fundamental para a compreensão do sujeito em Lacan (1998), pois revela a complexidade da experiência humana, onde a linguagem e o desejo se encontram com o limite do inefável.

Para localizar o Real, Lacan (1998) introduz os conceitos de *tichê* e *automaton* como mecanismos fundamentais. Esses conceitos são essenciais para compreender como o sujeito se depara com o Real, uma dimensão que escapa à simbolização e à representação completa. *Tichê* é um termo que Lacan (1998) utiliza para descrever o encontro contingente com o Real. Este encontro é caracterizado por sua imprevisibilidade e por sua capacidade de interromper a cadeia de significantes que estrutura o inconsciente. O Real, nesse contexto, é aquilo que irrompe de forma inesperada, desafiando a ordem simbólica e revelando a falha inerente ao sistema de significação. O *tichê* é, portanto, o momento de ruptura, onde o sujeito se confronta com algo que não pode ser completamente assimilado ou representado pela linguagem.

Por outro lado, *automaton* refere-se à repetição automática dos signos dentro da cadeia de significantes. Este conceito está ligado ao funcionamento do inconsciente, que opera de maneira automática, seguindo o princípio do prazer. O *automaton* é a insistência dos significantes em se repetirem, criando padrões e regularidades que estruturam a experiência do sujeito. Esta repetição é governada pelo princípio do prazer, que busca evitar o desprazer e manter a homeostase psíquica. Lacan (1998) compreende que é precisamente na repetição automática do *automaton* que o *tichê* pode surgir. A insistência dos significantes cria uma expectativa de continuidade e previsibilidade, mas o encontro com o Real interrompe essa cadeia, introduzindo o inesperado e o contingente. O Real, assim, se manifesta como aquilo que não pode ser previsto ou controlado pelo *automaton*, revelando a limitação do princípio do prazer em lidar com o que é verdadeiramente traumático e disruptivo.

Ambos os conceitos ilustram a dinâmica entre o inconsciente e o Real. O inconsciente, estruturado como uma linguagem, opera através do *automaton*, repetindo significantes e criando uma rede de significações que busca manter a estabilidade psíquica. No entanto, o Real, como *tichê*, irrompe essa rede, introduzindo o elemento de surpresa e desordem que desafia a simbolização. A interação entre *tichê* e *automaton* é crucial para a compreensão do sujeito em Lacan (1998). O sujeito é constantemente confrontado com o Real, que se manifesta como rupturas e falhas na cadeia de significantes. Estas rupturas são momentos de crise, onde o sujeito é forçado a lidar com o que não pode ser simbolizado ou integrado na ordem simbólica. O Real, portanto, é uma presença constante que desafia a completude e a coerência do sistema de significação. O *tichê* representa o encontro contingente e disruptivo com o Real, enquanto o *automaton* descreve a repetição automática dos significantes no inconsciente. A interação entre esses conceitos revela a complexidade da experiência psíquica, na qual a ordem simbólica é constantemente desafiada pelo que escapa à simbolização.

A arte híbrida, realizada pela colaboração entre IA e humanos, pode oferecer novas perspectivas sobre o alcance da linguagem em significar o Real. A interação simbiótica pode ser vista como uma alternativa para a reelaboração da subjetividade humana, uma vez que a introdução da IA na criação artística expande o repertório de significantes disponíveis para o sujeito. A IA pode gerar novos padrões, metáforas e narrativas, que enriquecem o campo simbólico, permitindo a exploração de temas e conceitos de maneiras inéditas. Essa expansão reflete uma subjetividade que é simultaneamente humana e tecnológica. Ainda, a colaboração com IA pode possibilitar aos artistas explorarem ainda mais desdobramentos de si mesmos, integrando perspectivas e capacidades que vão além do humano. Essa dinâmica nos leva a investigar a possibilidade de uma subjetividade híbrida, em que a identidade é co-construída em um processo dialógico com a

máquina, desafiando as noções tradicionais de individualidade e autonomia. Na poética ciborgue, a subjetividade humana é transformada pela interação contínua com a tecnologia. A IA, ao participar do processo criativo, introduz novos elementos simbólicos, que podem expandir os limites da identidade e da criatividade humanas.

A perspectiva articulada por Castro (2014) sobre a poética ciborgue nos convida a refletir sobre como a tecnologia permite novas formas de interação sensorial e cognitiva, expandindo os limites do que é possível experimentar e expressar. A arte híbrida, nesse sentido, não é apenas uma extensão das capacidades humanas, mas uma transformação radical da maneira como percebemos e nos envolvemos com o mundo. A tecnologia já permite a criação de experiências sensoriais que vão além das limitações humanas naturais. Por exemplo, a realidade aumentada (AR) e a realidade virtual (VR) podem criar ambientes imersivos que envolvem múltiplos sentidos simultaneamente, proporcionando uma experiência estética mais rica e complexa. No caso de nossa amostra de pesquisa, a arte híbrida em questão pode induzir formas de sinestesia, nas quais o estímulo de um sentido provoca experiências em outro. A IA pode gerar composições que combinam som, imagem e movimento que, coordenada por um artista, pode alcançar potencial de vanguarda em seu tempo, criando uma experiência sensorial integrada que desafia as fronteiras tradicionais entre os sentidos. Isso significa que, na simbiose humana, algoritmos de aprendizado de máquina podem gerar padrões e associações, que não seriam intuitivos para a unidade humana, abrindo novas possibilidades para a exploração estética e intelectual.

Castro (2014) lança luz sobre a necessidade de se enxergar que a tecnologia não apenas possibilitou, mas continua a possibilitar o surgimento de novas linguagens visuais, que trazem à tona diferentes formas de leitura e fruição estética. Essas novas linguagens exigem uma abertura emocional e mental dos leitores e espectadores, que passam a interagir com a arte de maneira mais direta e imersiva. A

poética ciborgue nos permite compreender os caminhos percorridos pelo ser humano até se tornar um ciborgue: um sujeito potenciado pela sinergia com a máquina. Essa transformação não apenas marca a dinâmica do processo criativo, mas também as características poéticas das imagens e obras assim obtidas.

Em suma, o artista ciborgue é aquele que busca um novo tipo de relacionamento consigo mesmo e com seu leitor, utilizando a tecnologia para reconstruir e reinventar os transcódigos que cada discurso transporta. Castro (2014) compreende que esses transcódigos são sistemas de significação, que aguardam ser decifrados e reinterpretados por cada leitor, criando uma experiência estética única e personalizada. A interação entre o enunciador e seu público é, portanto, uma dança contínua de significados, na qual a tecnologia serve como mediadora e amplificadora dessa troca. As artes digital e híbrida parecem romper com as limitações físicas dos meios analógicos, introduzindo conceitos como interatividade, virtualidade e simulação. A poética, nesse novo contexto, torna-se um campo de experimentação onde o artista pode manipular dados, algoritmos e interfaces para criar experiências estéticas inovadoras, circum-navegando em diferentes territórios, como refletimos na seção seguinte.

Paratopia e (des)(re)territorialização nas práticas artísticas ciborgues

A poética ciborgue impõe a urgência de um enunciador artista simbiótico, que ocupa uma posição paratópica, conforme delineada por Maingueneau (2014), e desterritorializa as formas tradicionais de agenciamento do enunciador e da enunciação artística, conforme a perspectiva de Deleuze & Guattari (2014). Este enunciador, ao ocupar um lugar paratópico, transcende as fronteiras convencionais da cria-

ção artística, operando em um espaço de intersecção entre o humano e o tecnológico. A IA emerge como ponto de entrada a um território híbrido, um *locus* de respostas prontas e dinâmicas, que se configura também como uma extensão do artista na captura e registro de subjetividades fluidas e múltiplas. Nesse contexto, exploramos a categoria de paratopia proposta por Maingueneau (2014), e sua relação intrínseca com a noção de territorialização em Deleuze & Guattari (2014), evidenciando como a poética ciborgue reconfigura as regras da enunciação artística e expande os horizontes da criação contemporânea.

Maingueneau (2014) considera que a enunciação artística desestabiliza a representação tradicional de um lugar, algo dotado de um dentro e um fora institucional. No caso da poética ciborgue, os discursos artísticos impõem uma questão crucial: qual é o lugar que o humano ocupa em uma arte simbiótica? A poética ciborgue desafia as fronteiras entre o humano e o tecnológico, propondo uma nova ontologia onde a tecnologia não é apenas um meio, mas parte integrante da experiência artística. A arte, ao operar nas fronteiras, desestabiliza o que há muito tempo foi considerado estável nas práticas sociais: as atividades humanas realizadas por elas mesmas. Com a poética ciborgue, tratar sobre a coisa humana implica uma enunciação compartilhada, em que a responsabilidade enunciativa é diluída em um fluxo contínuo de interação entre humano e máquina. Isso reflete uma mudança paradigmática na forma como entendemos a enunciação artística. Ao desestabilizar a representação institucional de um lugar, os enunciados artísticos abrem espaço para novas formas de pertencimento e identidade. Isso significa que a poética ciborgue questiona e redefine o que é humano e o que é elevado a um outro lugar, ainda em aceitação e negociação na prática social de outras instituições, que não a arte. A arte, nesse contexto, serve como ponto de partida para desestabilizar essas fronteiras, problematizando e experimentando novas formas de interação e expressão. A enunciação ciborgue integra a tecnologia como parte essencial da experiência ar-

tística, criando um espaço de interação e negociação contínua, onde o humano e o tecnológico coexistem de maneira indissociável.

É o caso do curta-metragem de ficção científica “Sunspring”, projeto fruto de uma parceria entre o cineasta Oscar Sharp e o especialista em redes neurais Ross Goodwin. O projeto exemplifica essa desestabilização, ao deslocar o humano do centro da criação artística. Com o ator Thomas Middleditch, conhecido por seu papel em “Silicon Valley”, o filme foi inteiramente escrito por uma IA chamada Jetson, também conhecida como “Benjamin”. Além disso, a trilha sonora do curta foi criada pelo algoritmo e interpretada pela dupla Andrew James & The Steady Tiger, reforçando a integração entre tecnologia e arte. Para criar o roteiro de “Sunspring”, Ross Goodwin alimentou uma rede neural com roteiros de filmes icônicos como “Highlander”, “Ender’s Game”, “Interestelar”, “O Quinto Elemento” e “Os Caça-Fantasmas”. Em seguida, instruiu o computador a gerar um roteiro baseado nos argumentos selecionados pelo Festival de Curtas-Metragens de Ficção Científica de Londres. A obra resultante questiona a noção de autoria e originalidade, tradicionalmente atribuídas ao gênio humano, ao revelar que algoritmos podem participar do processo criativo artístico. A produção de “Sunspring” possibilita a reflexão de uma nova configuração do campo artístico, onde a inteligência artificial não apenas participa, mas também redefine os parâmetros da criatividade e da expressão, promovendo uma reavaliação crítica do que significa ser humano na era digital. Ao integrar a IA em múltiplos aspectos da produção, “Sunspring” não só desafia as concepções tradicionais de autoria, mas também expande os limites do que é possível na interseção entre tecnologia e arte, subvertendo as expectativas e abrindo novas possibilidades para a criação artística.

Em face disso, compreendemos que os meios artísticos são fronteiras, o que nos leva a refletir que a existência social da arte supõe, na perspectiva de Maingueneau (2014), ao mesmo tempo a impossibilidade de ela se fechar em si mesma e a de se confundir com a

sociedade comum. A arte, ao operar nas fronteiras, mantém-se em um estado de constante negociação e redefinição, alimentando-se de lugares, grupos e comportamentos que não podem ser plenamente contidos pelas estruturas sociais estabelecidas. No caso da poética ciborgue, essa noção de fronteira é expandida ainda mais, integrando não apenas o profissional artista, mas também outros profissionais de diversas áreas para a produção de uma enunciação artística híbrida. Programadores, engenheiros da informação, roteiristas e artistas plásticos são alguns dos agentes que colaboram na criação do produto enunciativo final: a arte híbrida. Essa colaboração interdisciplinar desestabiliza as fronteiras tradicionais da arte, estabelecendo novas conexões com áreas da ciência e da tecnologia que outrora não faziam parte do campo artístico. A revolução que a poética ciborgue propõe na enunciação artística reside na capacidade de integrar conhecimentos e habilidades de diferentes campos, criando um espaço de interação e negociação contínua. A engenharia da informação, a programação e o conhecimento crítico artístico se tornam componentes essenciais na criação de obras de arte que não apenas desafiam as fronteiras entre o humano e o tecnológico, mas também entre as disciplinas acadêmicas e profissionais. Essa integração promove uma enunciação artística que é, ao mesmo tempo, colaborativa e distribuída, refletindo a complexidade e a interconectividade do mundo contemporâneo.

Nesse sentido, as reflexões acerca da territorialização e desterritorialização propostas por Deleuze & Guattari (2014) nos auxiliam a compreender as nuances dessa operação fronteiriça das IAs no campo da arte. A noção de território, segundo os filósofos, é entendida como aquilo que delimita e articula ontologicamente os seres humanos. O território pode ser relativo a um espaço vivido, ou a um sistema de coerções, de regras, de normalizações que apropria a subjetivação. Ele é constituído por um conjunto de projetos e representações, uma

série de comportamentos, de investimentos recorrentes em espaços sociais, culturais, estéticos e cognitivos. Nesse sentido, o campo da arte, embora estabeleça-se sempre nas fronteiras com outros campos de atividades culturais, possui um território em constante concorrência e transformação. As regras que determinam o que é considerado uma boa arte são constantemente revisitadas e revisadas, refletindo a dinâmica intrínseca do campo artístico. O território da arte, portanto, é um agenciamento, uma configuração temporária e mutável de elementos que podem ser continuamente reconfigurados. Como tudo que pode ser agenciado, o território da arte também pode ser desterritorializado e reterritorializado, ou seja, pode ser desfeito e refeito em novas formas e contextos.

A introdução das IAs na criação artística exemplifica esse processo de desterritorialização e reterritorialização. As IAs, ao participarem do processo criativo, desestabilizam as fronteiras tradicionais do campo artístico, introduzindo novas formas de subjetivação e expressão. A presença da IA na arte não apenas amplia o território artístico, mas também o redefine, criando novas possibilidades de interação e colaboração entre humanos e máquinas. Esse processo de desterritorialização implica a quebra de normas e convenções estabelecidas, permitindo a emergência de novas práticas e discursos artísticos. A desterritorialização promovida pela IA no campo da arte pode ser vista como uma expansão das fronteiras do território artístico, incorporando elementos de outras disciplinas, como a ciência da computação, a engenharia de software e a análise de dados. A reterritorialização, por sua vez, ocorre quando esses novos elementos e práticas são assimilados e integrados ao campo artístico, criando novas formas de expressão e subjetivação. A arte ciborgue, por exemplo, negocia o pertencimento a um território onde a tecnologia passe a ser vista, de forma legítima, como uma parte integrante da experiência artística. A colaboração entre humanos e máquinas na criação artística, resultando em um discurso híbrido, ainda não é plenamente

aceito e absorvido no campo da arte.

Deleuze & Guattari (2014) propõem dois tipos de agenciamentos associados à dinâmica de territorialização e desterritorialização: os agenciamentos coletivos de enunciação e os agenciamentos maquínicos de corpos. Os agenciamentos maquínicos de corpos correspondem a máquinas sociais, a corpos que, no laço social, se territorializam, desterritorializam e reterritorializam-se. No contexto da arte híbrida, o sujeito enunciador desse tipo de discurso é um corpo fronteiro transumano que ainda negocia o pertencimento a um território. Esse corpo é constituído por uma pluralidade de fragmentos de corpos legítimos no laço social, representando as engrenagens sociais em funcionamento. A arte híbrida, ao incorporar elementos tecnológicos e humanos, cria um sujeito enunciador que é simultaneamente múltiplo e fragmentado, refletindo a complexidade das interações sociais contemporâneas. Essa configuração levanta questões cruciais sobre a ética, o lugar e o alcance desse corpo híbrido e ciborgue que produz enunciados artísticos. Quais são as implicações éticas de um sujeito enunciador que é, por natureza, híbrido e desterritorializado? Como esse corpo ciborgue negocia seu pertencimento a diferentes territórios sociais e culturais? E, mais importante, quais territórios do laço social ele reelabora e transforma através de sua prática artística?

Os agenciamentos coletivos de enunciação, por sua vez, remetem à qualidade dos enunciados, ao regime de signos compartilhados, a um estado de palavras e símbolos no campo da expressão. No contexto da poética ciborgue, surge a questão do potencial artístico dos enunciados produzidos por essa nova dinâmica de construção enunciativa. A mobilização simbiótica entre humano e máquina reflete quais estados de palavras e símbolos, essenciais à expressão artística? Quais são os ganhos e perdas nessa dinâmica de desterritorialização e reterritorialização dos enunciados agenciados? A poética ciborgue, ao integrar a tecnologia como parte essencial do processo criativo, desafia e expande os regimes de signos tradicionais. Os enunciados

produzidos nesse contexto são o resultado de uma colaboração contínua entre humanos e máquinas, criando novas formas de expressão que transcendem as limitações dos discursos tradicionais. Essa dinâmica simbiótica permite a exploração de novas possibilidades artísticas, onde a criatividade humana é potencializada pela capacidade de processamento e análise de dados das máquinas. No entanto, essa integração também levanta questões sobre a autenticidade e a originalidade dos enunciados artísticos. Até que ponto os enunciados produzidos por essa colaboração híbrida podem ser considerados genuinamente artísticos? E quais são as implicações dessa nova forma de enunciação para a compreensão e valorização da arte? Nesse sentido, a poética ciborgue representa uma reconfiguração radical dos territórios do laço social e dos regimes de signos no campo da arte. A desterritorialização e a reterritorialização dos enunciados agenciados refletem uma transformação contínua das fronteiras entre o humano e o tecnológico, criando novas formas de subjetivação e expressão artística.

Contribui para um olhar sobre a territorialização e a desterritorialização da arte híbrida as reflexões das produções enquanto discurso constituinte. Maingueneau (2014) observa que a arte não pode de fato pertencer plenamente ao espaço social, mantendo-se nas fronteiras entre a inscrição em seus funcionamentos tópicos e o abandono a forças que excedem por natureza toda economia humana. A arte, ao operar nessas fronteiras, desafia as delimitações tradicionais e se mantém em um estado de constante negociação e redefinição. Na poética ciborgue, o que torna o discurso constituinte é a confluência de forças para a consolidação de um sujeito-enunciador híbrido capaz de parasitar lugares e fronteirizar espaços. Esse sujeito-enunciador híbrido é o resultado da colaboração interdisciplinar, onde as fronteiras entre arte, ciência e tecnologia são continuamente negociadas e redefinidas. A arte ciborgue, ao integrar elementos de diversas áreas, cria um espaço de interação e negociação contínua, onde o humano

e o tecnológico coexistem de maneira indissociável. Essa hibridização e desterritorialização promovem uma nova forma de enunciação artística, onde a identidade do autor é diluída em um fluxo contínuo de interação entre diferentes agentes. Assim, a enunciação artística ciborgue não apenas redefine o papel dos profissionais envolvidos, mas também transforma a própria natureza da arte, propondo uma visão onde as fronteiras entre disciplinas são continuamente expandidas e reconfiguradas. A poética ciborgue, ao integrar a tecnologia como parte essencial da experiência artística, cria um espaço de inovação e experimentação, onde o discurso artístico é constantemente renovado e enriquecido pela confluência de diferentes saberes e práticas.

Análise de uma produção artística ciborgue

Para a análise deste capítulo, selecionamos como amostra de pesquisa o projeto musical liderado por Edgar Franco, conhecido artisticamente como Ciberpajé, intitulado *O Enterro dos Deuses*. Este videoclipe resulta da musicalização de aforismos gravados com a voz de Ciberpajé, acompanhada por músicos de diversas bandas de heavy metal e rock experimental com quem o autor tem trabalhado nas últimas décadas. Segundo Franco (2024a),

O Enterro dos Deuses tem como marco seu pioneirismo brasileiro na utilização da tecnologia Deep Dream, uma forma de inteligência artificial e rede neural que altera padrões identificados em imagens digitais, reorganizando-as para que sejam identificadas pelo olho humano, e gerando assim efeitos que remontam experiências visuais psicodélicas.

A tecnologia *Deep Dream Generator*, empregada para selecionar os materiais brutos na construção do videoclipe é uma ferramenta de IA, que facilita a geração rápida e fácil de imagens únicas e de alta

qualidade. Esta ferramenta oferece recursos avançados como *Text 2 Dream*, *Deep Style* e *Deep Dream*, além de possibilitar a criação de arte psicodélica e abstrata. Embora algumas funcionalidades exijam conhecimento técnico, a interface é intuitiva. O *Deep Dream Generator* pode ser utilizado em diversas áreas, como marketing digital, design de produtos e arte digital. A plataforma também possui uma versão gratuita, embora com algumas limitações.

O videoclipe possui uma duração aproximada de 3 minutos e 30 segundos. O trabalho audiovisual combina imagens de um deserto de areia e uma pirâmide hermética, acompanhadas pela recitação do aforismo '*Quando todos os deuses forem enterrados com seus pretensos livros sagrados, a humanidade despertará. A empatia e o amor reinarão na pós-humanidade!*' composto pelo próprio Ciberpajé, como podemos identificar nos *frames* em destaque abaixo, em Franco (2024):



O aforismo serve como o núcleo conceitual do vídeo, propondo uma visão utópica de uma nova era de pós-humanidade, livre de antigas crenças e guiada por valores universais, sugerindo uma crítica às estruturas religiosas tradicionais e uma esperança de renovação ética e emocional. A combinação de imagem, som e texto em *O Enterro dos Deuses* cria uma narrativa experimental, que convida o co-enunciador a refletir sobre a evolução da consciência humana e a possibilidade de uma transcendência para a empatia e o amor. O vídeo propõe uma crítica às estruturas religiosas tradicionais e uma

visão de renovação ética e emocional, sugerindo que a humanidade pode alcançar um estado de maior empatia e amor, ao abandonar antigas crenças dogmáticas. A trilha sonora, composta por elementos de heavy metal e rock experimental, contribui para a criação de uma atmosfera contemplativa. Tomando o aforismo como ponto de partida, compreendemos que o deserto pode simbolizar a vastidão e a aridez de um mundo desprovido de antigas crenças e dogmas. A paisagem desértica sugere um espaço de transição e transformação, onde o antigo é abandonado, permitindo a emergência de novas formas de pensamento e existência. A pirâmide, por sua vez, remete às estruturas monumentais do Egito, simbolizando um túmulo cósmico para os deuses e suas narrativas sagradas. Este ícone serve como um marcador de encerramento e renascimento, indicando o fim de uma era e o início de outra. A pirâmide, portanto, é um símbolo de transformação e de novos começos.

A música heavy metal e rock experimental intensifica a experiência sensorial do vídeo, criando uma sensação de urgência e profundidade. Os elementos sonoros somados aos recursos visuais que remetem às cenas artístico-musicais dos anos 1970, do rock psicodélico, reforçam a mensagem de ruptura e transformação, evocando emoções que complementam a enunciação do aforismo. A voz de Ciberpajé, carregada de gravidade e intenção, guia o co-enunciador pela narrativa, enfatizando a importância do despertar da humanidade e a ascensão de novos valores como empatia e amor. A recitação adiciona uma camada de profundidade e significado ao vídeo, conectando os elementos visuais e sonoros a uma mensagem filosófica central. A relação entre imagem, som e texto no vídeo *O Enterro dos Deuses* é cuidadosamente orquestrada para criar uma experiência estética e reflexiva. Cada elemento contribui para a construção de uma narrativa que questiona o passado e propõe uma nova visão para o futuro da humanidade.

Para operacionalizar a análise, inicialmente refletimos sobre o agenciamento maquínico de corpos, considerando que a forma como Ciberpajé se apresenta como enunciador artístico da amostra selecionada remete a um corpo transumano. Em sua obra *Os Aforismos de Ciberpajé*, destacamos a maneira como o autor apresenta-se em sua biografia:

Edgar Franco é o ciberpajé, um ser mutante como o Cosmos, em constante transmutação. Livre de dogmas e verdades, mago psicopata pronto a experimentar a novidade, focado em viver o único momento que existe: o agora. Artista transmídia com premiações nacionais nas áreas de quadrinhos, artes visuais, arte e tecnologia, e ficção científica como o Prêmio Rumos Arte e Tecnologia - Itaú Cultural (2003), o Troféu Bigorna de melhor HQ de Aventura / FC (2010), a Medalha Frei Confaloni de Artes Visuais (UBE-GO, 2019), o Prêmio Argos de Literatura Fantástica (2021) e o Troféu Angelo Agostini de Mestre do Quadrinho Nacional (2022). (Franco, 2024b, pp. 271 - 272).

Observamos que o enunciador Edgar Franco se apresenta, neste e em outros discursos, como um artista experimental, um ser em constante transmutação, sintetizado pela personificação de uma natureza mutante e fluida do Cosmos. Esta descrição já sugere um corpo fronteiro e transumano, que se desterritorializa e reterritorializa continuamente a cada produção artística. Ciberpajé se define como um *ser mutante como o Cosmos, em constante transmutação*, autoidentificação que remete diretamente à ideia de um corpo transumano, que ultrapassa as fronteiras do humano tradicional, para incorporar elementos de transformação contínua, a fim de otimizar-se. Este corpo não se fixa em um território específico, mas está sempre em movimento, negociando seu pertencimento a diferentes contextos socio-

culturais. Paratópico, Ciberpajé destaca-se por operar no centro e nas fronteiras, no trânsito das diversas áreas artísticas como quadrinhos, artes visuais, arte e tecnologia, e ficção científica. Esta pluralidade de práticas artísticas representa a incorporação de fragmentos de diferentes corpos legítimos no laço social para a constituição de um todo-complexo que se desterritorializa e reterritorializa constantemente nos diversos espaços artísticos. Cada prêmio e reconhecimento recebido por Franco (Prêmio Rumos Arte e Tecnologia - Itaú Cultural, Troféu Bigorna, Medalha Frei Confaloni, Prêmio Argos, Troféu Angelo Agostini) simboliza uma engrenagem social em funcionamento, que contribui para a constituição de seu corpo híbrido.

Em nossa amostra de pesquisa, o enunciador Ciberpajé é a confluência de um corpo híbrido e simbiótico, composto por ele mesmo, os músicos que atuam em suas composições há décadas e a IA *Deep Dream*. Em face disso, consideramos que estamos diante de um enunciador transumano ciborgue. O transumanismo, na perspectiva de Dodsworth (2024) surge como movimento intelectual, científico e cultural que defende o uso da ciência e da tecnologia para melhorar as capacidades físicas e cognitivas dos seres humanos, com o objetivo de transcender as limitações biológicas e alcançar um estado pós-humano. Há, nas reflexões entorno do transumanismo, uma oportunidade para a humanidade superar suas limitações naturais e alcançar novos patamares de existência. Acredita-se que a biotecnologia, as IAs e outras inovações tecnológicas podem proporcionar avanços significativos na saúde, na longevidade e na qualidade de vida. A possibilidade de erradicar doenças, prolongar a vida e aumentar as capacidades cognitivas são vistas, dentro das fronteiras desse movimento, como conquistas desejáveis, que podem beneficiar a humanidade como um todo. A arte híbrida de Ciberpajé, que integra elementos tecnológicos e humanos, pode ser um exemplo de como a arte parasita um território em face das possibilidades transumanas. Sua prática artística reflete a complexida-

de das interações sociais contemporâneas, na qual o corpo do artista é uma interface de múltiplas influências e agenciamentos. A descrição de Ciberpajé como *magô psicopata pronto a experimentar a novidade* enfatiza sua abertura para novas experiências e sua disposição no movimento de desterritorializar-se e reterritorializar-se em novos contextos a cada produção artística. Como um artista transmídia, ele negocia seu pertencimento a diferentes territórios sociais e culturais, reconfigurando e transformando esses espaços através de sua prática artística. A ênfase no *agora*, como o único momento existente, sugere uma abordagem ética focada na experiência presente e na constante reinvenção. Em suma, o agenciamento de Ciberpajé, conforme descrito em sua biografia, exemplifica a complexidade e a fluidez dos corpos híbridos na arte contemporânea.

Em um segundo momento desta análise, tomando como ponto de partida os agenciamentos coletivos de enunciação, dedicamo-nos à análise do aforismo *Quando todos os deuses forem enterrados com seus pretensos livros sagrados, a humanidade despertará. A empatia e o amor reinarão na pós-humanidade!*, recitado no videoclipe selecionado como amostra de nossa pesquisa. O aforismo utiliza um regime de signos e pode ser amplamente reconhecível e compartilhável em diversos territórios culturais. Termos como *deuses*, *livros sagrados*, *humanidade*, *empatia* e *amor* são carregados de historicidade e repertório simbólico. A referência do enunciador aos *deuses* e *livros sagrados* evoca uma crítica às estruturas religiosas tradicionais, enquanto *empatia* e *amor* são apresentados como valores centrais de uma nova era, a *pós-humanidade*. O estado das palavras e símbolos no aforismo de Ciberpajé reflete uma transição entre o antigo e o novo, o humano e o pós-humano. A expressão *enterrados com seus pretensos livros sagrados* sugere uma rejeição das antigas narrativas e dogmas, enquanto *a humanidade despertará* indica um renascimento ou uma nova forma de consciência. *Empatia* e *amor* são elevados a estados ideais de

expressão na pós-humanidade, simbolizando uma evolução ética e emocional.

O aforismo promove uma desterritorialização dos enunciados tradicionais ao questionar e subverter as narrativas religiosas e dogmáticas. Ao enterrar os “*deuses*” e seus “*livros sagrados*”, o enunciado se liberta das antigas territorializações de sentido. A reterritorialização ocorre na *pós-humanidade*, onde novos valores como *empatia* e *amor* são estabelecidos como fundamentos. A dinâmica da enunciação não pode ser tomada isoladamente, sem o jogo de imagens e sons, que reflete a transformação contínua das fronteiras entre o humano e o tecnológico, criando formas de construção de sentidos à expressão artística. No contexto da poética ciborgue, o aforismo de Ciberpajé é amplificado pelas imagens que remetem a uma experiência psicodélica, o que exemplifica como a integração entre humano e máquina pode expandir os regimes de signos para um universo semiótico com um potencial semântico intersubjetivo, isto é, que o enunciador busca na atuação do coenunciador a construção de sentido para enunciados abertos.

Os enunciados de Ciberpajé reconfigura e transforma os signos estabelecidos, criando novas formas de expressão que tomam o artístico como um convite para a imersão intersubjetiva. O aforismo levanta questões éticas sobre a rejeição das antigas narrativas e a construção de novos valores. A desterritorialização dos *deuses* e *livros sagrados* sugere uma ruptura com o passado, enquanto a reterritorialização na *pós-humanidade* propõe uma nova ética baseada na empatia e no amor. O significado de *amor*, *deuses*, *livros sagrados*, fica por conta do coenunciador. A poética ciborgue, exemplificada pelo jogo entre o aforismo e as imagens psicodélicas, auxilia no movimento de desterritorialização dos laços semânticos que sustentam os signos selecionados. Nesse sentido, O aforismo de Ciberpajé pode ser analisa-

do sob a perspectiva dos conceitos lacanianos de *tichê* e *automaton*, destacados anteriormente.

Os *deuses* e seus *pretensos livros sagrados* podem ser vistos como representações dos significantes que estruturam a ordem simbólica e a repetição automática das crenças e dogmas que governam a experiência humana. Esses elementos são parte da cadeia de significantes que cria uma sensação de continuidade e previsibilidade na vida dos sujeitos. O *enterro* desses deuses e livros sagrados, por sua vez, simboliza um momento de ruptura, um encontro contingente com o Real. Este ato de enterrar representa a interrupção da cadeia de significantes, desafiando a ordem simbólica e revelando a falha inerente no sistema de significação que esses deuses e livros representam.

Na mesma lógica, o *despertar* da humanidade pode ser interpretado como o resultado do encontro com o Real. Ao enterrar os deuses e seus livros, a humanidade se confronta com algo que não pode ser completamente assimilado ou representado pela linguagem, levando a um despertar que é, em essência, um reconhecimento da falha e da limitação do sistema simbólico. Este despertar implica uma ruptura com a repetição automática dos significantes, permitindo que novos significantes e novas formas de experiência emergjam. A humanidade, ao despertar, se liberta da repetição automática e abre espaço para a contingência e a novidade. A ascensão da empatia e do amor na pós-humanidade pode ser vista como uma resposta ao encontro com o Real. Ao reconhecer a falha no sistema de significação e a limitação do princípio do prazer, a humanidade pode desenvolver novas formas de relação baseadas na empatia e no amor, que transcendem as antigas estruturas simbólicas. A pós-humanidade, então, representa um estado onde a repetição automática dos significantes é superada, e novas formas de significação, baseadas em valores universais como empatia e amor, podem emergir. Este novo estado é caracterizado pela capacidade de lidar com o que é verdadeiramente traumático e

disruptivo, sem recorrer à repetição automática que busca evitar o desprazer.

Considerações finais

Por fim, destacamos ao término deste capítulo como obras de arte geradas de forma híbrida por humanos e IA, como pinturas, músicas ou poemas, não apenas refletem as capacidades tecnológicas de nossa era, mas também dialogam com questões econômicas e sociais, como a automação, a ética da criação artística e a redefinição do trabalho humano. Essas práticas artísticas híbridas exemplificam como a cultura está em constante diálogo com as forças materiais e tecnológicas que moldam a vida humana.

O cenário atual estimula muitos debates, principalmente, quando consideramos que parte da população mundial não tem acesso a uma internet estável e financiamento significativo, para manipular e experimentar as potencialidades dessa ferramenta. Nesse sentido, as práticas culturais da arte híbrida, embora seja um caminho para experiências estéticas, também podem ser monopolizadas por quem tem acesso exclusivo a recursos tecnológicos avançados, marginalizando artistas de comunidades menos favorecidas. Isso cria uma dinâmica de poder em que a inovação tecnológica pode tanto democratizar quanto concentrar o a expressão artística.

A contribuição da poética ciborgue nos orienta a refletir acerca de uma redefinição da criação artística e uma mudança na lógica enunciativa dos discursos artísticos, especialmente aqueles produzidos em colaboração entre IA e humanos. Isso implica, nesse sentido, em uma alternativa de o ser humano existir e relacionar-se no mundo, especialmente em face da explosão tecnológica que, dia a dia, modifica o modo como nos relacionamos com a arte. Essa poética não se limita a incorporar a tecnologia como uma ferramenta auxiliar, mas

a vê como uma extensão integral do ser humano, onde a máquina e o humano se fundem em um processo criativo contínuo e interdependente.

A introdução das IAs na criação artística exemplifica um processo de desterritorialização e reterritorialização inerente à função social dos discursos artísticos. As IAs, ao participarem do processo criativo, desestabilizam as fronteiras tradicionais do campo artístico, introduzindo novas formas de subjetivação e expressão. A presença da IA na arte não apenas amplia o território artístico, mas também o redefine, criando novas possibilidades de interação e colaboração entre humanos e máquinas. Esse processo de desterritorialização implica a quebra de normas e convenções estabelecidas, permitindo a emergência de novas práticas e discursos artísticos.

Referências

- CASTRO, E. M. de Melo e. *Poética ciborgue: antologia de textos sobre tecno-poiesis*. Rio de Janeiro: Confraria do Vento, 2014.
- DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. *Mil platôs: Capitalismo e Esquizofrenia*. Trad.: Ana Lucia de Oliveira; Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. São Paulo: Editora 34, 2014.
- DODSWORTH, Alexey. *Transumanismo: uma visão otimista sobre o progresso?* Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Yj0V-3Jz6aJw>. (5m54s). Acesso em: 19 de ago. 2024.
- EAGLETON, Terry. *A ideia de cultura*. Tradução Sandra Castello Branco; revisão técnica Cezar Mortari. São Paulo: UNESP, 2005.
- FRANCO, Edgar. *O enterro dos deuses*: videoclipe do Ciberpajé é um dos pioneiros no mundo a utilizar a rede neural Deep Dream. Disponível em: <https://ciberpaje.blogspot.com/2020/01/lancamento-o-enterro-dos-deuses.html>. Acesso em: 19 de ago. 2024a.

FRANCO, Edgar. *Os aforismos do Ciberpajé*. São Paulo: Sinete, 2024b.

LACAN, Jacques. *O seminário*, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

MAINGUENEAU, Dominique. *Discurso Literário*. Trad.: Adail Sobral. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

SANTAELLA, Lucia. Inteligência Artificial e cultura: oportunidades e desafios para o Sul Global. In: SANTAELLA, Lucia. *Inteligência artificial e cultura: perspectivas para a diversidade cultural na era digital*. Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2022, p. 69 - 96.

“Mas ninguém vai ajudar um homem¹”: a argumentação dos afetos na cultura *red pill*

Ramon Silva Chaves

Considerações iniciais

Frequentemente, analisamos a argumentação a partir de um princípio textual, levando em consideração a dinâmica lógica da construção do argumento. Esse tipo de análise tradicional, muito desenvolvida pela Linguística Textual, contribuiu para a reprodutibilidade da argumentação de caráter lógico-pedagógico, mas desconsiderou os resquícios inconscientes que se revelam na defesa de qualquer argumentação. Considerando que todo discurso se ergue por uma rede interdiscursiva (Maingueneau, 2008, 2015), neste capítulo, investigamos os liames da constituição argumentativa do discurso *red pill* dentro de sua lógica cultural. Esse discurso surge como fenômeno recen-

1 Enunciador 3, Thiago Schultz, 57:11, da transcrição do vídeo: <https://www.youtube.com/live/7f1kYXzdnUk?feature=share>, consultado em 26/04/2023.

te na esfera virtual de comunicação, mas que escapa para ambientes *off line* reproduzindo comportamentos do que esse grupo considera ser masculino. O *corpus* que constituímos reúne recortes do discurso extraído de um podcast, formato de programa de entrevista para internet. Neste formato, o discurso *red pill* encontrou uma articulação promissora, para reverberar sua *doxa* argumentativa (Amossy, 2020) e projetou-se para comunidades que chegam aos milhares de adeptos, sobretudo homens cisgênero entre 13 e 35 anos. Nossa análise revela que esse discurso repercute a misoginia, a fim de defender um lugar de masculino, que teria sido perdido, na atualidade, segundo seus enunciadores, fato que esclarece uma lógica de reprodução cultural que enviesa e recorta um modelo de masculinidade. Na análise, consideramos que os enunciadores se posicionam no lugar do *infans*, incapazes de reconhecer a castração como encontro determinante com a lei (Lacan, 1995), por isso, constroem uma lógica própria de legalidade, que flerta com a gravíssima violência de gênero, para garantir uma articulação fálica, baseada numa compreensão de masculino repleto de poder.

Para tal, defendemos a ideia de que a articulação do argumento *red pill* encontra respaldo na construção de um repertório cultural muito particular do próprio grupo. Nesse repertório, o sentido de masculinidade está estabelecido pelas leis da própria comunidade. Sob a égide dessas leis, o sujeito autoproclamado *red pill* assume, por conseguinte, pertencer à comunidade de onde ele deriva como sujeito. O pertencimento a certa construção cultural comprova a própria origem da cultura para o *red pill*, pois

cultura é também cumprimento de regras, o que envolve igualmente uma interação entre regulado e não regulado. Cumprir uma regra não é obedecer a uma lei da física, dado que tal cumprimento implica uma aplicação criativa da regra em causa 2-4-6-8-10-30 podem representar uma

sequência determinada por uma regra. Simplesmente, não é a regra que esperaríamos. Acresce que não podem existir regras sobre o cumprimento de regras, sob pena de infinito retorno. Sem esta abertura, as regras não seriam regras, tal como as palavras não seriam palavras; o que não significa, porém, que todo e qualquer movimento possa ser considerado como o cumprimento de uma regra. O cumprimento das regras não é uma questão de anarquia ou de autocracia. As regras, tal como as culturas, não são nem totalmente fortuitas nem rigidamente estabelecidas — o que significa que ambas têm a ideia de liberdade. Alguém que estivesse inteiramente dispensado de obedecer a convenções culturais não seria mais livre do que alguém que delas fosse escravo (Eagleton, 2005, p. 13).

Assim, para início de conversa, propomos pensar a argumentação *red pill* como uma válvula de escape sobre o que há de mais íntimo na formação do Eu, que é a constituição do Complexo de Édipo a partir da castração, na teoria psicanalítica. Pode ser que não pareça óbvia a ligação imediata – esperamos torná-la até o fim do capítulo –, mas o que estamos mencionando é que a vinculação do discurso *red pill* a uma noção de cultura, faz-nos perceber certa armadilha argumentativa. Para explicar a mencionada armadilha, é necessário antes perceber que a palavra cultura

pode também sugerir uma divisão dentro de nós, entre a parte que se cultiva e aperfeiçoa, e o que quer que seja em nós que constitui a matéria-prima para tal aperfeiçoamento. Sendo a cultura entendida como autocultura, estabelece-se uma dualidade entre faculdades mais e menos elevadas, vontade e desejo, razão e paixão, que aquela se oferece instantaneamente para ultrapassar. Agora, a natureza já não

é apenas a matéria do mundo, mas a perigosamente apetecevel matéria do eu. Tal como cultura, a palavra significa quer o que está à nossa volta, quer o que existe dentro de nós, podendo facilmente fazer-se lhe corresponder pulsões destrutivas endógenas a anárquicas forças exógenas. A cultura é, assim, uma questão de autodomínio tanto quanto de autorrealização. Se celebra o eu, também a disciplina, estético e ascético a um tempo (Eagleton, 2005, p. 15).

É notório que a comunidade *red pill* se apresenta como aquela que “representa o homem de verdade”, um “homem natural”. Essa aparente austeridade do argumento dessa comunidade, é o que parece o ponto nodal de nossa investigação: quais os afetos que representam uma força argumentativa que é capaz de qualificar a si própria como correta, ainda que a contemporaneidade e as inúmeras discussões em torno do gênero, da economia, das Ciências Sociais, entre outras, tenham apontado para uma masculinidade menos rígida e mais engajada com a sensibilidade? Por um lado, os *red pill* se isentam da participação contemporânea, voltando-se ao passado e, no mesmo movimento, escondem parte significativa de um afeto ancestral humano, aquele que deriva de uma ideia de onipotência. Essa capacidade discursiva certifica que

A cultura é uma espécie de pedagogia ética que nos torna aptos para a cidadania política através da libertação do eu ideal ou colectivo sepultado em cada um de nós, um eu que encontra a sua suprema representação no domínio universal do Estado (Eagleton, 2005, pp. 16-7).

A cultura *red pill* se organiza dentro da própria cultura, como conceito amplo. Retira argumentos das contradições do nosso tempo, ignora a contra-argumentação e erige-se, especialmente, para promo-

ver o que há de mais individual possível: o Eu constituído nos limites do aprendizado da linguagem. Os inúmeros dilemas atuais que lembram o masculino de sua impotência, falha e, essencialmente, *falta* são tamponados na constituição de uma cultural *red pill*, como uma espécie de *cura*.

Assim, o que a cultura faz é destilar a nossa humanidade comum dos nossos sectários eus políticos, redimindo o espírito das sensações, arrancando o imutável ao temporal e extraindo unidade da diversidade. A cultura significa um tipo de auto divisão bem como de autocura através do qual os nossos eus fragmentados e sublunares não são abolidos, mas aperfeiçoados a partir de dentro por uma mais ideal espécie de humanidade. A fenda entre o Estado e a sociedade civil — entre o modo como o cidadão burguês gostaria de representar-se e o que ele na realidade é — é preservada, mas também desgastada (Eagleton, 2005, p. 18).

Isso posto, esse capítulo está organizado da seguinte maneira: primeiramente, definimos a nossa zona teórica, a Análise Psicanalítica dos Discursos. Nesse espaço de reflexão, unimos o repertório da Análise do Discurso de tradição francesa à Psicanálise lacaniana. Em segundo lugar, definimos a construção da comunidade *red pill* dentro de nosso corpo cultural. Essa comunidade tem seus próprios códigos, limites e crenças; entretanto, vincula-se ao corpo cultural por meio da construção de uma *doxa* argumentativa, que faz sentido aos sujeitos que circulam dentro dos ambientes discursivo-culturais. Em seguida, qualificamos a noção de *falta* oriunda da Psicanálise lacaniana, como uma categoria de análise do argumento. Enfim, conceituamos a noção de *doxa* argumentativa e propomos uma análise que instrumentaliza a verificação de que o argumento *red pill* opera para tamponar a *falta*.

Uma análise psicanalítica dos discursos da argumentação red pill

Não é novidade que a análise do discurso de orientação francesa (AD) seja uma disciplina híbrida. Nasceu, como comenta Orlandi (2003), da confluência entre o materialismo histórico, a linguística enunciativa e a psicanálise lacaniana. Essa confluência, no entanto, amalgamou-se de modo a fazer que a AD fosse mais bem aproveitada nas escolas de língua e linguística, o que a tornou mais convencionalmente relacionado a essas áreas do que a sua origem interdisciplinar.

A despeito de pertencer à Linguística, a constituição d objeto interdisciplinar possibilitou que a AD pudesse trabalhar com elementos extralinguísticos; assim, a avaliação do repertório sócio-histórico e social de produção de efeitos de sentido de um enunciado foram e são parte do interesse dos analistas do discurso. Michel Pêcheux, comumente relacionado como um dos precursores da AD, comenta o seguinte sobre como a disciplina deve proceder

Diremos que o caráter material do sentido - mascarado por sua evidência transparente para o sujeito - consiste na sua dependência constitutiva daquilo que chamamos “o todo complexo das formações ideológicas”(…) Isso equivale a afirmar que as palavras, expressões, proposições etc., recebem seu sentido na formação discursiva na qual são produzidas (...) diremos que os indivíduos são interpelados em sujeitos-falantes (em sujeitos de seu discurso) pelas formações discursivas que representam na linguagem as formações ideológicas que lhe são correspondentes (Pêcheux, 1960, pp. 160-1).

A construção do sentido depende da formação discursiva e da formação ideológica de onde o discurso se origina. É uma fonte de mão dupla pois, de um lado, o discurso extrai dessas condições de produção todo o necessário para ser constituído como é; por outro, o mesmo discurso é uma espécie de vestígio das próprias condições de sua existência, qualificando discursos vindouros.

Desse modo, o discurso não é uma prática vinculada apenas ao sentido dicionarizado das palavras. Essa é uma constatação simples, mas que para a AD é fonte de interesse. Esse interesse nasce, na origem da disciplina, com a preocupação de entender os limites da dominação que um discurso é capaz de ter sobre os sujeitos, tornando-os pouco emancipados diante das práticas cotidianas.

Dimensão parecida tem a Psicanálise, disciplina que participou da fundação da AD; pois a origem daquela está relacionada ao entendimento de que *o homem não é senhor em sua própria morada* (Freud, 2020). A descoberta freudiana do inconsciente como uma zona de controle das ações humanas deu à Psicanálise, de certo modo, a mesma desaprovação que a AD encontrou, a de considerar o sujeito assujeitado. Esse assujeitamento, em ambas, acontece pela anuência do próprio sujeito. Evidentemente, não é um consentimento acordado como um contrato, em que as partes estão plenamente conscientes de si mesmas. Assim, tanto a Psicanálise como a AD, mais do que abordarem o assujeitamento, abordam a clivagem do sujeito, sua fragmentação. O que chamamos de sujeito é, para as duas disciplinas, o visível diante de camadas sócio-históricas e inconscientemente constituídas.

Neste capítulo, apresentamos e defendemos a posição teórica do que convencionamos, por ora, chamar de Análise Psicanalítica dos Discursos (Dunker, Paulon, Milán-Ramos, 2017). Nessa proposição, observamos a construção argumentativa do discurso *Redcast com Tiago Schultz*, exibido em 2022 e, até o momento, com 162.187 visualizações e 105.000 inscritos. O programa de podcast é um programa

que está na maior plataforma de vídeos *on-line* do Brasil e já contou com a presença de personalidades célebres no cenário brasileiro. Thiago Schultz é o enunciador com foco nessa pesquisa, porque sua personalidade é constantemente associada como representativa da comunidade *red pill*, especialmente porque Schultz escreveu os livros “Pílulas da realidade”, Volumes 1 & 2, “O livro das *red flags*”, e “*Red pill 2.0*”, segundo o site do autor². Assim, o discurso recortado tem 3 anunciadores, sendo os dois primeiros *hosts* do podcast, Miguel Moreira, enunciador 1; Junior Masters, enunciador 2; e o terceiro é Thiago Schultz, o *enunciador 3*.

Simulacro cultural red pill: a gênese da argumentação

“Seja um homem de alto valor”³ é um enunciado muito repetido na página do canal *Red Cast*⁴. Não é um *mau* conselho, uma vez que sugere a construção da autoestima por meio da valorização pessoal. Esse tipo de construção amigável sobre a imagem masculina aparece como uma espécie de rede de apoio entre homens, capazes de compreender o que se considera como fracasso masculino na atualidade. Em especial, nesses espaços de acolhimento, o fracasso tem duas faces: a) financeira, relacionada à estagnação profissional, falta de colocação no mundo do trabalho e remunerações baixas e; b) afetivo-emocional, relacionada ao sujeito desprezado e preterido por mulheres. Nesse contexto, “ser um homem de valor” representa a insubmissão masculina diante da falência financeira e afetiva. Assim, o que esses canais de comunicação se propõem a fazer é mais do que o acolhimento, mas a orientação de estratégias para rejeitar o fracasso, a partir da identificação dos agentes responsáveis por ele.

2 <https://thiagoschutz.com/>, consultado em abril de 2024.

3 Enunciador 3, 47:33. Ao longo do discurso, a expressão apresenta variáveis.

4 Em agosto de 2024, o canal tem mais 125.000 inscritos.

Para o sujeito *red pill*, a falência é o ponto central que marca o sujeito *sem valor*. O sujeito que não tem recursos financeiros ou é recusado sexualmente por mulheres, é um homem incapaz de gozar da própria vida. Ainda que as duas formas de falência, a sexual e financeira, sejam, na grande maioria das vezes, discutidas como fatos isolados pela cultura *red pill*, o sexual e o financeiro têm suas faces intercambiáveis nessas discussões, sendo, portanto, duas faces da mesma moeda.

Frente à inculcação da formação discursiva neoliberal, situada na crença da meritocracia, falir do ponto de vista financeiro está relacionado à inaptidão para um mundo repleto de oportunidades para ganhar dinheiro. O sujeito *sem valor*, não reconhece suas capacidades e, portanto, não as valoriza; assim, não aproveita as ofertas que lhe são convenientes para prosperar. Nesse sentido, dinheiro é o grande objetivo da vida de um sujeito *masculino* e aquilo que determina se esse sujeito tem, ou não tem, *valor*. As mulheres são, desse modo, um termômetro do valor que o sujeito possui no que os membros deste grupo chamam de “valor sexual de mercado”, (VSM).. Essa avaliação esclarece que, para esse grupo, as mulheres não são sujeitos, mas objetos capazes de agregar valor ao sujeito de direito. Considerando o VSM, o sujeito *com valor* poderá negociar o melhor produto e, por portá-lo, ser reconhecido pela comunidade como aquele que tem sucesso. Para a comunidade *red pill*, assumir esse papel simplificado do que significa ser um sujeito *com valor*, representa reconhecer uma realidade ignorada, ou rejeitada, pela maioria.

Em suma, aderir ao discurso e à cultura *red pill* revela, para comunidade que o enuncia, ser capaz de assumir *uma verdade* sobre o mundo: o homem, representado pelo perfil masculino cisgênero, tem em suas mãos a capacidade de garantir um futuro próspero, mas abriu mão desse destino, porque foi convencido do contrário. Dessa ideia de “*uma verdade*” que deriva a expressão “*red pill*”, a “pílula vermelha”.

Na obra de ficção distópica *Matrix*, de 1999, há dois mundos paralelos. Em um deles, está a realidade virtual, onde a maioria dos personagens interagem. Nessa realidade, há o mundo do trabalho, das repetições do cotidiano, da vida como a conhecemos. No outro, há o *mundo real*, em que se percebe que o *mundo virtual* é uma criação de máquinas superinteligentes, que escravizaram os seres humanos para extrair deles sua energia. Para isso, essas máquinas criaram o *mundo virtual* que mantém os seres humanos entretidos enquanto a exploração acontece. Nesse cenário, um grupo de rebeldes humanos tenta encontrar outros humanos dissidentes do regime de exploração das máquinas e produzir uma guerra de libertação. Os personagens mais representativos dessa rebelião são Morpheus, uma liderança rebelde, e Neo, um jovem *hacker* que, na trama, é uma espécie de messias capaz de apreender a dinâmica das máquinas e, por isso, destruí-las. Em uma das cenas iniciais, Morpheus oferece a Neo duas pílulas; uma azul e outra vermelha. A pílula azul representa a escolha de permanecer no *mundo virtual*, a chamada *Matrix*. A segunda, por sua vez, representa rebelar-se contra a lógica ilusória das máquinas e aceitar um destino heroico. Deste ponto vem o gancho que o discurso *red pill* assume: ser um *red pill* significa tomar a pílula vermelha, capaz de libertar homens de uma realidade virtual, condicionante e medíocre.

A rebelião que um autoproclamado *red pill* encampa é, assim, voltar a um lugar que é masculino por direito, um pseudoespaço-temporal, onde os sujeitos masculinos eram homens de valor, porque assumiam certa posição de líderes e não tinham diluído a própria masculinidade por meio dos efeitos da contemporaneidade. Essa posição adere a um sistema de simulacro (Baudrillard, 1991), pois a relação dos sujeitos com o grupo é mais representativa da própria identidade do que com o tempo e o espaço *reais*, o que faz essa “verdade” ser empreendida como concreta.

Os sujeitos que aderem à cultura *red pill* essencialmente aderem a uma realidade que só vale dentro dos limites discursivos da pró-

pria comunidade cultural. Nessa realidade, há um contrato mínimo: homens são sujeitos cujas características marcam poder e desejo, o poder do dinheiro e o desejo das mulheres. Se algo escapa desse contrato mínimo; por exemplo, que o sujeito não tenha sucesso financeiro, há algo de errado em seu comportamento, a conduta desse sujeito precisa mudar, porque, sendo homem, é natural alcançar o sucesso financeiro. Se uma mulher recusa o sujeito desse grupo, é um problema fundamentalmente dela, afinal ele deve ser desejado. Essa lógica, presume, pois, que para um *red pill* nada falta. Ele é um homem completo.

Esse simulacro cultural, com o qual o grupo *red pill* se relaciona, evoca, portanto, algo faltante. O que falta ao sujeito que adere ao *red pill*, senão a sensação anterior à castração? Ora, o sujeito *red pill* supõe que há um lugar no passado masculino onde os homens podiam tudo; esse lugar também pertence ao sujeito que está no presente, mas foi perdido. Ainda que esse sujeito esteja envolvido pela dinâmica da materialidade concreta da vida, que é a de que pessoas não podem tudo, os *red pill* constroem uma lógica argumentativa que *um homem de valor* é aquele que tem tudo o que deseja. Ainda que esse desejo esteja marcado pela ideia de dinheiro e mulheres, não podemos desconsiderar que os dois elementos que qualificam *um homem de valor* sejam determinantes fálicos, mormente num contexto de formação discursiva neoliberal.

Consequentemente, o sujeito masculino que experimenta a falta de algo é considerado fracassado. O fracasso está associado ao desamparo, à ideia pura da rejeição, um sujeito que falha e não terá ajuda. No recorte abaixo, o *enunciador 3* defende a tese de que um homem na *posição* da falta, que sofre, será desamparado.

01. Recorte

00:56:52 Enunciador 3

Homem tem sentimento, beleza, ok, tá?

00:56:55 Enunciador 3

Mas a gente, como homem, cara, não dá pra ser fraco, não tem escolha, tá?

00:56:59 Enunciador 3

Eu falo assim, se der um B.O.

00:57:02 Enunciador 3

pra mulher, tipo, ela vai ter uma amiga que consola, vai pra família.

00:57:06 Enunciador 3

Sempre alguém vai acolher uma mulher.

00:57:07 Enunciador 1

Vai ter um gado na internet.

00:57:09 Enunciador 3

Isso, sempre alguém vai ajudar uma mulher, cara.

00:57:11 Enunciador 3

Mas ninguém vai ajudar um homem.

Adam (2019, p.146) menciona que a argumentação pode ser observada em diferentes “níveis”: da estrutura composicional, da semântica e dos atos do discurso. Ao notarmos o 01. Recorte, a tese defendida é solidificada pela sequência construída após a adversativa “mas”, em “b” e “h”. Essa tese está ancorada ao masculino em desamparo, que não tem colaboração. Ainda que o discurso *red pill* pareça estar focado na construção do “homem de valor”, é no seu oposto, o “homem sem valor”, que o discurso solidifica a justificativas para crer

na comunidade *red pill*. A um sujeito submetido a essa condição, a comunidade *red pill* chama de “*bluepill*”, o sujeito masculino, que não aceitou ou não compreendeu o lugar de não faltante que um homem tem por direito.

Dentro da lógica dessa comunidade cultural, assumir a posição de *red pill* significa entender um saber da coletividade, que sustenta os enunciados “*b*” e “*h*”, e, além deles, que também sustenta os enunciados “*d*” e “*g*”. Evidentemente, a noção de formação discursiva neoliberal, bem como os seus inúmeros atravessamentos, como o machismo estrutural e a homofobia estrutural, consolidam parte desse repertório de simulacro em que um homem não pode ter suporte emocional, pois isso ameaça a posição de homem. Desse modo, um *red pill* é aquele que é autocentrado, aquele para quem nada falta.

A falta como passado red pill

Um dia não nos faltou nada. Em uma narrativa simbólica de nós mesmos antes do envolvimento humano que associa linguagem e cultura, dado pelo banho libidinal dos cuidados essenciais na primeira infância, tanto Freud quanto Lacan (Miller, 2008), aceitam que o bebê é um perverso polimorfo. Isso significa dizer que a criança, antes de colar à linguagem, capacidade inata de simbolizar, à cultura, elemento social simbolizado, fará uso do mundo ao seu bel prazer. Neste momento da vida instintual do ser humano, é dado que nada nos falta, uma vez que tudo é simbolizado a partir de uma lógica de gozo instintual.

Na comunidade *red pill* que observamos, parece-nos que o masculino ocupa uma posição de *infans*, essencialmente; uma vez que não atualiza a castração como um dado da própria materialidade constitutiva, pois “*Para que um sujeito atinja maturidade genital é preciso, em suma, que ele tenha sido castrado*” (Lacan, 1995, p. 221). Assim, antes da castração, o sujeito na posição infantil entende que

pode tudo e que, a ele, tudo é, consequentemente, possível. Estamos, aqui, articulando intrinsecamente dois campos teóricos, o linguístico e o psicanalítico, no que eles parecem mais concordar:

(...) a linguagem é a matéria do pensamento, e também elemento da comunicação social. Não há sociedade sem linguagem, tal como não há sociedade sem comunicação. Tudo o que se produz como linguagem tem lugar na troca social para ser comunicado. A pergunta clássica: “Qual é a função primeira da linguagem: a de produzir um pensamento ou a de comunicar?” não tem nenhum fundamento objetivo. A linguagem é tudo isso simultaneamente, e não pode existir uma destas funções sem a outra. Todos os testemunhos que a arqueologia nos oferece de práticas de linguagem se encontram em sistemas sociais, e por conseguinte participam de uma comunicação (Kristeva, 2007, p. 17).

Não é exagero dizer, por conseguinte, que o argumento *red pill* soa como delirante a integrantes de outros campos da *doxa* argumentativa (Amossy, 2020), uma vez que é dentro desses campos onde estão as regras da própria argumentação e limites desses argumentos. O que se impõe, entretanto, não é necessariamente um argumento que se organiza no nível do consciente, racionalmente constituído de maneira lógica, apenas. Em resumo, habituamo-nos a chamar de argumento somente o que pode ser testado e mostrado por meio de sequências racionalmente lógicas. Assim tem trabalhado a Linguística Textual, para dizer o mínimo. No caso *red pill*, porém, vê-se a construção afetuosa marcada pela posição do *eu* frente à *falta*.

Essa posição, de acordo com as observações psicanalíticas, condicionantes de todo sujeito é, por meio das malhas neoliberais, prometida ao sujeito masculino como um lugar de direito que, na sua própria ancestralidade, foi destituído. Portanto, basta mudar o modo

de pensar sobre si mesmo que esse lugar será recondicionado, porque ele é natural. De fato, a perversão do mundo é um lugar natural a todo sujeito, algo que nos foi tirado em certo momento. O que fazemos dessa dor é o que nos interessa.

O afeto como parte da doxa argumentativa

A tradição escolar brasileira deu à argumentação ponto focal. O final do ciclo do ensino médio é marcado pela participação discente no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) que exhibe como centralidade a escrita do gênero redação dissertativo-argumentativa. Vê-se, assim, que a escrita de um gênero, tendo como sequência argumentativa o ponto mais alto do aprendizado básico nacional, exemplifica a preocupação do Estado com a argumentação. É, sem dúvida, um lugar de prestígio. Nas escolas públicas de educação básica, a argumentação é ensinada por meio da capacidade de um discente de defender uma tese baseada em seu repertório. Esse modelo de ensino tem certo sucesso, pois a educação pública brasileira é, não podemos negar, um exemplo positivo, quando se trata da capilaridade e da definição de saberes básicos a serem desenvolvidos ao longo da formação da criança e do adolescente⁵. Quanto à qualidade do que se oferece na educação básica e a consistência em toda a malha de oferta há, entretanto, muita crítica negativa. Ainda que não seja uma discussão direta deste capítulo, nossa discussão incide sobre as lacunas do ensino da argumentação baseado no texto.

Não obstante a argumentação seja oferecida como objeto de ensino, sua oferta instrumentalizada para a escrita da redação traz problemas na construção do repertório argumentativo em outros es-

5 O ensino da argumentação também pode ser verificado na Educação de Jovens e Adultos. A resolução CNB/CEB nº1, de 5 de julho de 2000 indica a proporcionalidade dos componentes curriculares entre ensino em idade convencional e educação de jovens e adultos.

paços onde essa é convocada. Em 2012, apresentamos a conferência “Redação dissertativo-argumentativa: uma cenografia problemática” (Chaves, 2012). Na ocasião, defendemos que o ensino da sequência argumentativa vinculado a apenas alguns gêneros do discurso, envia-a a aprendizagem e produz a dificuldade de *transportar* a argumentação para outros espaços onde ela é exigida. Posição parecida, defende Silva (2023), ao demonstrar e revisar desafios para adequação do ensino argumentativo no ensino médio. Fato que corrobora a ideia de que o ensino da argumentação como instrumento apenas da redação é problemático.

Faz sentido considerar o ensino instrumental da argumentação, especialmente ao observar as necessidades políticas brasileiras. Em um país de demografia da proporção brasileira, é essencial que todos os estabelecimentos de ensino adotem uma estrutura mínima e prática no ensino. Mesmo assim, há algo que escapa desse tipo de formação: o que orbita a construção argumentativa como a agência de um sujeito sobre o outro, a tensão entre posicionamento argumentativo e, especialmente, a defesa do afeto do sujeito que argumenta; por exemplo.

Por isso, parece-nos pertinente pensar sobre um ensino de argumentação que considere, também, o afeto, como uma forma do enunciador agir sobre o *outro*, construindo e confirmando, simultaneamente, a própria identidade a partir de um posicionamento inconsciente. O que possibilita essa reflexão associativa é a integração da argumentação ao discurso. Em um princípio textual, ficaríamos nas estruturas lógicas da argumentação mas, ao tratarmos do discurso, podemos estender a noção da argumentação aos sujeitos e espaços, onde essa argumentação circula como sequência textual. Nas palavras de Amossy,

todo discurso supõe o ato de fazer funcionar a linguagem num quadro figurativo (“eu”- “tu”); está imerso na trama

dos discursos que o precedem e o cercam; produz, de bom ou de mau grado, uma imagem do locutor e influencia as representações ou as opiniões de um alocutário. Nesse sentido, o estudo da argumentação e do modo como ela se alia a outros componentes da espessura dos textos é parte integrante da análise do discurso (Amossy, 2020, p. 12).

Ao considerar a argumentação associada ao discurso, pressupõe-se inserir em uma análise elementos composicionais do campo sócio-histórico e cultural da enunciação. Desse modo, nessa avaliação, como está explícito no comentário de Amossy, acima referido, o quadro figurativo entre o “eu” - “tu” precisa ser avaliado por uma rede de marcadores simbólicos e psíquicos, que importam para a construção da análise, pois informam sobre a produção de efeitos de sentido do discurso. Esses marcadores emergem da verificação do texto e, num só golpe, justificam a organização do texto de onde emergem.

É mais comum, contudo, entender a argumentação como uma sequência textual baseada em dois movimentos: um inicial, de sequência explicativa, chamado de tese; e outro de validação ou refutação da tese, chamado de desenvolvimento ou *argumento*. Assim, a sequência argumentativa é orientada por um princípio de texto reduzido, a tese, e o texto expandido, o argumento. Utilizamos, abaixo, um exemplo extraído do Canal *RedCast*. A sequência argumentativa destacada insere-se no contexto de uma discussão sobre “por que a mentalidade *red pill* traz “benefício benefício ao homem”.

02. Recorte

00:14:05 Enunciador 3

Deixa eu ver quando que eu posso passar isso pra vocês.

00:14:10 Enunciador 2

Não, cara.

00:14:10 Enunciador 3

Têve...

00:14:14 Enunciador 3

Sempre tem uma ou outra que dá uma chacoalhada a mais a gente, né?

00:14:18 Enunciador 3

O que assim, sempre me blindou de certa forma, tá?

00:14:20 Enunciador 3

Isso assim, não é puxar sardinha pro meu lado nem nada, mas é o seguinte.

00:14:23 Enunciador 3

É quando o homem entende que fala, cara, se eu der o meu máximo na parada...

00:14:30 Enunciador 3

Tá tudo bem, entendeu?

00:14:31 Enunciador 3

Então, tipo assim, eu saio de cabeça erguida e quem perdeu foi ela.

A estrutura básica está esclarecida no 02. *Recorte*. O contexto da conversa ancora-se à tese de que um homem, que se valoriza, por meio dos saberes teóricos da comunidade, muda a lógica do sofrimento ao ser rejeitado. Assim, a lógica do argumento fica clara, sobretudo, no 01. *Recorte* “d”, como tese, e em “g”, “h” e “i” como razões que justificam a tese.

A argumentação, como vemos, serve para uma defesa. É, assim, um modo de ação organizado em uma estrutura dialógica: um *eu* diz a um *outro* sobre um modo de perceber o mundo. Argumentar é, portanto, uma sequência estrutural de ação sobre o outro. Nas palavras de Jean-Michel Adam

Um discurso argumentativo visa intervir sobre opiniões, atitudes ou comportamentos de um interlocutor ou de um auditório, tornando crível ou aceitável um enunciado (conclusão) apoiado, de acordo com diversas modalidades, em um outro (argumentos, dados, razões) . Essas noções de conclusão e de dado (ou, ainda, de premissas) remetem à uma outra, pois um enunciado isolado não é, a priori, conclusão ou argumento-dado. Se um (apenas ou vários) enunciado aparece como sendo anterior a uma conclusão, é a posteriori que se relacionam com essa última (Adam, 2019, p. 146).

Dentro desse quadro argumentativo mínimo, o de que a argumentação se estabelece como sequência em dois movimentos, um de tese e um de desenvolvimento, revela-se que o sujeito que argumenta deve incidir sobre o *outro* ou auditório, de modo a fazer crer que há algo novo a ser percebido por meio da construção lógica da tese e das razões que a sustentam.

O recorte, que separa a argumentação em duas partes, indica que cada uma delas pode ser observada em sua função na argumentação. Assim, ao tratarmos da tese e razão, em algumas construções argumentativas, aquela serve como causalidade da construção da realidade do enunciador, e esta como efeito dessa causalidade. Tese e razões são, assim, causa e consequência da construção da imagem do real para o co-enunciador, aquele que recebe o discurso.

No entanto, esse *real* está, ao que podemos observar, apenas em parte ligado à lógica da construção textual, é uma simulação. Além da argumentação que se ancora à malha de formações discursivas, que garantem lógica ao discurso, há a construção afetuosa do medo do abandono e a certeza da *falta*. O *domo* argumentativo de onde o enunciador *red pill* enuncia é marcado pela certeza de que

um homem não pode ser amado e, ao mesmo tempo, nada falta a um homem *red pill*.

A doxa red pill: um espaço de onde se argumenta

Já está claro, supomos, que o discurso *red pill* fundamenta-se por uma rede emocional. O enunciador espera gerar em seu auditório modelo de reconhecimento de sentimentos de rejeição, depreciação e, como mencionamos anteriormente, falta. Essas emoções constroem adesão ao argumento sem, necessariamente, precisar justificar a argumentação de maneira racionalmente lógica como faria a Filosofia, por exemplo. Uma vez que o sentimento é um dado sinestésico, podemos supor que ninguém *quer se sentir rejeitado*, ou, como aparece na estrutura argumentativa do 03.Recorte “b”, abaixo, *não servir para nada*.

0.3 Recorte

00:25:24 Enunciador 3

Você pode ser um cara redpillado fudido, mas se você não sabe, tipo, seduzir uma mulher, tipo, não serve pra nada.

00:25:28 Enunciador 3

Você pode, tipo, ser um cara muito bom na sedução, mas se você não sabe o red pill, você vai tomar no cu com uma redflag alguma coisa e vai se fuder, entendeu?

Para Amossy (2020, p. 198) *levar em conta as paixões que movem o ser humano dá origem, assim, a uma visão da retórica como a arte de tocar os corações*. Vê-se que dentro do repertório de uma análise retó-

rica dos discursos⁶ existe a preocupação de como as emoções podem ser utilizadas para a sustentação da ordem argumentativa. O enunciador, também podemos ver, comprova emoções. Por meio da expressão mal-educada, por exemplo, ele se reporta ao abandono, à ideia de desamparo que o argumento *red pill* executa como *doxa*. Há uma certeza sobre a masculinidade, que faz entender o processo emocional que edifica toda a estrutura discursiva. Tanto em *03.Recorte «a»* quanto em *03.Recorte «b»*, a consequência de não ser um *red pill* está relacionado a duras consequências emocionais.

A argumentação em *03. Recorte «b»*, ainda, constitui-se por uma estrutura compatível à mencionada por Adam (2019), informando ao sujeito que não basta ser *um cara muito bom na sedução* pois, sem aderir ao discurso *red pill*, o auditório se deparará com um vazio, um problema, algo que o destituirá da posição de não faltante. A Retórica atual e AD observam a construção dessa argumentação como «a arte de tocar o coração». Definitivamente, é um modo belo de dizer como o argumento gera adesão, sem uma explicação de como esse «toque» acontece, isso nos parece ingênuo.

O que propomos pensar, de modo banal, é que o plano emocional da argumentação se dá de modo semiconsciente. Opomo-nos, grosseiramente falando, à ideia de que as emoções são aleatórias e totalmente imprevisíveis. No caso da argumentação do discurso *red pill*, podemos considerar que a relação emocional criada entre enunciador e co-enunciador se enraíza no que identificamos como a *doxa red pill*, ou seja, uma certeza: os homens não são faltantes. Notemos o *04. Recorte*.

6 Consideramos localizar o pensamento da teórica dentro dessa nomenclatura, uma vez que a autora organiza seu trabalho da confluência da Análise do Discurso e da Retórica.

04. Recorte

00:36:20 Enunciador 3

Não que foi um puto arrependimento, mas, digamos assim, eu acho que aquela coisa, assim, do...

00:36:27 Enunciador 3

de você, de alguma forma, direta ou indireta, você coloca a mulher no pedestal.

00:36:30 Enunciador 2

Isso é foda, meu irmão.

00:36:32 Enunciador 3

Mano, isso, pra um relacionamento, isso é muito foda.

00:36:35 Enunciador 3

Por quê?

00:36:36 Enunciador 3

Porque você cresceu com aquela mentalidade, cara, de florzinha, de agradecer a mulher, de não sei o quê, de ser um bom marido, de não discutir.

00:36:44 Enunciador 3

E aí você junta com o preceito religioso ainda, e pá pá pá, entendeu?

00:36:48 Enunciador 3

Então, o que que acontece?

00:36:49 Enunciador 3

O que que eu aprendi?

00:36:50 Enunciador 3

Tá, isso assim, eu fui aprender, tipo, depois...

00:36:53 Enunciador

Eu comecei a ver isso fazendo sentido depois, mas depois da redpill, que caiu a ficha, que fechou a conta, né?

00:36:59 Enunciador 3

A questão é o seguinte, cara.

00:37:00 Enunciador 3

O cara, o homem, ele faz o propósito dele, e a mina que quiser chegar junto, velho, é ela que chega, entendeu?

00:37:06 Enunciador 3

Então, o que que acontece muito?

00:37:09 Enunciador 3

O homem é o rei e a mulher é a rainha.

00:37:11 Enunciador 3

Não é a mulher que é o rei e o homem é a rainha.

00:37:13 Enunciador 3

Ponto final.

00:37:13 Enunciador 3

Eu já falei isso num outro podcast, né?

00:37:15 Enunciador 3

Então, assim...

00:37:16 Enunciador 3

O homem é o rei e a mulher é a rainha.

00:37:18 Enunciador 3

Ah, eu não quero ser a sua rainha.

00:37:19 Enunciador 3

Não tem problema, vai ter uma outra que vai querer.

00:37:21 Enunciador 3

A outra não quer.

00:37:22 Enunciador 3

Uma hora uma mina, cara, se você tá arrebrandando na sua parada, uma hora chega uma mina na sua vida que vai querer somar.

Em 04. *Recorte*, há duas teses que se articulam: “*b*” e “*d*”. Poderíamos inclusive, reduzi-las ao seguinte texto: *colocar a mulher em um pedestal é ruim*. O enunciador 3 tem o posicionamento de que uma mulher deve ser “a rainha”, estar numa relação como um par para o homem, um rei. Não fica claro, em 0.4 *Recorte*, qual a relação socioemocional que incide sobre a *doxa red pill*, mas percebemos uma noção sobre o lugar da mulher na relação, especialmente em “*l*”, “*o*”, “*p*” e “*q*”. Todos esses argumentos reforçam o lugar de que o homem é um ser de poder ou como temos defendido, não faltante.

Na cultura, a figura do real é a do soberano, déspota, poderoso. Ao procurarmos o verbete “rei” em um dicionário *on line*, verificamos o seguinte significado:

substantivo masculino

1. Título de nobreza mais alto de um reino. = MONARCA, SOBERANO

2. O mesmo que *rei consorte*.

3. Título do pai do rei.

4. [Figurado] Pessoa, coisa ou entidade que tem poder ou influência.

5. Primeiro ou mais destacado entre os da sua classe ou área.

6. [Jogos] Primeira figura de cada naipe, nas cartas do baralho.

7. [Jogos] Principal peça do xadrez, que pode movimentar-se a qualquer distância e em todas as direções e que no início do jogo está entre a rainha e o bispo.

8. [Jogos] O que sentenciar, em certos jogos. “rei”. *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* [em linha], 2008-2024, <https://dicionario.priberam.org/rei>, consultado em julho de 2024.

Nos verbetes 4 e 5, observamos o uso da expressão “rei” pelo enunciador 3. Esses verbetes nos ajudam a perceber como a expressão circula na cultura, permitindo-nos entender que, para o enunciador 3, a palavra não se refere apenas a uma posição política, mas também a uma posição de poder. Esse entendimento é fundamental para compreendermos a articulação argumentativa. Além disso, é importante perceber que “rei” e “rainha” não aparecem de modo equilibrado. Ainda que possa existir correlação de poder entre um rei e uma rainha, o marcador de gênero também importa muito para o enunciador 3. Isso pode ser verificado em “p” e “q”. A despeito de todo poder que uma rainha, posição política, possa ter, ela não pode ser um rei e ponto final. Ser rei é, portanto, um marcador de poder e de gênero, daquele que é *primeiro ou mais destacado entre os da sua classe ou área*.

Ao apresentar a posição de *um rei*, o discurso *red pill* exercita a sedução. Entregar a um co-enunciador a promessa de um *reinado* todo poderoso, é apresentar um lugar no futuro em que o sujeito pode tudo. E é por essa via que a estratégia emocional *toca* o coração. Mais uma vez, percebemos a promessa de um lugar onde o poder maximiza a posição do sujeito à *não faltante*.

Resta-nos, ainda, perceber como a argumentação qualifica as mulheres. Como vimos, as mulheres são reduzidas da condição de sujeito e passam a ser acessório de um sujeito não faltante. Esse ponto, acreditamos, é o mais determinante para o pensar uma argumentação dessa comunidade. Vejamos o 05. *Recorte*.

0.5 Recorte

00:48:49 Enunciador 3

E eu falo, assim, o que seria, por exemplo, uma mulher de alto valor pra mim, por exemplo, né?

00:48:52 Enunciador 2

Quais seriam as características?

00:48:53 Enunciador 3

Cara, primeira coisa, uma mulher de alto valor pra relacionamento, ela tem que somar pro cara.

00:49:36 Enunciador 2

Mas as estatísticas dizem que as mulheres eram mais felizes nessa época.

00:49:39 Enunciador 3

Então, beleza.

00:49:40 Enunciador 3

Então, você matou a pau o que eu tava...

00:49:42 Enunciador 2

Essa pesquisa da década de 70 mostra que as mulheres casadas naquela época eram mais felizes que as atuais.

00:49:48 Enunciador 2

Inclusive, elas eram mais felizes que os homens.

00:49:50 Enunciador 3

Então, maravilha.

00:49:51 Enunciador 3

Então, você matou a pau que eu já tava supondo que eu joguei o que eu achava aqui.

00:49:55 Enunciador 3

Então tem esse ponto, cara.

00:49:56 Enunciador 3

Então assim, o que a mulher quer?

00:49:57 Enunciador 3

Ela quer ser servida, cara.

00:49:58 Enunciador 3

Ela não quer servir, entendeu?

00:50:00 Enunciador 3

Então por isso que eu falo, você quer ser uma mulher de alto valor?

00:50:03 Enunciador 3

Como você vai servir o seu homem?

00:50:05 Enunciador 3

E, ah, você é machista.

00:50:06 Enunciador 3

Não, tô falando sério.

00:50:07 Enunciador 3

Como você vai servir o seu homem?

00:50:08 Enunciador 3

Porque o seu homem vai estar te servindo de alguma forma.

00:50:10 Enunciador 3

O seu homem vai estar lá te servindo, te provendo, te dando a proteção física, financeira, emocional.

00:50:15 Enunciador 3

Qual que é a contrapartida?

00:50:17 Enunciador 3

Como que você vai servir ele de volta?

É curiosa a pergunta retórica que o enunciador 3 faz no 05. *Recorte* “m”, “o que a mulher quer?”, uma vez que o texto todo se organiza, para justificar o que falta a um homem. E, sobre esse último ponto, parece surtir efeito em abordar que um sujeito que tampona a própria falta é, em si mesmo, um objeto acabado (Lacan, 1995).

Em 05. *Recorte*, a tese defendida aparece em “p”, que poderia ser traduzida em *uma mulher de alto valor é aquela que serve um homem*. Entretanto, de qual serviço o enunciador 3 fala? De qual contrapartida ele se refere, como está em “w”? Essa tese é defendida, em parte, em “u”, *porque seu homem vai estar te servindo de alguma forma*. Esse serviço, sabemos, tem a ver com o fato de que não falta nada a um homem *red pill* mas, paradoxalmente, para que não lhe falte nada ele precisará assumir os símbolos de sua própria falta, a mulher e o dinheiro. É notório que essa ação simbólica está relacionada à ilusão da castração fálica. O falo perdido na infância assombra o imaginário masculino e, na *doxa* sedutora *red pill*, a promessa é que, por meio das mulheres e do dinheiro, não faltará nada.

Considerações finais

Ninguém vai ajudar um homem é um ponto de partida para construir a sedução *red pill*. A *doxa* dessa comunidade cultural ancora seu discurso em um gesto emocionado: o desamparo masculino frente à *falta* é algo que pode ser reconquistado com base na mudança de posicionamento do sujeito. Mostramos, neste capítulo, que a *doxa*, entendida como um emaranhado interdiscursivo, revela as condições sócio-históricas e culturais, que moldam o perfil da comunidade *red pill*. Argumentamos que a formação discursiva neoliberal é o princi-

pal determinante do sujeito contemporâneo para essa comunidade, e essa determinação delinea o “sujeito de valor” que, em essência, é também o sujeito com valor sexual. No contexto dessa organização cultural, esse valor sexual é interpretado como a capacidade de um homem em conquistar e manter uma companhia. No entanto, essa companhia também precisa comprovar valor, sendo que o valor feminino é determinado por sua capacidade de agradar o homem.

A partir disso, defendemos uma postura teórica baseada na Análise Psicanalítica dos Discursos, pois associamos as condições materiais, linguísticas e culturais do enunciado às questões inconscientes. Nesse contexto, as noções de castração e falta, conforme elaboradas por Lacan (2015), foram primordiais, para explicar como o argumento *red pill* se apoia na posição de *infans*. Assumimos, assim, que nossa contribuição reside no fato de confirmar que o argumento *red pill* depende de uma audiência incapaz de perceber as condições culturais do neoliberalismo e, além disso, de compreender que a falta é algo constitutivo do sujeito. Essa audiência se torna vulnerável, ao aceitar a ilusão de que poderá, em algum momento, ocupar um lugar de não faltante, um lugar onde se assume a posição de “rei” e as mulheres dizem sempre “sim”. Felizmente, esse lugar não existe. Esperamos, com este capítulo, contribuir para a diluição dessa ilusão sedutora, mas deletéria.

Referências

- ADAM, Jean-Michel. *Textos, tipos e protótipos*. Trad. Mônica de Magalhães Cavalcante. São Paulo: Contexto, 2019.
- AMOSSY, Ruth. *A argumentação no discurso*. Coordenação de tradução: Eduardo Lopes Piris e Moisés Olímpio-Ferreira, trad. Ângela M.S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2020.

- BAUDRILLARD, Jean. *Simulacros e Simulação*. Trad. Maria João da Costa Pereira. Santa Maria. Relógio D'água, 1991.
- CHAVES, Ramon Silva. Redação dissertativo-argumentativa: uma cenografia problemática. *Simpósio internacional de (des)cortesia*, Universidade Cruzeiro do Sul, 2012.
- DUNKER, Christian Iago; PAULON, Clarice P.; MILÁN-RAMOS, J. Guillermo. *Análise psicanalítica dos discursos: perspectivas lacanianas*. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2017.
- EAGLETON, Terry. *A ideia de cultura*. Trad. Sandra Castello Branco. Revisão técnica César Mortari. São Paulo: UNESP, 2005.
- FREUD, Sigmund. O mal-estar na civilização (1930). Cienbook, 2020.
- KRISTEVA, Julia. *História da Linguagem: a histórias das diversas concepções de linguagem até às modernas descobertas que permitiram a constituição da linguística como ciência*. Lisboa: Edições 70, 2007.
- LACAN, Jacques. *Seminário IV: a relação de objeto*. Trad. Dulce Duque Estrada Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Gênese dos Discursos*. Trad. Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2008.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Discurso e Análise de Discurso*. Trad. Sírio Possenti. 1ª ed. São Paulo: Parábola, 2015.
- MILLER, Jacques-Alain. A lógica do tratamento do pequeno Hans segundo Lacan. *Asephallus: Revista Eletrônica do Núcleo Sephora*, v. 4, n. 7, p. 70-85, 2008.
- ORLANDI, E. P. *Análise do Discurso: princípios e procedimentos*. 13ª ed. Campinas, SP: Pontes, 2003.
- PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso (AAD-1969). In: GADDET Françoise; HAK, Tony (Org.). *Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. De Eni P.

Orlandi. Campinas: Unicamp, 2010. pp.61-253.

PRIBERAN, DICIONÁRIO. *Verbetes “rei”*. [online], 2008-2013. 2019.

SILVA, Alexandre Marques. Ensino de argumentação e leitura crítica da mídia: uma proposta para o desenvolvimento da capacidade argumentativa. *Linha D'Água*, v. 36, n. 3, p. 128-153, 2023.

A construção do estereótipo feminino em editoriais de revistas contemporâneas: em busca da equidade e igualdade de gêneros em uma cultura de paz

Maria Lúcia C. V. de O. Andrade
Lucimar Regina Santana Rodrigues

Considerações iniciais

O objetivo deste capítulo é analisar o discurso contido em dois textos publicados na Revista *Administrador Profissional*, periódico publicado pelo Conselho Regional da Administração - CRA. Este órgão foi criado em 1960 para disciplinar e fiscalizar o exercício profissional do Administrador. É um conceituado conselho presidido, predominantemente, por homens, que assinam os editoriais de todas as publicações do órgão como a *Revista Administrador Profissional*, nosso objeto de análise.

O recorte para análise foca na representação da mulher com base no estereótipo feminino e de sua dupla jornada: família e trabalho. Buscamos compreender como os discursos hegemônicos e machistas traçam a relação da busca da mulher pela igualdade e equidade de gênero e, ao mesmo tempo, assumem que há disparidades, incoerências e irracionalidades inerentes a um “processo decisório complexo” que é o mundo do trabalho do administrador. Trata-se de dois editoriais que foram divulgados em data comemorativa do Dia Internacional da Mulher – março de 2017 (E1) e fevereiro de 2018 (E2).

A metodologia consiste em estabelecer relações entre o léxico selecionado pelo autor dos editoriais e um ponto de vista dicotômico sobre os desafios da mulher no mercado de trabalho. O léxico remete à construção de imagem de si do locutor (Amossy, 2018) e é argumento para adesão de um auditório às teses do orador (Perelman apud Amossy, 2018); acrescenta-se também o fato de o editorial ser um gênero textual jornalístico opinativo e argumentativo, que manifesta a opinião ou pensamento crítico de determinado grupo ou revista (Charaudeau, 2010), como é o caso do *corpus* selecionado: editoriais da *Revista Administrador Profissional*.

É nesse cenário, de revista técnica de área profissional, publicada por e para profissionais da administração de empresas, dominada pela maioria masculina; de construção de imagem de si e do outro (no caso as mulheres) sob uma ótica de atores sociais posicionados diferentemente, implicando uma visão estereotipada da mulher. Cenário de discurso partidário e percepção histórica arraigada da mulher; num gênero textual em que se tem liberdade de expressão de ponto de vista, gerando personalização e subjetividade. Entendemos que isso justifica nosso interesse em discutir e refletir sobre a imagem construída da mulher no mundo do trabalho nesses editoriais, assinados por homens em uma revista de conselho regional de classe da administração.

A argumentação no discurso

Como vimos nas Considerações Iniciais acima, a argumentação é própria e necessária no gênero editorial. De acordo com Amossy (2018, p. 137), *para além da especificidade de cada estrutura argumentativa, encontramos-nos sempre diante da necessidade de recuperar um esquema, depreendendo-o da materialidade do discurso, como se a linguagem fosse um invólucro do qual importava abstrair o raciocínio*. A argumentação é inerente ao discurso, *não se pode ignorar nem os esquemas argumentativos que fundamentam a estrutura do discurso, nem deixar de lado a observação dos argumentos que permitem passar das premissas a uma conclusão* (Amossy, 2018, p. 138).

Segundo Koch (1987), o ato de argumentar constitui o ato linguístico fundamental, dado que a todo e qualquer discurso subjaz uma ideologia, e a neutralidade é apenas um mito. Contudo, na visão de Charaudeau (2010), todo ato de linguagem emana de um sujeito que gere sua relação com o outro (princípio de alteridade) de modo a influenciá-lo (princípio de influência), tendo de construir uma relação na qual o parceiro tem seu próprio projeto de influência (projeto de regulação). Isso significa dizer que todo discurso é argumentativo, embora as posições para essa questão sejam, muitas vezes, divergentes. Para a Retórica clássica, definida como a arte de persuadir, somente alguns gêneros de discurso dependem de seu domínio, dentre eles temos o editorial ou carta do editor. Nesse sentido, podemos dizer que o editorial, em conformidade com Breton (1999, p. 7), está dentre os gêneros em que *a argumentação pertence à família das ações humanas que tem como objetivo convencer (...) por em ação um raciocínio em uma situação de comunicação*.

A imagem construída no discurso dos editoriais

Segundo Amossy

Todo ato de tomar a palavra implica a construção de uma imagem de si. [...] e não é necessário que locutor faça seu autorretrato, detalhe suas qualidades nem mesmo fale explicitamente de si. Seu estilo, suas competências linguísticas e enciclopédicas, suas crenças implícitas são suficientes para construir uma representação de sua pessoa (Amossy, 2018, p.9).

Nos dois editoriais selecionados, observa-se pela seleção lexical e pelos argumentos, assim como pelos recursos visuais (foto do administrador), que deixam clara a representação da imagem de si construída no texto verbal e imagético do presidente do conselho regional: estilo conservador, crenças sexistas, apesar de encobertos pela intencionalidade de tecer elogios e adotar comportamento empático para com as mulheres da administração.

[...] a ação exercida pelo orador sobre o seu auditório não é de ordem linguageira, mas social; sua autoridade não depende da imagem de si que ele produz em seu discurso, mas de sua posição social e de suas 'possibilidades de acesso à palavra oficial ortodoxa, legítima (Amossy, 2018, p. 120).

Outro dado, facilmente notado no *corpus* escolhido, o orador assina os editoriais com a credencial Adm. antes do nome [E1 e E2] e pelo cargo Presidente do Conselho [E1 e E2], ou seja, representa autoridade e posição social legitimadas sobre o auditório a que se dirige. A 'nova retórica' de Perelman concebe a argumentação como o conjunto de meios verbais pelos quais um orador tenta provocar ou reforçar

a adesão de um auditório às teses que ele submete a seu assentimento (Amossy, 2018, p. 123). Além da representação de autoridade e uso de posição social apresentadas no parágrafo anterior, o orador dos editoriais utiliza-se de argumentos, que buscam reforçar a adesão de um auditório às suas teses, como:

Prova disso é o empreendedorismo segundo dados de 2016 do SEBRAE, o número de mulheres que são chefes de família e estão a frente do próprio negócio saltou de 6.3 milhões para quase 8 milhões em 11 anos, um aumento de 25%. [E1]

Existe algum consenso entre antropólogos sobre quem inventou a agricultura e, por conseguinte, possibilitou as bases para o surgimento da sociedade: as mulheres. [E2]

Amossy (2018b, p. 42) complementa que *há argumentação quando uma tomada de posição, um ponto de vista, um modo de perceber o mundo se expressa sobre um fundo de posições antagônicas, ou tão somente divergentes, tentando prevalecer ou fazer-se aceitar*. Os argumentos subsidiados pelo Sebrae e pelos antropólogos, que beneficiam a posição ocupada pela mulher no mundo e no mercado de trabalho, corroboram a aceitação do orador e sua tese, apesar de antagônica e divergente na sequência do texto dos editoriais.

Julga-se necessário fazer uma breve incursão nas teorias e discussões sobre a revista, sobre o gênero midiático editorial, os estereótipos e a seleção lexical, antes de nos adiantarmos para a descrição e análise do *corpus*.

O gênero editorial em revista técnico-profissional

As revistas inserem-se nas mídias e estas, segundo Gregolin (2003, p. 97), *desempenham o papel de mediação entre os leitores e a realidade*, ampliam as visões e diminuem as distâncias, transformando o indi-

vidual em coletivo. Nessa perspectiva, a *Administrador Profissional*, revista publicada por um conselho de classe de profissionais, objeto deste capítulo, desempenha o papel de mediação entre os leitores – administradores ou profissionais da administração de empresas – e a realidade do mercado de trabalho em que estão inseridos.

A história da *Administrador Profissional* surge a partir do lançamento do *Jornal Administrador Profissional*, em 1976, por iniciativa do Conselho Regional da Administração. Em 2007, o jornal deu lugar à revista. Em 2013, a revista passa a ser disponibilizada pela plataforma Android e iOS. Em 2018, como publicação digital bimestral, ampliou seu número de páginas e o espaço para mais reportagens, entrevistas e textos opinativos. O ano de 2019 marcou a soma da sigla ADMPRO ao título da revista e o lançamento de seu próprio site. Anos depois, houve mudanças importantes na periodicidade da publicação, passando também a ser disponibilizada na versão impressa e versão digital, notícia que ocupou dois parágrafos do editorial da revista de fevereiro/2018:

De olho na evolução contemporânea, o CRA-SP também está preparando outra mudança importante, em breve, a nossa Revista apresentará um novo projeto gráfico editorial, trazendo reportagens mais amplas e aprofundadas. A periodicidade da RAP será modificada e mais conteúdos serão incluídos na nova versão digital, que contará com uma comunicação integrada entre as diversas mídias do Conselho.

Deixamos claro que a edição impressa continuará existindo, mas, para continuarmos relevantes, seja como veículo de comunicação, profissionais ou empresas, precisamos evoluir sempre, adaptando-nos às novas ferramentas e novos paradigmas, compatíveis com a tão necessária política de sustentabilidade que, aliás, também é tema de debate na atual edição com a matéria sobre Capitalismo consciente. Boa leitura! [E2]

Enfim, a revista é uma mídia que procura estar atualizada com as mudanças da realidade do seu público leitor. Hoje, é um suporte de grande alcance para os profissionais do mundo dos negócios. Charaudeau (2010, p. 206) propõe definir o gênero de informação midiática como o resultado do cruzamento entre um tipo de instância enunciativa, um tipo de modo discursivo, um tipo de conteúdo e um tipo de dispositivo. Os gêneros de informação que circulam nas mídias e, conseqüentemente, nas revistas, resume Charaudeau (2010, p. 212), *são o resultado do entrecruzamento das características de um dispositivo, do grau de engajamento do sujeito que informa e do modo de organização discursivo que é escolhido*. O editorial tem características do *acontecimento comentado* (Charaudeau, 2010, p. 235) e seu editorialista tem *a liberdade de expressar um ponto de vista partidário, mas é instado a fazê-lo de maneira argumentada, ainda mais porque seu ponto de vista implica o engajamento de toda a redação* daquela revista. No caso da Revista Administrador Profissional, em que o editorialista é também o presidente do Conselho Regional da Administração, naquele período, seu ponto de vista implica, também, o engajamento de todo aquele conselho regional.

O editorial pode também ser denominado carta do editor, carta ao leitor, carta da redação e, por isso, trazemos os estudos de Andrade (2006, p. 133) sobre carta do editor, em que a autora denomina que este *é um texto que circula no contexto jornalístico em seção fixa de revista*, destinado a estabelecer um primeiro contato entre o editor e o leitor da revista. Acrescenta ainda que dentre os vários propósitos comunicativos deste gênero textual, encontra-se o de *apresentar as matérias publicadas – na referida edição da revista*. A revista Administrador Profissional já assinou as Cartas ao Leitor e hoje faz uso do título Editorial, no seu propósito de apresentar as matérias publicadas naquela edição, dando ênfase e, muitas vezes, exclusividade, à matéria da capa, como verificado nos dois textos selecionados para análise no presente capítulo.

Estereótipos e preconceito: um problema cultural

Uma das formas de se expressar um ponto de vista nos editoriais em discussão pode resultar na construção da imagem que se faz das mulheres profissionais da administração a partir de categorias às quais se acredita que elas estão vinculadas; portanto, pode passar uma visão preconceituosa sobre a mulher no mercado de trabalho. Amosy (2022, p.45) afirma que *os estereótipos que circulam pelo grupo ao qual o indivíduo pertence têm um efeito palpável sob sua performance*. Acrescenta ainda a autora, que há questionamentos da Psicologia Social sobre a maneira com que a consciência de ser catalogado e depreciado em razão ao pertencimento (racial, étnico, de gênero, de classe etc.) afeta suas capacidades e seu comportamento em diversas situações entre as quais situações de teste ou de competição (Amosy, 2022, p.45). Nos dois editoriais selecionados, observamos estereótipo preconceituoso sobre a mulher, que compromete sua performance profissional e ou a deprecia em função do gênero a que pertence e sua divisão entre o trabalho e casa/família:

A percepção histórica da mulher como responsável pelos cuidados com a casa e com os filhos e até mesmo como pilar da família continua arraigada. [E1]

A disparidade, hoje vista entre homens e mulheres em cargos de liderança em nossas empresas, não pode ser justificada por quaisquer limites de balanceamento entre família e trabalho. [E2]

Nos recortes acima, podemos constatar um ponto de vista do editorialista de que a dupla jornada das mulheres justifica sua baixa performance no mercado de trabalho e, portanto, constitui-se um entrave para a equiparação entre homens e mulheres nos cargos de liderança nas empresas. Para considerarmos tal afirmação, precisamos levar em consideração o contexto em que está inserido o ponto de vista do editorialista: editorial de revista do CRA, assinado por profissionais homens da área da administração; a negação na expressão “não pode ser justificada”, pressupõe que o editorialista acredita nesse

pressuposto que justifica a disparidade entre homens e mulheres no mercado de trabalho, portanto, ponto de vista equivocado e preconceituoso impressos no estereótipo feminino construído das mulheres.

Segundo Amossy (2022), os estereótipos de gêneros implicam relações de poder e de dominação e que os estereótipos não são considerados corretos ou incorretos, mas podem ser considerados como úteis ou nocivos, no exemplo acima, nocivo às mulheres, contudo, isso não enfraquece a luta feminina em busca da merecida igualdade no mercado de trabalho. As mulheres têm estudado mais, tem se especializado mais para romper com a cultura do poder e dominação masculina e provar com suas competências profissionais e inteligência emocional que a cultura que deve prevalecer entre homens e mulheres no mercado de trabalho é a cultura de paz.

A seleção lexical

O léxico é um fator relevante na construção do discurso e do estereótipo feminino construído no *corpus* selecionado. Ao se analisar as mulheres retratadas nesses editoriais, percebe-se que sua caracterização é feita por meio de campos léxico-semânticos dos quais se extraem suas qualidades e/ou defeitos (Cardoso, 2013). Todo texto carrega consigo um aspecto intencional, seja um desejo de impressionar, argumentar seja um desejo de marcar uma posição. Toda escolha está relacionada a uma circunstância:

o momento histórico, o lugar, a idade, o sexo, a profissão, o grau de instrução, o status socioeconômico e muitos outros fatores” [...] “Pode-se dizer, então, que a situação de enunciação e, conseqüentemente, o gênero discursivo são determinantes para as escolhas linguísticas (Cardoso, 2013, p. 17).

A autora acrescenta que

os campos léxico-semânticos, como uma possível sistematização do léxico, devem refletir traços do seu dinamismo, e, particularmente, os elementos do pensamento humano, marcas de diferentes culturas e maneiras de o homem pensar o mundo nele (léxico) impressas (Cardoso, 2013, p. 20).

Nessa perspectiva, vamos nos ater a duas questões de seleção lexical observadas nos dois editoriais selecionados. A primeira é com relação ao uso das conjunções adversativas: “mas” e “porém”. Em E1, encontramos duas ocorrências e, em E2, também duas ocorrências:

A forte presença da mulher no mercado de trabalho é um fato. *Porém não* podemos negar que ainda são grandes os desafios enfrentados para atingir a equiparação entre os gêneros [...]. Pode parecer ainda gradativo o alcance da equidade de gêneros, *mas* estamos no rumo certo. [E1]

Em comunidades primitivas de caçadores e coletores, a divisão do trabalho era essencial, *mas não* havia uma nítida hierarquia de gênero: [...] deixamos claro que a edição impressa continuará existindo, *mas* para continuarmos relevantes [...] [E2]

O uso das expressões sinalizadas demarca a oposição ao que foi dito, nos casos, “a forte presença da mulher no mercado de trabalho” e “a divisão do trabalho era essencial”. Atentando-se ao fato de que as conjunções, em dois casos, aparecerem seguidas de advérbio de negação: “não”, podemos confirmar que a seleção lexical esteja envolta em aspecto intencional, tomada com o desejo de marcar uma posição do editorialista em questão. A segunda questão de escolha lexical, que nos parece merecer uma reflexão, são os substantivos “equidade” e “igualdade”, presentes nos dois editoriais e, aparentemente, tomados como sinônimos:

O caminho para a equidade de gêneros [...] Pode parecer ainda gradativo o alcance da *equidade* de gêneros, mas estamos no rumo certo. Nós do CRA-SP, acreditamos e apoiamos as iniciativas em prol da *equidade* dos gêneros. Somos otimistas e vemos um futuro promissor, pois seguramente estamos caminhando para uma merecida *igualdade*. [E1]

Foco na *igualdade* entre homens e mulheres [...] Essa busca por *igualdade* não representa algo politicamente correto ou usurpação de movimentos feministas [...]. [E2]

Tanto na definição dos termos, em que encontramos: “A igualdade é baseada no princípio da universalidade, ou seja, que todos devem ser regidos pelas mesmas regras e devem ter os mesmos direitos e deveres. A equidade, por outro lado, reconhece que não somos todos iguais e que é preciso ajustar esse ‘desequilíbrio’”¹, quanto na ilustração selecionada pela Lei da Inclusão (abaixo), os termos não são sinônimos, há diferença de significados.



Figura 5.1 – Igualdade e equidade

Considerando-se que há diferença de significação entre o léxico – igualdade e equidade – e que no mercado de trabalho a mulher possui a mesma competência do homem, ou seja, que homem e mulher

1 Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br>.

são iguais neste universo, o léxico mais apropriado seria “igualdade” e não “equidade” para existir a equiparação entre homens e mulheres, como afirma o editorialista nos dois editoriais:

Porém não podemos negar que ainda são grandes os desafios enfrentados para atingir a *equiparação entre os gêneros*, principalmente nos cargos estratégicos e de liderança. [E1]

Trata-se de uma visão moderna, que entende como naturais as inúmeras mudanças em nossa sociedade, entre elas a *equiparação entre homens e mulheres*, tanto no mercado de trabalho como nas famílias. [E2]



Trata-se de outro exemplo de que a seleção lexical pressupõe um ponto de vista do editorialista de que ele próprio acredita que há diferenças entre homens e mulheres no mercado de trabalho pois, na equidade, a mulher pode necessitar de condições diferentes (um banquinho mais alto) para ser igual ao homem e conquistar os mesmos postos no mercado de trabalho.

Descrição e análise do corpus

Descrição do corpus

Retomando o que já foi anunciado nas Considerações Iniciais, o *corpus* selecionado para nossas análises são dois editoriais publicados na Revista Administrador Profissional: nº.369, ano 40, de março de 2017, intitulado *O caminho para a equidade de gêneros* e nº 380, ano 41 de fevereiro de 2018, com o título *Foco na igualdade entre homens e mulheres*, denominadas E1 e E2, sucessivamente, que passamos a descrever.

Quadro 1 – E1

 	<p>Editorial</p> <p>O Caminho para a equidade de gêneros</p> <p>A forte presença da mulher no mercado de trabalho é um fato. Porém, não podemos negar que ainda são grandes os desafios enfrentados para atingir a equiparação entre os gêneros, principalmente nos cargos estratégicos e de liderança. A percepção histórica da mulher como a responsável pelos cuidados com a casa e com os filhos e até mesmo como pilar da família, continua arraigada.</p> <p>A mulher tem se notabilizado pelas ações efetivas que impactam a consciência das lideranças nas organizações públicas. Essas ações não podem ser ignoradas e têm reflexos na sociedade. Trata-se de uma evolução natural. O cenário econômico e o protagonismo não mais se concentram no homem.</p> <p>Prova disso é o empreendedorismo segundo dados de 2016 do SEBRAE, o número de mulheres que são chefes de família e estão à frente do próprio negócio saltou de 6.3 milhões para quase 8 milhões em 11 anos, um aumento de 25%.</p> <p>Pode parecer ainda gradativo o alcance da equidade de gêneros, mas estamos no rumo certo. Nós do CRA acreditamos e apoiamos as iniciativas em prol da equidade de gêneros. Somos otimistas e vemos um futuro promissor, pois seguramente estamos caminhando para uma merecida igualdade.</p> <p>Hoje a equidade de gêneros está na pauta do dia a dia das organizações e tem significado que a participação das mulheres é cada vez maior.</p>
---	--



Fonte: Revista Administrador Profissional (nº 369, Ano 40, mar./2017)

Segundo Kress; Van Leeuwen (2006, p.47), *Estruturas visuais produzem imagens da realidade que estão relacionadas com os interesses de instituições sociais [...] Elas são ideológicas*. A capa da revista de E1, traz o estereótipo da mulher, segundo a visão da classe do editorialista: a mulher de saia preta, salto alto, meia fina. Essa mulher manuseia um gráfico que apresenta uma perspectiva longínqua, que pode representar os desafios da mulher no mercado de trabalho, ratificado pela chamada verbal da matéria que se completa pelo título do editorial “O caminho para a equidade de gêneros”. Pode-se pensar na premissa de interesses de classes sociais e marcas de ideologia dessa classe, o administrador profissional.

Tomando como base a proposta de caracterização de Charaudeau (2010), em E1 e E2, quanto a *instância enunciativa*, a origem do editorial está na própria mídia, pois o autor do texto é um editorialista da própria revista (instância interna): o Adm. Roberto Carvalho Cardoso, Presidente do Conselho Regional de Administração de São Paulo, órgão responsável pela publicação da revista. A assinatura do editorial se realiza pelo título Adm., o nome Roberto Carvalho Cardoso e a foto do editorialista, estrutura comum nos editoriais desse gênero nessa publicação.

No tocante ao tipo de *modo discursivo*, sendo os dois textos editoriais, distingue-se como um “acontecimento comentado”; o tipo de conteúdo temático, relaciona-se a uma construção social: equidade e igualdade de gêneros. E o tipo de dispositivo é especificado como mídia imprensa: revista.

Quadro 2 – E2

 	<p>Editorial</p> <p>Foco na igualdade entre Homens e mulheres</p> <p>Existe algum consenso entre antropólogos sobre quem inventou a agricultura e, por conseguinte, possibilitou as bases para o surgimento da sociedade: as mulheres. Em comunidades primitivas de caçadores e coletores, a divisão do trabalho era essencial, mas não havia uma nítida hierarquia de gênero, enquanto os homens caçavam, as mulheres cuidavam da segurança do acampamento e identificavam sementes, ervas e cereais que tinham maior utilidade, levando-os de um assentamento para o outro.</p> <p>A disparidade, hoje vista entre homens e mulheres em cargos de liderança em nossas empresas, não pode ser justificada por quaisquer limites de balanceamento entre família e trabalho. Na verdade, as mulheres que assumem esses desafios acabam sendo hábeis e multitarefas, lideram com mais propriedade e conseguem ponderar melhor as incoerências e irracionalidades inerentes ao processo decisório complexo.</p> <p>Essa busca pela igualdade não representa algo politicamente correto ou usurpação de movimentos feministas. Trata-se de uma visão moderna, que entende como naturais as inúmeras mudanças em nossa sociedade, entre elas a equiparação entre homens e mulheres tanto no mercado de trabalho como nas famílias. Por isso esse tema é tão importante. Para completar a abordagem dada na edição deste mês da RAP, o CRA-SP irá promover, em março, a 1ª. Semana Temática Mulheres em Foco, que congregará uma série de apresentações lideradas por algumas das mulheres mais influentes da atualidade.</p> <p>[...]</p> <p>Adm. Roberto Carvalho Cardoso</p> <p>Presidente do Conselho Regional de Administração de São Paulo.</p>
--	---

A capa da revista do E2 reforça o estereótipo da mulher, sob o ponto de vista do editorialista. Duas mulheres em um ambiente de trabalho, uma veste camisa branca, colo exposto, cabelo solto bem penteado, manuseando um notebook; a outra veste um *tailleur* preto, cabelo preso, camisa branca, ambas com postura de executivas, conversando sobre questões profissionais, reforçando as estruturas visuais recorrentes, intencionais e ideológicas. A chamada verbal para a matéria da capa: Mulher em destaque: o que ainda é necessário para a igualdade de gênero no trabalho. Esse título se completa pelo do editorial: foco na igualdade entre homens e mulheres.

Quanto à relação da estrutura e caracterização dos dois editoriais, *E1* é composto por cinco parágrafos e todos dedicados ao título do editorial e, conseqüentemente, tema da capa: equidade de gêneros. *E2* também é composto por cinco parágrafos, no entanto, três deles são dedicados ao título do editorial: igualdade entre homens e mulheres e, dois parágrafos destinados a falar das mudanças e novidades do periódico: a nova versão digital.

para continuarmos relevantes, seja como veículo de comunicação, profissionais ou empresas, precisamos evoluir sempre [...] [*E2*]

Análise do corpus

Segundo Kress; Van Leeuwen (2006, p.47), *estruturas visuais produzem imagens da realidade que estão relacionadas com os interesses de instituições sociais [...]. Elas são ideológicas*. A capa da revista *E1* traz o estereótipo da mulher, segundo a visão do editorialista: a mulher de saia preta, salto alto, meia fina. Essa mulher manuseia um gráfico, que apresenta uma perspectiva longínqua, que pode representar os desafios da mulher no mercado de trabalho, ratificado pela chamada verbal da matéria, que se completa pelo título do editorial “O caminho para a equidade de gêneros”. Pode-se pensar na premissa de interesses

de classes sociais e marcas de ideologia dessa classe.

Paes de Barros (2005) sugere que para se ler, adequadamente, um texto multimodal, mobilizam-se processos cognitivos complexos e, realiza-se uma leitura inferencial, que gera a construção de significados [...]. E com essa proposta de leitura que realizaremos a análise dos textos dos editoriais. Ambos os textos se iniciam com elogios às mulheres e na sequência ocorrem ponderações que descontroem o teor inicial do texto:

A forte presença da mulher no mercado de trabalho é fato. Porém não podemos negar que ainda são grandes os desafios enfrentados para atingir a equiparação entre os gêneros [E1]

Existe algum consenso entre antropólogos sobre quem inventou a agricultura e, por conseguinte, possibilitou as bases para o surgimento da sociedade: as mulheres.

[...] mas não havia uma nítida hierarquia de gênero [...] [E2]

Observamos nos recortes acima que *a forte presença da mulher no mercado de trabalho* se contrapõe à *ainda são grandes os desafios enfrentados*, assim como em *quem inventou a agricultura e possibilitou as bases para o surgimento da sociedade: as mulheres* se contrapõe a “mas não havia uma nítida hierarquia de gênero”, portanto, a que consenso se faz essa comparação? E ainda, se há grandes desafios a serem enfrentados, como a mulher marca uma forte presença no mercado de trabalho?

Recuperamos aqui as teorias de Amossy (2018b) de que, quando a argumentação é posta em um ponto de vista do editorialista, expressa por posições antagônicas e divergentes, esta ação não é neutra, pelo contrário, é intencional e pode ser reconhecida como uma tentativa de fazer-se aceitar pelo público leitor. Essa estrutura se mantém em outros parágrafos do texto, em que se eleva às mulheres em sua atuação no mercado de trabalho e apresentam-se causas para a luta dessas mesmas mulheres ainda em busca do atingimento de seus objetivos:

A mulher tem se notabilizado pelas ações efetivas que impactam a consciência das lideranças nas organizações públicas e privadas. Essas ações não podem ser ignoradas e têm seus reflexos na sociedade. Trata-se de uma evolução natural. O cenário econômico e o protagonismo não mais se concentra no homem. [E1]

Essa busca pela igualdade não representa algo politicamente correto ou usurpação de movimentos feministas. Trata-se de uma visão moderna que entende como naturais as inúmeras mudanças em nossa sociedade, entre elas a equiparação entre homens e mulheres. [E2]

Nesses exemplos, há uma contraposição entre *a mulher tem se notabilizado pelas ações efetivas, o protagonismo não mais se concentra no homem* e *essas ações não podem ser ignoradas*. O que deve se sobrepor nesse discurso? A notabilização e protagonismo da mulher ou as ações que não podem ser ignoradas?

Hoje a equidade de gêneros está na pauta do dia a dia das organizações e tem significado que a participação das mulheres é cada vez maior. [E1]

E ainda, se *a busca pela igualdade* é uma *visão moderna*, uma *evolução natural* para a *equiparação entre homens e mulheres* e sua *participação cada vez maior* (da mulher) nas organizações, por que é a *equidade de gêneros* que está na pauta das organizações? Lembrando-nos que a equidade reconhece que não somos todos iguais e que é preciso ajustar esse ‘desequilíbrio’? Dando um “banquinho” mais alto para as mulheres.

Apesar de as posições do editorialista serem divergentes e remeterem a esses questionamentos, todo discurso é argumentativo (Charaudeau, 2010) e o estereótipo feminino construído nesses dois editoriais selecionados como *corpus* deste capítulo, implicam relações de poder e de dominação do homem e podem ser considerados nocivos à imagem da mulher no mercado de trabalho.

Considerações finais

Partindo da análise de dois editoriais de uma revista de grande circulação no meio profissional, especificamente na área de administração de empresas, o discurso sobre o papel da mulher nas relações de trabalho é expresso por homens e, consequentemente, traz a visão masculina sobre o tema. A mulher é representada por meio de estereótipos e pelas multitarefas pelas quais, também, é responsável, como os cuidados com a família e os afazeres domésticos e esse fator impacta na sua conquista pelos cargos de liderança nas organizações.

Pode-se concluir, nesse sentido que, no espaço cultural brasileiro, o espaço de liderança é mais ocupado por homens não somente na discussão das questões femininas na administração de empresas, mas também na atribuição de cargos de chefia. Em relação as escolhas lexicais, o uso de marcadores e a organização textual, observa-se uma busca de aproximação e envolvimento entre o editor e a mulher, ou seja, determinando-se como marcas de envolvimento entre os participantes da situação discursiva, características do gênero textual – editorial – neste contexto sociocultural.

Os textos verbais selecionados para análise apresentam a busca das mulheres por igualdade de gêneros, divergindo da exaltação e apoio contido no discurso dos presidentes do Conselho Regional da Administração, nas homenagens prestadas à mulher em seu dia internacional, pressupondo-se uma desigualdade de gênero que existiu, continua existindo e poderá existir por todos os tempos, um problema social que contemplará uma solução, a partir da mudança não só de um ponto de vista, mas de uma cultura de paz.

Referências

- AMOSSY, Ruth (org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2018a.
- AMOSSY, Ruth. *A argumentação no discurso*. São Paulo: Contexto, 2018b.
- AMOSSY, Ruth; PIERROT, Anne Herschberg. *Estereótipos e clichês*. São Paulo: Contexto, 2022.
- ANDRADE, Maria Lúcia Victorio de Oliveira. Cartas do editor em revistas brasileiras: marcas de envolvimento. In: PRETTI, Dino (org.). *Oralidade em diferentes discursos*. São Paulo: Humanitas, 2006.
- BRETON, Philippe. *A argumentação na comunicação*. Bauru: EDUSC, 1999.
- CARDOSO, Elis de Almeida. Escolhas lexicais: a caracterização de personagens femininas no discurso. *Linha d'Água*, n. 26 (1), p. 15-28, 2013.
- CHARRAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2010.
- FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.
- FAIRCLOUGH, Norman. *Analysing discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge, 2003.
- GREGOLIN, Maria do Rosário (org.). *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 2003.
- KRESS, G. & VAN LEEUWEN, T. *Reading images: the grammar of visual design*. 2. ed. London: Routledge, 2006.
- KOCH, Ingedore G. Villaça. *Argumentação e linguagem*. São Paulo: Cortez, 1987.
- MORAGAS, Vicente Junqueira. *Diferença entre igualdade e equidade*. TJ-DFT – Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. Disponível em: <<https://www.tjdft.jus.br/acessibilidade/publica->

coes/sementes-da-equidade/diferenca-entre-igualdade-e-equidade >. Acesso em 07 set.2024.

PAES DE BARROS, Cláudia Graciano. *Compreensão ativa e criadora: uma proposta de ensino-aprendizagem de leitura do jornal impresso*. Tese de Doutorado, 2005.

Uma abordagem sociocognitiva do discurso e sua interface com questões culturais

Paula Pinho Dias

Considerações iniciais

A cultura é o alicerce sobre o qual a sociedade humana é construída. Ela não apenas reflete a realidade, mas a molda ativamente, definindo o que é possível e desejável. E o discurso, como expressão da cultura, é o instrumento principal pelo qual os seres humanos interagem com o mundo, dando forma às suas experiências e construindo a realidade social. Contudo, como toda forma de experiência não é apenas social, mas também cognitiva, propomos discutir nesse capítulo alguns conceitos teóricos relacionados ao discurso que subsidiam sua compreensão na perspectiva sociocognitiva da Análise Crítica do Discurso (doravante ACD).

Tal compreensão pressupõe a interrelação entre as categorias cognição, sociedade e discurso. A cognição é vista como propriedade humana desenvolvida com base nas representações socioculturais compartilhadas. A sociedade é vista como construto humano que resulta de interações coordenadas e negociadas entre atores sociais. E o discurso um modo de ação estruturado linguisticamente que colocam em articulação representações construídas na dimensão cognitiva com base nos conhecimentos socialmente compartilhados.

Considerando, portanto, a interrelação dessas três categorias, após situar os principais pressupostos da ACD e da vertente socio-cognitiva postulada por van Dijk, o capítulo se desenvolve, articulando ao conceito de discurso noções sobre contexto sociocognitivo, memória, conhecimento e crenças, cultura e ideologia - enquanto formas de conhecimento, que norteiam as experiências e as representações sociais dos indivíduos no mundo.

Análise Crítica do Discurso

De forma geral, a ACD entende que o discurso é uma atividade linguística, ou seja, trata-se do uso da linguagem como forma de prática social e não uma atividade puramente individual e, por isso, pode ser analisada em termos de sua estrutura (interna/externa) e de sua ação (repercussão social). Como prática social, produz uma relação dialética com a estrutura social. Por isso, o discurso é tratado como representação linguística e extralinguística: linguística, porque se materializa na fala e na escrita, além de outras modalizações, tais como imagens, cores e movimentos; extralinguística, porque o discurso está imerso nas atividades cotidianas da vida, na materialidade sócio-histórica do sujeito, na constituição da existência social. O discurso é, portanto, resultado dos processos sociais de socialização e de estruturação social, e processo de singularização do ato linguageiro do

homem no mundo¹. É em razão dessa dupla perspectiva que a prática discursiva é vista como reprodutora e transformadora de realidades sociais, uma vez que o sujeito da linguagem é propenso tanto a ser guiado pelas determinações sociais quanto à reconfigurá-las e ressignificá-las.

Nesse sentido, o que caracteriza a visão “crítica” nessa abordagem, além da descrição das práticas discursivas, é o comprometimento em mostrar como o discurso molda e é moldado pelas relações de poder e ideologias, bem como os efeitos construtivos que o discurso exerce sobre as identidades sociais, as relações sociais e os sistemas de conhecimento e crença, os quais não costumam ser aparentes para os participantes do discurso. Logo, a ACD postula a dialética entre o social e o individual: o social guiando o individual e esse modificando o social.

Vertente sociocognitiva da Análise Crítica do Discurso

A vertente sociocognitiva da ACD tem como seu maior representante van Dijk. Este autor postula para a ACD três grandes categorias: *Sociedade*, *Cognição* e *Discurso*. Estas três categorias se interrelacionam de tal forma que uma se define pela outra (van DIJK, 1997). A sociedade é vista como um conjunto de grupos sociais, cujos indivíduos que os compõem têm em comum os mesmos objetivos, interesses e propósitos. Cada grupo social se define por sua própria prática social. Essa é definida por um conjunto de papéis que constroem a estrutura social. A relação desses papéis entre si define o funcionamento dessa estrutura. A cognição é vista como as formas de conhecimento que

1 “Singularização do ato linguageiro” não significa considerar que o discurso é uma atividade puramente individual. O emprego de discurso em Fairclough responde à articulação dos conceitos da tradição linguística às teorias sociais “que defendem a não liberdade dos interlocutores, mesmo para a conversa cotidiana” (Pinto, 2002, p. 22).

constroem a *memória social* de cada grupo. Importante ressaltar que o modelo de memória selecionado por van Dijk & Kintsch (1983) tem por base o modelo de memória por armazém de Atkinson-Shiffrin: memória de curto prazo, de médio e de longo prazo. A memória de longo prazo armazena os conhecimentos já processados pelo sujeito. Essa memória é dividida em memória social e memória individual (episódica). A memória social armazena conhecimentos construídos em sociedade por meio dos discursos públicos institucionalizados, como os da família, da igreja, da escola, da empresa entre outros. Essa memória compreende ainda os conhecimentos compartilhados no grupo social, onde as pessoas estão inseridas. Já a memória individual (episódica) compreende as formas de conhecimento vivenciadas e experienciadas autobiograficamente pelas pessoas.

Na perspectiva sociocognitiva, considera-se a concepção de práticas discursivas, e essa concepção ultrapassa a ideia de uma análise puramente enunciativa do discurso e revela as faces social e textual do discurso. Assim, o discurso é entendido como um modo de ação, que se dá por meio de representações construídas na instância cognitiva com base nos conhecimentos socialmente compartilhados. O discurso, portanto, é visto como prática e estrutura. Como prática, é também um modo de ação que as pessoas fazem uso para agir no e sobre o mundo, especialmente, sobre outras pessoas. Seu aspecto de estrutura tem a ver com o fato de que todo modo de ação é a exteriorização de um *esquema mental*, cujas estruturas linguísticas são *produtos* dessa atividade de apropriação cognitiva da realidade exterior. Como esquemas mentais, os discursos consistem em relações de categoriais mais gerais que podem ser utilizadas de diferentes formas pelos sujeitos nas interações sociais. Por se tratar de organizações cognitivas de produção e compreensão, tais estruturas são essenciais para o próprio processo interacional entre os indivíduos em situações sociais particulares ou públicas- realizadas face a face, ou virtualmente estabelecidas pelo sistema verbal escrito.

É na sociedade que aprendemos a identificar os discursos e utilizar os conhecimentos por eles construídos e veiculados em específicos campos de saberes. É pelo discurso que entramos em contato com as significações e sentidos, compartilhando conhecimentos que nos permitem (inter)agir com as pessoas no âmbito público e privado de nossas vidas. E nessa interação relacionamos saberes, atualizando e ampliando nossas estruturas mentais, criando e recriando continuamente modelos, que nos possibilitam o acesso à nossa exterioridade por meio dos eventos comunicativos.

Os eventos comunicativos são os exemplos de discurso considerados simultaneamente um texto, um exemplo de prática discursiva e um exemplo de prática social. Eles moldam e são moldados pelas variáveis sociais. Moldam tanto na medida em que ajudam a sustentar e reproduzir os lugares e os conhecimentos sociais, quanto na medida em que contribuem para transformá-los. São moldados, porque sofrem variações em sua determinação estrutural e funcional, em razão de se especificarem segundo o domínio particular ou quadro institucional em que são gerados (Fairclough, 2001).

Compreender essa dinâmica implica observar as formas como as relações se estabelecem e as diferentes maneiras e finalidades do uso da linguagem que balizam tais relações. Mas também significa observar como os sujeitos podem posicionar-se dentro dessas práticas, reproduzindo uma ordem discursiva ou estabelecendo novas configurações dessa ordem por meio do discurso. O exame de tais elementos torna possível identificar os tipos de conhecimento e os valores que circulam numa dada sociedade e a maneira pela qual se alicerçam as realidades sociais, bem como as diversas manifestações identitárias que atuam no mundo, mantendo e transformando tais realidades.

O discurso é apresentado por van Dijk (1997) com foco principal na dialética entre o social e o individual. Assim, há discursos sociais públicos institucionalizados e organizados pelas categorias Poder,

Controle e Acesso, para a definição dos seus participantes na interação comunicativa. Tal interação define quais são os participantes, as suas funções, seus papéis sociais identitários e quais ações podem praticar. Entretanto, há discursos que são eventos discursivos particulares em que o individual é privilegiado, embora guiado pelo social.

A vertente sociocognitiva destaca-se, também, por acrescentar que o funcionamento das *estruturas discursivas* e seus *contextos* passam pelo entendimento das *representações mentais individuais e sociais* (van DIJK 1997, 2000, 2012). As representações individuais são as que explicam as razões de diferentes reações dos indivíduos diante de um único acontecimento. As representações sociais definem as culturas e os grupos sociais, de maneira a organizar suas crenças e suas práticas. No marco da vertente sociocognitiva, o contexto é uma categoria fundamental para compreensão da dialética entre o aspecto individual e social do discurso. Ao relacionar a dialética entre o social e o individual, van Dijk (2012) entende o contexto não apenas como uma parte da situação social que circunscreve o discurso, mas antes é um modelo mental subjetivo dessa situação.

Tal maneira de abordar o contexto é fundamental, para que se possa compreender os processos que envolvem a produção e recepção do discurso. Além disso, explica por que os discursos produzidos na mesma situação social não apenas manifestam similitudes baseadas nos conhecimentos compartilhados, mas também são tomados de forma singular e pessoal. É com o intuito de compreender esse fenômeno que os estudos cognitivos e sociais são postos em inter-relação para melhor compreender o discurso.

Contexto sociocognitivo

Contrária à maioria das abordagens que entendem o contexto como propriedades objetivas das situações sociais, que determinam a pro-

dução e recepção dos discursos, a perspectiva sociocognitiva compreende que *não é a situação social que influencia o discurso (ou é influenciada por ele), mas sim a maneira como os participantes definem esta situação* (van Dijk, 2012, p. 11). Portanto, os contextos não são condições ou restrições sociais objetivas. Se assim fossem, diz van Dijk, *todas as pessoas que se encontrassem numa mesma situação social de comunicação falaria-m do mesmo modo* (van Dijk, 2012, p. 11). É sempre com base nas interpretações subjetiva que as situações sociais podem se definir. Por exemplo, consideremos dois professores numa mesma situação de comunicação frente a seus alunos e falando um mesmo assunto. Eles podem não apenas representar de diferentes maneiras esse mesmo assunto, como também podem estabelecer parâmetros diferentes para a situação de comunicação (podem conduzir a aula em forma de diálogo, de forma expositiva, de forma lúdica etc). O que queremos dizer é que os contextos são construtos únicos nos quais podemos identificar a forma de percepção, opiniões e emoções que cada participante projeta na situação de comunicação. Mas são também, enquanto modelos cognitivos, inseridos em condições sociais e culturais mais amplas, sobre a qual os conhecimentos compartilhados se inscrevem possibilitando as relações interpessoais.

O contexto sociocognitivo são como as experiências humanas em que a todo momento e em toda situação definem como vemos a situação presente e como agimos nela (van Dijk, 2012). Por serem ativados em cada nova situação comunicativa, os contextos são continuamente atualizados e adaptados, tendo em vista interpretações subjetivas das restrições inscritas por essas situações. Eles colocam em paralelo a interação e o processamento cognitivo sobre as experiências de interação. Daí os participantes conseguirem planejar prospectivamente muitas das propriedades prováveis da situação comunicativa. Desse modo, além da projeção de sua identidade, cada participante saberá (ou poderá) planejar com quem irá se comunicar e com que objetivo o fará. São as interpretações dos eventos comunicativos e da interação no momento mesmo em que acontecem

que possibilitam *projetar* o modelo de contexto com os detalhes que especificam a situação de comunicação, de modo que a função fundamental do contexto é a de garantir a produção e interpretação de textos (ou falas) adequados a essa situação.

Por serem modelos mentais, os contextos não podem ser confundidos com o texto. Segundo van Dijk (2012), é precisamente por serem *não textos* que os contextos são chamados de *contexto*, embora se saiba que alguns conhecimentos que remetam a textos anteriores possam ser integrados a um novo contexto e serem significativos e apropriados. Seja como for, os modelos de contextos estão armazenados na memória de longo prazo individual, porém foram construídos por guias sociais. Em outros termos, os modelos de contexto são as representações individuais de representações sociais.

Importante ressaltar que o discurso ocorre e particulariza-se como conhecimentos grupais e extragrupais. Tais conhecimentos vão sendo organizados com a experiência e transformam-se em estruturas de conhecimento que, por serem sociais, são entendidos como *esquemas mentais* que guiam socialmente as pessoas; porém, como os conhecimentos sociais são representados pela pessoa com base em suas experiências individuais, as quais constroem formas de conhecimento, os *modelos mentais*. Os *esquemas* são conhecimentos armazenados na memória social, ao passo que os modelos de conhecimento são armazenados na memória episódica. Van Dijk (2000) reconhece nesses dois níveis, respectivamente, o que anteriormente denominou de *Contexto Global* e *Contexto Local*. O contexto global referindo-se à prática social discursiva definida pelos participantes, suas funções e suas ações enquanto papéis sociais e o contexto local, relacionado à representação dos papéis por atores específicos em situações específica de comunicação.

Para van Dijk (2012, p. 87), os contextos

[...] não são um tipo de situação social objetiva, mas construtos dos participantes, subjetivos, embora socialmente fundamentados a respeito das propriedades que para eles são em tal situação, isto é, modelos mentais.

Esses modelos revelam como a compreensão do discurso é moldada por processos cognitivos. Ou seja, as experiências pessoais, armazenadas na memória episódica, influenciam a interpretação da situação comunicativa.

Segundo van Dijk, o contexto não é uma moldura para o discurso, mas um elemento ativo que molda e é moldado por ele. A compreensão do contexto envolve uma interpretação subjetiva dos elementos sociais, políticos e culturais que o constituem. Essa interpretação é influenciada pelas experiências individuais e pelo conhecimento compartilhado pelos participantes da interação. Por isso, o discurso se torna um reflexo das práticas sociais e, ao mesmo tempo, contribui para a sua transformação.

Assim, o processo de elaboração ou compreensão de um discurso se constitui transversal e subjetivamente, pois dependerá, primeiramente de como as pessoas percebem e interpretam os elementos contextuais relevantes para a elaboração desse discurso, assim como os conhecimentos por elas compartilhados (van Dijk, 2006). Para o autor as experiências cotidianas envolvem interações mentais, que são construídas, estruturadas e conectadas à linguagem e ao contexto cultural, possibilitando o ato comunicativo. Portanto, cria-se uma rede mental que permite uma mobilização cognitiva refletida em um discurso. No entanto, devido ao caráter dinâmico das experiências individuais, esses modelos são constantemente reformulados, atualizados e elaborados na memória.

Discurso, conhecimento e memória

As pessoas formam, ativam e atualizam modelos de contexto durante a produção e compreensão dos discursos; por isso, os contextos são também entendidos como modelos de episódios comunicativos. São esses modelos que organizam o modo como o discurso é estruturado e adaptado estrategicamente às situações de comunicação. Nota-se com isso que os contextos são construções com as quais moldamos os discursos, mas também são por eles moldados. Assim, durante as situações de comunicação, as pessoas constroem um modelo mental de conduta ajustado ao mesmo tempo aos conteúdos significados e às propriedades da situação comunicativa (objetivo comunicativo e para quem nos dirigimos). Todos esses procedimentos envolvem formas de conhecimento que podem ser definidas como unidades e processamento de informação construídos, ativados e atualizados na dimensão discursiva e social. Essas formas de conhecimento são produtos do pensamento localizado na mente e, de modo mais particular, na memória². A memória, nesse sentido técnico, não é outra coisa senão um construto teórico relacionado à dimensão cognitiva da mente, isto é, o lugar onde teoricamente se armazena e se processa informação.

Os diferentes tipos de conhecimento podem ser associados à dimensão ou funções da memória. Interessa para nossa abordagem discursiva focalizar dois tipos de memória: memória episódica e memória social. A memória episódica está relacionada aos conhecimentos sobre episódios concretos: fatos, eventos e situações dos quais

2 Estrutura mental e abstrata chamada memória pode ser entendida de duas formas: Memória de Curto Prazo (MCP) e Memória de Longo Prazo (MLP). O processamento da informação, que envolve a percepção e a produção e compreensão do discurso, é elaborado na MCP, que faz uso da informação estocada na MLP (van DIJK, e KINTSCH, 1983). A MLP é subdividida em dois tipos de memória: a) memória episódica – relacionada às experiências pessoais; b) memória social-relacionada aos conhecimentos socioculturalmente compartilhados.

participamos, testemunhamos ou dos quais ouvimos falar. Por estar relacionada às nossas experiências pessoais, podemos chamá-la de memória pessoal. A memória social, por sua vez, está relacionada aos conhecimentos socioculturalmente compartilhados. Por meio desses conhecimentos é que podemos nos comunicar, interagir no mundo e, ao fazermos isso, construímos nossas versões dos fatos, eventos e situações dos quais participamos. Isso significa que, embora nossas experiências pessoais sejam únicas, elas são construídas com base na nossa experiência social, a qual fundamentalmente é acionada pela nossa capacidade comunicativa. Assim, conversar, escrever ou ler textos, participar de um debate, assistir ou ministrar conferências e aulas são exemplos de práticas discursivamente realizadas, que resultam de processos constantes de elaboração e interpretação de conhecimentos compartilhados, mas também de atribuições de sentidos e de valores relacionados a nossa experiência no mundo. Desse modo, a atividade discursiva está atrelada a elementos socialmente constituídos, contextualmente situados e cognitivamente elaborados.

Conhecimentos e crenças

Para a vertente sociocognitiva, os conhecimentos são formas de representação e, como tal, são entendidos como crenças³. Mais especificamente, as crenças são *blocos de construção da representação mental, unidades de pensamento e julgamento* (van Dijk, 1996, p. 3). O conhecimento, nesse caso, configura-se como uma categoria específica de crenças, isto é, aquelas crenças consideradas por nós (enquanto grupo, comunidade ou cultura) como *verdadeiras*, construídas de acordo com certos fundamentos ou critérios de *verdade* ou *falsidade*. São

3 A palavra *crença*, aqui, não é entendida em sua acepção usual no senso comum, ou seja, não é um termo que designa construções subjetivas passíveis de enganos, opondo-se aos conhecimentos tidos como produto da reflexão e, portanto, considerados “verdadeiros.”

esses critérios que sustentam o que deve ser entendido como padrão de verdade socialmente compartilhado. Obviamente, tais critérios são social, cultural e historicamente variáveis, como os são os conhecimentos baseados neles. O que também significa que, nesse sentido técnico, as crenças não são meramente produtos subjetivos do pensamento, mas produtos da cognição construídos com base social.

Nesse sentido ainda, importa ressaltar que as crenças não estão apenas relacionadas ao que existe ou ao que é (ou pode ser) verdadeiro ou falso, mas também ao julgamento que fazemos sobre as coisas, pessoas ou fatos. Assim configuradas, as crenças são também formas de conhecimento avaliativo, ou seja, opiniões.

Os conhecimentos nessa perspectiva, são, portanto, englobados como crenças e essas são unidades ou representações derivadas e envolvidas no processamento de informação que tem lugar na memória. A memória, nas palavras de van Dijk (1999, p.38), *é um depósito de crenças e, ao mesmo tempo, se define pelos mecanismos, processos, estratégias, atividades mentais que produzem e processam essas crenças*. Nem sempre, porém, essas crenças são *conscientes*, no sentido próprio do termo. Na verdade, muitas são as crenças que não são produtos do pensamento consciente. Por exemplo, do mesmo modo que conhecimentos compartilhados, como as gramáticas das línguas naturais, são, em sua maior parte, tipos de conhecimentos implícitos, podemos, também, ter crenças das quais não temos consciência, ou que tenham sido adquiridas sem que tenhamos plena consciência delas.

No discurso, isso significa que as crenças sociais podem estar pressupostas pelos falantes, e não há necessidade de afirmá-las explicitamente como informação nova. Por isso, a maior parte de seus significados permanece implícita, de modo que muitos dos fatos e conceitos construídos na vida cotidiana estão, rotineiramente, pressupostos nos textos (Dias, 2013). É nesse sentido que entendemos que as culturas estão, em grande parte, caracterizadas nos discursos pelos corpos de crença compartilhadas por indivíduos e grupos sociais.

E nesse ponto, devemos recordar que os conhecimentos pessoais (ou crenças pessoais) se processam na memória episódica e representam as experiências pessoais dos indivíduos, sendo essas experiências do tipo mais geral e abstrata ou do tipo mais específico e concreto. Da mesma forma, os conhecimentos sociais podem ser gerais e abstratos ou históricos, estando relacionados, nesse caso, à memória coletiva específica, de grupos ou mesmo de sociedades inteiras.

São essas crenças pessoais mais gerais que controlam nossas práticas sociais, de um modo similar a como o fazem as crenças compartilhadas de caráter mais gerais e sociais. Mas diferente dessas, são únicas, porque são versões daquilo que aprendemos a (re)conhecer no mundo social. E, embora possamos compartilhar algumas dessas crenças, mesmo assim elas são crenças pessoais. Na verdade, *são essas crenças que definem um indivíduo como pessoa única de modo que sua descrição constitui sua autobiografia* (van Dijk, 1999, p. 52) .

Conhecimentos e cultura

Nossa atenção agora se centra na maneira pela qual os conhecimentos e crenças se materializam e atuam em nossa vida prática objetivados como cultura. Considerando que, na sua forma cotidiana imediata, a cultura se relaciona à rede simbólica criada pelo ser humano para transmitir e apreender ideias, ela é matéria do pensamento, mas é também condições de existencial social. Segundo Geertz (2012), a cultura é a própria condição de existência dos seres humanos, produto das ações por um processo contínuo, através do qual, os indivíduos dão sentido à suas ações e são também identificados como pertencentes a esta ou aquela cultura. Por isso mesmo, diz Geertz: *Compreender a cultura de um povo expõe a sua normalidade sem reduzir sua particularidade* (Geertz, 2012, p. 10).

Os conhecimentos que caracterizam a cultura, entendidos como conhecimentos de base cultural, norteiam a organização humana e facultam o domínio sobre o mundo, tendo como instrumento a linguagem que é, por excelência, o meio, e mesmo, a própria possibilidade que dispomos para gerar símbolos. Como parte integrante da cognição humana, a linguagem reflete a relação que estabelecemos com a dimensão social e é nessa condição que emerge sua dimensão discursiva, dimensão constituinte e constitutiva da vida social. O discurso é o que possibilita a manifestação social da linguagem. Por meio dele, cada indivíduo vive sua experiência social no mundo culturalmente estabelecido.

A base cultural da sociedade em geral e dos grupos sociais, que a compõem pode ser entendida como sistemas de conhecimento, que representamos linguisticamente por meio dos discursos e são relevantes para a compreensão da maneira pela qual codificamos nosso modo de operar na sociedade. A cultura, nessa perspectiva, se configura num eixo horizontal com base no qual indivíduos e grupos sociais se apoiam, inconscientemente, para manter a unidade social no cotidiano das relações.

O existir na realidade da vida cotidiana e o apreender dessa realidade é normal, evidente e necessário para a interação social. Essa realidade aparece já objetivada, isto é, constituída por uma ordem de objetos estabelecida. Assim, cada indivíduo vive sua própria experiência social, que se constrói e é construída por objetivos, propósitos e interesses, que podem em diferentes graus, níveis e situações, aproximá-lo ou distanciar-lo dos objetivos propósitos e interesses de outros. É exatamente isso que, em qualquer que seja a dimensão (interior/exterior) ou em qualquer que seja o nível (particular/coletivo) faz com que sejamos nós mesmos e não outro(s): somos nós mesmos e não outro(s), embora também possamos ser outro(s) de nós, sem deixarmos de ser quem somos.

Conhecimento e ideologia

Embora o enfoque com que fechamos o tópico anterior possa parecer demasiadamente filosófico, não podemos deixar de pontuar que, na essencialidade dessa relação entre nós e o outro, reside o fundamento do que aqui procuramos delinear como *ideologia*. Nessa relação com o outro, as palavras, atitudes e comportamentos ganham significados e sentidos. Esse é, como se sabe, um pensamento que se torna muito útil, quando nos propomos a falar da estrutura e funcionamento da ideologia enquanto dimensão produtora de significados e encadeamentos que tornam hegemônicos conhecimentos que orientam as ações humanas.

Acatamos com Eagleton que *a palavra ideologia seja de fato um texto, tecido com uma trama inteira de diferentes fios conceituais* (Eagleton, 1997, p. 15). Alguns desses conceitos divergem entre si, e outros são mais compatíveis, ainda que possam suscitar certas curiosidades. Diz o autor,

Se, por exemplo, ideologia significa qualquer conjunto de crenças motivadas por interesses sociais, então não podem se restringir a formas de pensamento dominantes em uma sociedade. Se, por outro lado, a ideologia é, ao mesmo tempo, ilusão e veículo pelo qual os sujeitos entendem o seu mundo, então, isso nos revela algo bastante curioso com relação aos nossos modos habituais de perceber. Ficariamos surpresos se encontrássemos uma pessoa que sustentasse convicções que ela própria considerasse ilusórias. Se compreendermos, por outro lado, a ideologia como percepção inadequada da realidade, uma definição do tipo conjunto de crenças orientadas para a ação deixaria a questão da realidade em aberto (Eagleton, 1997, p. 15).

Há, contudo, diz ainda esse autor, definições de ideologia mais neutras. Ao considerarmos, por exemplo, que ideologia é *um corpo de ideias característico de grupos sociais*, seria possível descrever nossas próprias opiniões como ideológicas, e isso não teria qualquer implicação em termos de verdade ou falsidade. Seriam apenas opiniões, e as opiniões são formas de pensamento valorativas que, embora possam movimentar as ações do homem no mundo, não precisam ser constatadas no mundo factual em termos de verdade/falsidade. É para esta última perspectiva que se direciona o entendimento sobre conhecimentos de base ideológica que, como observamos a seguir, é entendido como crenças pela vertente sociocognitiva postulada por van Dijk.

Crença avaliativa e crença factual

As crenças, como já dissemos, são definidas pelo autor como representação mental, unidades de pensamento e julgamento. Essa definição se especifica ao considerarmos que, de maneira geral, fazemos distinção entre dois tipos de conhecimento: o conhecimento avaliativo e o conhecimento epistêmico. O primeiro, por ser avaliativo, não pode ser constatado no mundo factual, por isso, define-se em termos de valores positivo/negativo. O segundo, embora resulte da observação do mundo factual, já que é passível de observação em termos de verdade/falsidade, da mesma forma é valorativo, uma vez que os critérios de verdade e regras de evidência também advêm de pontos de vista, cultural e historicamente variáveis, como o são os conhecimentos baseados neles.

Decorre do que antecede que não há um critério de descrição inequívoco entre conhecimento e opinião. Embora saibamos que essa distinção esteja profundamente arraigada em nosso pensamento, de maneira que as pessoas distinguem facilmente entre *o que sabem*

sobre um assunto de *sua opinião* sobre ele. Já mencionamos que, no discurso, o conhecimento cultural está frequentemente pressuposto, enquanto as opiniões normalmente são defendidas. Entretanto, não podemos deixar de observar que o que para algumas pessoas (ou em alguns contextos) é definido como *conhecimento*, pode ser para outras (em outros contextos) apenas opinião. Podemos concluir que a distinção entre conhecimento e opinião é muito relativa, porque depende do critério de verdade ou de validade que estabelecemos.

De forma geral, os critérios de verdade/validade advindos do *senso comum* (construídos no cotidiano das relações sociais) se constituem no parâmetro de distinção *a priori*, entre o que é comum a todos e o que se especifica como particularidade. Partindo dessa distinção e, considerando a sociedade uma totalidade composta por grupos sociais, entendemos por *crenças culturais* as formas de conhecimentos mais gerais, que podem ser tomadas como base cultural da mente social, e os conhecimentos específicos, cujos critérios de verdade são definidos pelos grupos sociais, chamamos de *base ideológica*. Pode parecer estranho considerar todo conhecimento específico de grupo como conhecimento de base ideológica, mas o que consideramos aqui é o fato de que quaisquer que sejam os conhecimentos (factual ou valorativo), que especifica um grupo, certamente, eles se constituem em recursos simbólicos específicos, que servem aos interesses dos grupos, orientados pela maneira como eles absorvem o que é comum a todos.

Sistema de conhecimento: opinião e atitude

No discurso, os sistemas de conhecimentos são formulados e reformulados continuamente, levando o homem a agir no mundo. No dizer de Bakhtin (2006), esse agir não se confunde com a ação física em si, ainda que a englobe, trata-se de uma ação situada a que é atribuído

ativamente um sentido no momento em que é realizada. Contrariando essa posição, van Dijk (2012) entende que as pessoas podem *participar de* ou *compartilhar* uma atitude social, da mesma forma que compartilham conhecimentos. Dessa forma, pressupõe-se que um *agir discursivamente* pode sustentar outras práticas sociais, como é o caso dos atos de discriminação, que se encontra embasado no tipo de conhecimento que as pessoas têm sobre os fatos sociais. Entendemos com van Dijk que, se não fosse assim, estaríamos negando que os prejuízos causados, por exemplo, pelos atos discriminatórios existem independentemente do comportamento discriminatório e que esses comportamentos são independentes da maneira como as pessoas constroem seus conhecimentos sobre os fatos do mundo.

Referindo-se a essa questão, van Dijk (2012) informa que alguns psicólogos sociais defendem a posição segundo a qual opiniões e atitudes não existem por si. Dizem eles que as opiniões são construções sociais, por isso, elas devem ser definidas em termos de sua formulação discursiva, que varia de acordo com os contextos no qual os falantes representam dinamicamente algum tipo de estrutura retórica como um argumento. Para van Dijk (2012), tal posição é reducionista, porque considera apenas o nível descritivo das opiniões e atitudes, ignora que atividades humanas como opinião e atitude possam ter estruturas explicativas subjacentes aos discursos.

Segundo van Dijk aceitar essa posição reducionista seria o mesmo que dizer que “sentir fome não existe”, a não ser, quando vemos alguém comendo muito. Sabemos que as pessoas têm fome, mesmo quando não estão comendo, porque podemos discernir sobre isso. Da mesma forma, também podemos discernir que sentir fome, em alguns casos, pode significar não ter meios materiais para suprir essa necessidade fisiológica e que esse é um problema real vivido por muitas pessoas e, ainda, que a pobreza de alguns se deve a riqueza de outros. Além de que discernir sobre uma questão implica conjuntamente uma atitude frente a ela, de conformidade ou não.

As opiniões, desse modo, não são apenas formulações discursivas, elas são também atitudes guiadas por modelos mentais construídos socialmente. São, portanto, crenças que podem ser identificadas pelos modos como os membros de grupos coordenam e organizam suas práticas sociais em diferentes situações. Como sistemas de conhecimentos e atitudes, essas crenças estão organizadas de diferentes maneiras, por exemplo, por estruturas similares a esquemas, enquanto forma de organização na memória, tais como *scripts*, *cenários* e *frames*: *scripts* são esquemas de ações estereotipadas em que os conhecimentos se estruturam por relações sequenciais; *cenários* se reportam aos esquemas que orientam o modo de agir em determinada situação para alcançar determinado fim; *frames* são esquemas cognitivos de conhecimento estereotipados ordenados associativamente sem qualquer relação do tipo temporal ou causal. Esses esquemas podem mapear⁴ a maneira pela qual os conhecimentos comuns, socialmente compartilhados, podem se organizar na memória enquanto sistema de representação. Para denominar o conjunto organizado de crenças sociais compartilhadas, van Dijk (2012) utiliza o termo mais geral *representações sociais*.

Representações sociais e discurso

As representações sociais são um sistema (ou sistemas) que abrange todas as formas de conhecimento, com as quais as pessoas organizam

4 Essa noção de mapeamento mental envolve a inter-relação entre as marcas deixadas (pelo produtor) no texto e as pistas usadas (pelo leitor) para a interpretação. Em um nível global, o mapa mental é indicativo da forma como as realidades sociais são investidas de forma particular. Este mapeamento, portanto fornece dois grupos de informações relevantes para determinar como o contexto afeta a interpretação do texto em qualquer caso particular: a relevância de certos elementos, diminuindo a importância de outros; a relação dos elementos que constituem os objetos de discurso de determinada maneira e não de outra e as relação interdiscursivas convocadas para significar no texto.

suas relações com outras pessoas na sociedade. São essas representações que orientam as condutas e os comportamentos das pessoas no meio social, permitindo a cada indivíduo interiorizar suas experiências, práticas e modelos de conduta, ao mesmo tempo em que constrói e se apropria de objetos socializados. A importância das representações sociais, desse modo, está no fato de que elas fundamentam práticas e atitudes dos atores sociais, uns em relações aos outros, aos contextos e aos eventos comunicativos.

Falar de representações sociais implica necessariamente falar de comunicação, pois é no processo comunicacional que as representações sociais são geradas e expressas. Como nos mostra Moscovici, uma condiciona a outra, porque nós não podemos nos comunicar *sem que partilhemos determinadas representações e uma representação é compartilhada e entra na nossa herança social quando ela se torna um objeto de interesse e de comunicação* (Moscovici, 2003, p. 371).

Moscovici considera a comunicação como parte dos estudos das representações sociais. Seus trabalhos marcam bem esse postulado, visto que estabelecem justamente a relação entre esses dois campos. Para ele, uma representação *fala tanto quanto mostra*, *comunica 'tanto quanto exprime*, é um tipo de conhecimento cuja função é a elaboração de comportamentos e a comunicação entre pessoas” (Moscovici, 1978, p. 27).

A comunicação situa o discurso na base das relações intersubjetivas, além de constituir o principal ponto de apoio de toda a atividade cognitiva. O discurso, portanto, é um processo intencional⁵ que leva as pessoas a interagirem com outras pessoas e com o mundo. Na visão de Moscovici, nós nos apropriamos dos modelos de representação social a cada experiência pessoal, criando nossa própria versão de mundo. São esses modelos de experiência que ativam nossa consciência. Estar consciente significa, entre outras coisas, que percebemos e interpreta-

5 A noção de intencionalidade é vista aqui como capacidade de voltar-se ou referir-se a algum objeto.

mos a nós mesmos, aos outros e a nosso entorno. Para o autor, a materialidade das representações e do seu processo aos olhos dos sujeitos, seu deslocamento, sua naturalização e projeção consiste num mecanismo psicossocial de apresentação/construção social da realidade.

Uma vez construídas, as representações sociais não se convertem necessariamente em leis de funcionamento social, mas sim em elemento de *construção* que assume um lugar central, representando o esforço de trazer o *indivíduo* ao seu lugar de sujeito, cuja condição social o constitui e o faz, ao mesmo tempo, constituinte dessas representações. Daí, a importância de se compreender os processos pelos quais a produção dessas representações e sua posterior reificação acontecem. São eles: a *objetivação* e a *ancoragem*. A *objetivação* é o processo pelo qual são materializados as ideias e os conceitos. É o processo pelo qual os conteúdos mentais dos indivíduos assumem caráter externo, pois se projetam, tomam formas e tendem a se consolidar, a se tornarem objetos; isso corresponde a dar um caráter material às nossas abstrações e imagens, a metamorfosear as palavras em coisas. (Moscovici, 1990, p. 272).

Portanto, *objetivar* nas palavras de Moscovici é reabsorver um excesso de significações, materializando e trazendo para o universo vivido o que antes era palavra ou símbolo. Assim, o que antes era conhecimento específico de um grupo, por exemplo, pode vir a ser objetivado e incorporado ao *mundo da vida* socialmente compartilhado. Para usarmos um exemplo mais recente: cada um pode falar em “globalização” ou “desemprego” sem associar diretamente esses conceitos a estudos sociológicos, econômicos ou políticos em que foram objetivados.

Jodelet (1989) amplia o sentido que Moscovici atribui à objetivação, assinalando a tensão imanente entre um lado estruturado e conservador (informações, imagens, modelos normativos, esquemas cognitivos já estabelecidos) e um lado estruturante subversivo (um

novo conhecimento). Segundo a autora, essas duas faces ficam mais claras nos mecanismos pelos quais a objetivação atua: a *classificação e naturalização*. A classificação é uma forma de tornar o conceito cognitivamente inteligível, enquanto a naturalização introduz uma ordem que se adapta à ordem preexistente, diminuindo o impacto de uma nova concepção.

No processo de naturalização, o mecanismo da ancoragem é entendido como a penetração de uma representação entre as que já existem na sociedade, conferindo-lhe sentido e utilidade. A ancoragem consiste, portanto, na incorporação do objeto representado a um esquema de categorias já existente. Fundamenta-se pela capacidade de representar negociando com a *realidade* já aceita, de modo que vale menos a pretensão à verdade que a realização do consenso. Tem a ver, portanto, com a identificação de pertencças sociais, dos posicionamentos recíprocos, isto é, percepção mútua de si e do outro nas relações sociais. Tudo o que nos faz agir, preencher uma função e nos posicionar nas relações sociais, obedece a uma representação dominante, ou seja, aquela que tem um maior grau de ancoragem e, portanto, de legitimação e partilha no ambiente social (Moscovici, 1990). Por exemplo, uma nova categorização social para a “velhice” pode ser ativada quando, pelo processo de ancoragem na *produtividade e consumo* do indivíduo - característica do sistema capitalista dominante, é assentada uma nova representação dessa fase da vida não mais como negativa no sentido de indivíduo improdutivo, e sobretudo não como consumidor ativo, mas ressignificada positivamente como *a melhor idade* ou *a terceira idade*, apontando para uma fase ainda potencialmente produtiva, e, especialmente apta para o consumo, este sobretudo voltado para a manutenção da longevidade no que se inclui saúde e lazer.

É na ancoragem, portanto, que a representação assume seu caráter eminentemente social. Os novos elementos são percebidos através

do *filtro* do indivíduo ou do grupo. Nesse sentido, emerge uma das características fundamentais da representação na teoria de Moscovici (1990): só se pode falar em representação como representação de alguém, isto é, de um grupo específico, que tem e partilha informações, convenções e emoções específicas, isto é, a representação não está *fora* do grupo nem *sobre* ele. Em outros termos, é preciso localizar socialmente o agente da representação social, em lugar de tratá-lo genericamente. Ou seja, cada grupo social poderá agir de forma diferente em relação a um mesmo elemento e, na interação entre os grupos, o resultado desse processo (o que passa e o que se fixa ou o que muda e o que permanece) não pode ser dito *a priori*, porque depende da dinâmica das relações e da adaptação às novas situações sociais que vão emergindo historicamente.

O fato de *não poder ser dito antes*, porém, não significa que não se possam identificar tendências. A questão principal aqui é que as representações sociais não são objetos sólidos, significados que, uma vez construídos, transformam-se numa essência estática e imutável. Isso seria semelhante a pensar a dinâmica social como algo que em algum momento se paralisa no tempo. Mesmo uma tradição, que sugeriria mais fortemente essa característica, não pode ser pensada senão em termos da dinâmica de sua adaptação aos novos contextos, o que pressupõe, no mínimo, a necessidade de entrar em relação com novos elementos que vão surgindo, ainda que seja para reafirmar sua permanência. Enfim, as noções de permanência e transformação estão em constante diálogo, no que se refere às representações sociais.

Do ponto de vista cognitivo, o novo se dá em termos de reconstrução das cadeias de significação que formam um determinado objeto (pessoa, coisa, conhecimento), restringindo-o simbolicamente e também inscrevendo no significante novos significados (Jodelet, 1989). No que se refere aos discursos, a contínua reconstrução do objeto da representação a cada atualização ou (re)contextualização forma um novo objeto independente do objeto do qual se originou.

Nessa perspectiva, a maneira como os objetos das representações é tratada num discurso não coincide com as representações sociais em si. Elas são interpretadas, reconstruídas e expressas como uma forma de conhecimento particular que modela o objeto com o suporte linguístico, bem como o comportamento e atitudes do sujeito, cuja prática linguageira se encontra intrinsecamente relacionada à sua experiência social: comunicativa e interacional. A reconstrução discursiva do objeto da representação toma certo distanciamento da representação original (quando possível a distinção), podendo tomar formas variadas, tais como: *distorção* - todas as características do objeto estão presentes, umas mais exageradas ou minimizadas que outras; *suplementação*: seriam investidos aspectos inexistentes e imaginários no objeto, com a finalidade de torná-lo adaptado aos valores dominantes; e *impressão*: parte dos aspectos que formam os objetos é eliminada por critérios figurativos.

Como pudemos observar, a questão do discurso se aloca no nível cognitivo e social e o contexto sociocognitivo nos permite compreender essa relação com mais clareza, deixando em evidência, ao tratarmos dos discursos e as representações sociais, que lidamos não apenas com materiais simbólicos ou subjetivos, mas também com a sua *materialidade*, em dois sentidos: em primeiro lugar, em sua gênese, tendo em vista os referenciais, os dados da realidade social – concretos ou conceituais – aos quais se referem às representações; e em segundo lugar, em sua atualização e objetivação, ou seja, na forma como se convertem em práticas discursivas, inscrevendo-se nas relações sociais e tendo repercussões concretas na vida das pessoas.

Considerações finais

Privilegiamos, nesse capítulo, apenas algumas contribuições de diferentes áreas de conhecimento que, junto a vertente sociocognitiva

da ACD, tem concorrido para a ampliação do entendimento sobre o discurso e o modo de funcionamento dos conhecimentos nele construídos e veiculados, que nos faculta compreender o modo pelo qual construímos, mantemos e transformamos as realidades sociais. Sendo o discurso uma prática social é ele essencial na mediação e administração das crenças construídas, negociadas e compartilhadas. É no discurso e na sua relação com o poder e a história, que se expressa, legitima e transmite as formas de conhecimento culturais e ideológicas, que são validadas em um dado tempo e espaço em que se inscrevem as relações sociais do indivíduos nas interações com o mundo : com outros indivíduos, com as instituições, com seus grupos de pertença e outros grupos sociais.

No que tange a dialética entre o individual e o social, importa dizer que sua dinâmica envolve ao mesmo tempo duas dimensões mutuamente relacionadas: por um lado, processos mentais do indivíduo relacionados a memória e esquemas mentais; por outro lado, estruturas de ações em que o discurso está imerso e onde subjazem às determinações sociais.

Nessa perspectiva, a noção do contexto sociocognitivo se faz importante para o entendimento entre dessa dialética entre o social e o individual no discurso, procurando destacar que os modelos de contextos são interpretações subjetivas dos conhecimentos sociais em um processo de interação situado. E que tais contextos são vistos como construções mentais elaboradas pelos interlocutores, com base em distintos elementos em uma situação social específica, que eles tomam como relevantes para a sua produção discursiva. Dissemos ainda com van Dijk (2012) que não há uma relação objetiva entre o discurso e os aspectos contextuais, mas interpretações que os percipientes do processo comunicativo situados em alguma prática elaboram sobre esses aspectos. Nesse sentido ainda, recorreremos a alguns aspectos da teoria das representações sociais para melhor entendimento de como os contextos operam na interface entre a prática

social e a discursiva. E nessa direção, destacamos que o processo de elaboração ou compreensão da materialidade discursiva não é *diretamente controlado* pelos papéis dos interlocutores que ocupam, sua classe social ou sua idade. Esses elementos vão constituir subjetivamente o discurso e sua materialidade, mas anterior a isso tudo dependerá, primeiramente, de como as pessoas compreendem e interpretam os elementos contextuais a partir de seus modelos mentais relevantes para a elaboração e recepção dos textos, que envolvem os conhecimentos por elas compartilhados.

Referências

- DIAS, Paula Pinho. *Representações textuais-discursivas na construção do mito de Cora Coralina*. Tese de Doutorado – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, São Paulo: 2013.
- EAGLETON, Terry. *A ideia de cultura*. São Paulo: UNESP, 2005.
- EAGLETON, Terry. *O que é ideologia*. Uma introdução. São Paulo: Ed. Unesp/ Boitempo, 1997
- FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Trad. Izabel Magalhães. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.
- GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. São Paulo: LTC, 1989/2012.
- JODELET, D. Les Représentations sociales: un domaine en expansion. In: JODELET, D. (org.), *Les représentations Sociales*. Paris: Press University de France, 1989.
- MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Tradução Pedrinho Arcides Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2003.
- MOSCOVICI, Serge. *A Máquina de Fazer Deuses*. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Imago, 1990.

- MOSCOVICI, Serge. *A representação social da psicanálise*. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- VAN DIJK, Teun Adrianus. *Discurso e contexto: Uma abordagem sociocognitiva*. São Paulo: Contexto, 2012.
- VAN DIJK, Teun Adrianus. *Racism y análisis crítico de los médios*. Barcelona: Paidós Comunicación, 1997.
- VAN DIJK, Teun Adrianus. *El discurso como interacción social*. Volume 2. Barcelona: Gedisa, 2000.
- VAN DIJK, Teun Adrianus. Opinions and ideologies in *Editorials*. In 4th International of Critical Discourse Analysis: Language, Social Life and Critical Thought. Atenas, 14 a 16 de dezembro, 1995. Segunda versão: março, 1996.
- VAN DIJK, Teun Adrianus & KINTSCH, Walter. *Strategies of discourse comprehension*. New York: Academic Press, 1983.

Práticas discursivas indígenas vivenciadas por sujeitos da cultura tupiniquim

Adriana Recla

Considerações iniciais

O presente capítulo tem como tema o funcionamento de práticas discursivas indígenas, vivenciadas por sujeitos da cultura indígena tupiniquim, localizada no município de Aracruz, no estado do Espírito Santo (ES). Objetivamos depreender, por meio de recursos linguístico-discursivos, as múltiplas dimensões que o discurso “O índio na cidade”, produzido por indígenas tupiniquins¹, buscando evidenciar as relações interdiscursivas, as formas de manifestações culturais, as representações de tradição e os traços histórico-socais presentes na organização dessa prática discursiva e os efeitos de sentido que dela emergem.

1 Os tupiniquins vivem nas aldeias Pau-Brasil, Caieiras Velhas, Irajá e Comboios no estado do Espírito Santo, município de Aracruz (Teao & Loureiro, 2009, p. 41).

Os tupiniquins² s são considerados um grupo étnico significativo para a formação histórico-cultural do município de Aracruz, no litoral do estado do Espírito Santo (ES), com uma população bastante diversa, com histórias, experiências, trajetórias e cultura muito próprias e reconhecidos como os últimos de seu povo. A prática discursiva do povo tupiniquim contribui para desvelar a cultura dessa etnia, transmitida pelos membros da aldeia e guardada na memória coletiva, bem como, destacá-lo como um grupo significativo para a formação histórico-cultural do município de Aracruz-ES. Suas práticas discursivas, essenciais para a manutenção da tradição, é resultante do compartilhamento, da rememoração dos costumes, das tradições e das crenças, das experiências, acumulados ao longo do tempo e utilizadas historicamente por essa comunidade por muitas gerações. Podemos afirmar que as manifestações discursivas indígenas (re)nascem na coletividade da aldeia, [...] ao serem vivenciadas por todos, por meio dos próprios discursos (Recla, 2014, p. 26).

Entendemos as práticas discursivas da população tupiniquim como realidade inseparável de suas condições de produção, visto que materializam a cultura, a história, as relações de interação e de intercâmbio, o sistema de valores indígenas, envolvendo a organização social dessa comunidade discursiva, e ao mesmo tempo, sendo parte integrante dela. Para dar conta de nossos objetivos, fundamentamos-nos em dados teórico-metodológicos utilizados em nossa pesquisa de doutorado, já concluída (Recla, 2014). Constatamos, durante nossos estudos, que os discursos de práticas culturais indígenas tupiniquins eram pouco visíveis no contexto sociocultural em que estamos inseridos e de que havia poucas publicações, que tratavam da cultura tupiniquins do ponto de vista discursivo. Percebemos, assim, que “seria possível valorizar as múltiplas possibilidades de práticas discursivas, que emergem desse contexto, o que se nos apresenta como um campo investigativo fascinante e pouco explorado no universo

2 Optamos pela forma *tupiniquim* (Houaiss, 2009).

acadêmico” (Recla, 2014, p.23). Soma-se a esses aspectos o fato de que tais discursos facilitam ou mesmo condicionam o estabelecimento de formas de desvelamento de dados constitutivos de sua tradição e de sua história.

Por esta razão, nossa temática se mostra relevante por buscar compreender o funcionamento das práticas discursivas do cotidiano vivenciadas pela comunidade tupiniquins, de forma a registrar o estado atual de seus aspectos culturais, evidenciando o mundo que os envolve. Como suporte teórico-metodológico, valemo-nos da Análise do Discurso de linha francesa (AD), na abordagem enunciativo-discursiva de Maingueneau (2005, 2006 e 2008), cujas contribuições têm sido fundamentais para o campo da Linguística. A opção pela AD se justifica pelo tratamento que esta disciplina dá ao discurso, e, enquanto dispositivo analítico, por possibilitar a negociação de efeitos de sentido materializados nos dizeres.

Dado o caráter interdisciplinar da AD, adotamos também como dispositivos complementares as reflexões de Hall (2016) sobre cultura e representação. Para Hall (2016, p. 20), a “cultura diz respeito à produção e ao intercâmbio de sentidos – ‘o compartilhamento de significados’ – entre os membros de um grupo ou sociedade”. Já a representação trata do processo pelo qual membros de uma cultura utilizam a linguagem na produção de sentido. Tais concepções vão nos permitir colocar em destaque o discurso produzido por indígenas, e a cultura, compreendida como um conjunto de práticas, em que ocorre compartilhamentos de significados por meio da produção e do intercâmbio de sentidos por participantes de um grupo ou sociedade (Hall, 2016).

Com base em Hall (2016), podemos afirmar que para representar ou significar os conceitos, ideias e sentimentos para os outros, os tupiniquins fazem uso de signos e símbolos, por meio de sua expressividade linguística. Para “dar sentido às coisas”, faz-se necessária a

linguagem, por meio da qual o significado é produzido e trocado. Insiste o autor que a linguagem é um espaço chave para os sentidos e para a cultura, onde são intercambiados os valores e significados (HALL, 2016, p. 17, grifo do autor). Nessa perspectiva, Hall (2016, p. 45) afirma que o sentido é o resultado de convenções sociais, culturais e linguísticas, não podendo ser fixado, absoluto. “Ele é construído, produzido. É o resultado de uma prática significante – uma prática que *produz* sentido, que faz os objetos significarem” (Hall, 2016, p. 46, grifo do autor).

Assim, partimos da premissa de que “a significância discursiva deve ser visada em seu conjunto. Não pode haver fundo, *arquitetura’ do discurso, mas um sistema que investe o discurso na multiplicidade de dimensões* (Maingueneau, 2005, P. 80). Maingueneau estimula-nos a entender o ser humano materializado em seu dizer; por isso, damos relevância ao estudo do interdiscurso (espaço de troca), às condições sócio-históricas e culturais de produção (os fatos internos e externos ao discurso), as cenas da enunciação e ao sistema de restrições semânticas, que rege todas as dimensões dos discursos e organiza sua produção e circulação.

Selecionamos como objeto de análise o discurso “O índio na cidade” de autoria de indígenas tupiniquins da aldeia Pau-Brasil em Aracruz- ES, o qual foi escrito e publicado em Língua Portuguesa, na coletânea³ “Os Tupinikim e Guarani contam...” (Mugrabi, 2005) e elegemos as categorias de interdiscurso, semântica global, cenas de enunciação (ênfatisando a cenografia) e *ethos* discursivo, a fim de mostrar que essas categorias discursivas estão integradas no funcionamento do discurso.

Em relação ao percurso de elaboração, organizamos o capítulo da seguinte forma: Na primeira seção, recuperamos as questões sócio-

3 A coletânea traz discursos retextualizados, editados por educadores indígenas das aldeias e, em seguida, publicados para fins didáticos.

-históricas e culturais importantes para o reconhecimento étnico dos tupiniquins. Na segunda, apresentamos os pressupostos teórico-metodológicos da AD que subsidiam a análise. O tópico seguinte analisa o *corpus* à luz das categorias de análise selecionadas: o interdiscurso, semântica global, a cenografia e o *ethos* discursivo, com o intuito de explicitar o funcionamento de uma prática discursiva produzida por tupiniquins, bem como depreender os efeitos de sentido que dela emergem. Por fim, nas considerações finais, mostramos que a prática discursiva tupiniquim é um lugar de representação, que está ligada intimamente à identidade e ao conhecimento desse povo, bem como de legitimação de valores, na produção dos efeitos de sentido nos dizeres tupiniquins.

As condições sócio-históricas e culturais de funcionamento das práticas discursivas produzidas por indígenas tupiniquins

Antes de nos debruçarmos sobre o funcionamento das práticas discursivas produzidas pelos indígenas tupiniquins, faz-se necessário apresentar as condições de produção nas quais nossa análise está inserida, privilegiando questões sócio-históricas e culturais importantes para o reconhecimento étnico desse povo e o resgate de suas tradições. Os tupiniquins habitam o município de Aracruz, região norte do estado do Espírito Santo e estão distribuídos em quatro aldeias: Pau-Brasil, Caieiras Velhas, Irajá e Comboios (Teao & Loureiro, 2009). Originalmente falantes da língua tupi litorânea, da família tupi-guarani, foram perdendo gradativamente a língua e hoje usam apenas a língua portuguesa. Historicamente, portadores de tradições culturais específicas, os tupiniquins possuem identidade cultural própria, fundada em suas crenças, modos de ser e viver, costumes,

histórias, arte e organização social. Com a colonização europeia, eles foram perdendo progressivamente o território de seus antepassados e a língua tupi, o que ocasionou profundas influências culturais.

É em 1940, com o advento de grandes empresas instaladas próximas às terras tupiniquins, o cotidiano desse povo passou a ser fortemente impactado em razão da perda das próprias terras. Passaram, então, a sobreviver da coleta de mariscos e da cata de caranguejos, impedidos de caçar, plantar e pescar em seu território, e, em muitos casos submetidos a condições de extrema pobreza (Cota, 2000). É preciso esclarecer que, detentores de uma cultura ligada à terra, perder o território, significa não ter o substrato que dá sustentação à cultura, já que a terra é considerada sagrada, lugar para sustentar a própria vida. Por isso, todos os setores da vida, bem como a relação com o sagrado e as tradições, têm uma íntima e profunda ligação com o território.

Na trajetória dos tupiniquins é possível visualizar um contexto marcado pela luta em prol do resgate e reconhecimento da identidade indígena. E, por causa da luta pelos direitos à terra, os tupiniquins foram muitas vezes rotulados de *invasores de propriedades particulares, adquiridas de forma legal; um 'problema' a ser resolvido* (Teao & Loureiro, 2009, p. 62). Passaram a ser considerados por um viés discriminatório, que desvaloriza seu repertório sócio-histórico e cultural, sendo vistos:

[...] mais por preconceito e discriminação do que por reconhecimento da situação étnica. Em outro momento, também quando convém, eles são vistos como caboclo e aos olhos do Estado e do capital são considerados como não-índios (Teao & Loureiro, 2009, p. 58).

É notório que muitos traços culturais, essenciais para o reconhecimento étnico dos tupiniquins, foram deixados de lado. Entretanto,

um aspecto relevante que permanece na cultura tupiniquim são as cosmologias indígenas⁴, que funcionam como modelos complexos, que explicitam as visões a respeito da gênese do universo e de tudo o que existe no mundo. Constatamos que os tupiniquins elaboram as *próprias explicações a respeito do mundo, dos fenômenos da natureza, dos espíritos, dos seres sobrenaturais e, também, do momento em que surgiram os seus ancestrais* (Teao & Loureiro, 2009, p. 74). Portanto, é preciso compreender a relação entre cultura, linguagem e representação nas práticas discursivas dos tupiniquins.

Não é possível estabelecer quem é o indígena tupiniquim isolado do contexto sócio-histórico e cultural em que está inserido. O contato entre os indígenas com as inúmeras adversidades trouxe novas sínteses culturais para os tupiniquins, que serviram para ajudá-los a resistir aos efeitos de uma nova realidade. Considerando os objetivos a que nos propomos alcançar, a contribuição de Hall (2016, p. 25) com a concepção de que a linguagem *é uma prática simbólica que concede sentido ou expressão à ideia de pertencimento a uma cultura nacional ou de identificação com uma comunidade local* e funciona para a compreensão da maneira como a cultura, na atualidade, opera como um lugar de representação dos tupiniquins, estando ligada intimamente à identidade e ao conhecimento desse povo, bem como de legitimação de valores, na produção dos efeitos de sentido dos dizeres tupiniquins.

Hall (2016) postula que a linguagem está intimamente atrelada ao processo representativo e cultural, sendo ela um dos ‘meios’ através do qual pensamentos, ideias e sentimentos são representados numa cultura. Além disso, confirma que o sentido é construído na/por meio da linguagem. Isso nos faz compreender que a negociação

4 Os mitos tupiniquins revelam a relação ecológica entre animais, plantas e outros elementos da natureza, a origem do homem, da agricultura, da metamorfose de seres humanos em animais, o modo de ser de determinadas relações sociais etc.

de efeitos de sentido é uma atividade interativa, sócio-histórica constituída, que nos leva a perceber como a cultura se articula com questões da vida cotidiana dos tupiniquins. O autor enfatiza, ainda, que pertencer a mesma cultura é pertencer ao mesmo universo conceitual e linguístico, é poder traduzir/interpretar o mundo de maneira semelhante, expressar pensamentos, sentimentos, de modo que os participantes saibam como a linguagem pode ser interpretada. Assim argumenta, esclarecendo que

Somos nós – na sociedade, dentro das culturas humanas – que fazemos as coisas terem sentido, que lhes damos significado. Sentidos, conseqüentemente, sempre mudarão, de uma cultura ou período ao outro. Não há garantia alguma de que cada objeto em uma cultura terá sentido equivalente em outra, precisamente porque culturas diferem, às vezes radicalmente, umas das outras em seus códigos – a forma com que elas retalham, classificam e atribuem sentido ao mundo (Hall, 2016, p. 108).

Hall (2016, pp. 19-20) explica, ainda, que o conceito de cultura é complexo e que há diversos modos de especificá-lo. Ao utilizar o termo cultura, ele o faz de forma mais específica afirmando que [...] a cultura não é tanto um conjunto de coisas [...], mas sim um conjunto de práticas.

Ainda nas palavras do autor:

[...] a cultura é definida como um processo original e igualmente constitutivo, tão fundamental quanto a base econômica ou material para a configuração de sujeitos sociais e acontecimentos históricos – e não uma mera reflexão sobre a realidade depois do acontecimento (Hall, 2016, p. 25-26).

Na visão de Hall (2016, p. 109), [...] *a cultura é um processo, uma prática* [...]. Portanto, a cultura diz respeito a significados compartilhados, que só podem ser intercambiados por meio da linguagem, a qual opera como um sistema representacional capaz de construir uma cultura de compartilhamento de significados, em que os participantes interpretam o mundo de modo semelhante. Desse modo, a relação existente entre representação e cultura se dá por meio do sentido, construído pelo sistema de representação de modo que, ao pensar a cultura, é importante concebê-la como um sistema de linguagem compartilhada, que direciona as relações de tradução entre eles. Nas palavras de Hall (2016, p.18), *a representação pela linguagem é, portanto, essencial aos processos pelos quais os significados são produzidos* [...].

Nessa perspectiva, o sentido é constantemente elaborado e compartilhado em cada interação pessoal e social da qual fazemos parte. É o campo mais privilegiado da cultura e do significado, pois é criado sempre que nos expressamos por meio de “objetos culturais”, ou seja, sempre que os integramos de modos diversos nas práticas cotidianas dando-lhes valor e significado (Hall, 2016). Temos que considerar, também, que a elaboração e a circulação de significados ocorrem por meio da cultura e da linguagem. Daí a importância do sentido para a compreensão da cultura, pois nas práticas culturais são os sujeitos de uma cultura (em nosso trabalho, os tupiniquins), que impõem sentido a indivíduos, objetos e acontecimentos.

Por último, sem entrar em pormenores, ressaltamos o pensamento de Hall (2016) sobre a noção de estereotipagem. O autor nomeia as práticas da representação de estereótipos e sublinha que eles estão inseridos e fixados na cultura e na sociedade como algo natural. Para Hall (2016, p.191), *a estereotipagem reduz, naturaliza e fixa a diferença*, além de tender a ocorrer onde existem maiores desigualdades de poder. Portanto, as reflexões do autor colaboram para ampliação do nosso estudo sobre as práticas discursivas tupiniquins. Enfim, todos

os aspectos destacados até aqui contribuem para a compreensão da formação cultural e histórica do povo tupiniquim, bem como no entendimento do sentido do que hoje os tupiniquins imprimem a suas práticas discursivas.

Pressupostos teórico-metodológicos da Análise do Discurso

Selecionamos a AD como abordagem teórico-metodológica por se apresentar como um poderoso dispositivo analítico, favorecendo a compreensão do discurso produzido por indígenas, sob diversos aspectos. De caráter interdisciplinar, a AD tem se mostrado eficiente para revelar as inúmeras possibilidades dos planos da discursividade. Graças às formulações que Maingueneau elaborou para o campo da AD, foi possível avançar, ao considerar a especificidade do discurso em suas múltiplas dimensões, sem que uma dimensão seja mais preponderante que a outra.

Da AD, elegemos, para nosso estudo, as seguintes categorias: primado do interdiscurso, cenas da enunciação (em especial, a cenografia), semântica global e *ethos* discursivo, as quais se mostram produtivas na análise que realizamos. Maingueneau concebe que o discurso não pode ser um sistema fechado, tendo em vista que ele se torna um espaço de trocas enunciativas, ou seja, um espaço em que a história pode e deve se inscrever ao manter relações com outro. Ele postula que

o interdiscurso tem precedência sobre o discurso. Isso significa propor que a unidade de análise pertinente não é o discurso, mas um espaço de trocas entre vários discursos convenientemente escolhidos (Maingueneau, 2005, p. 21).

Para melhor compreender o primado do interdiscurso, Maingueneau o define por meio de uma tríade, a saber: universo discursivo, campo discursivo e espaço discursivo. Assim, o autor nomeia:

[...] de 'universo discursivo' ao conjunto de formações discursivas de todos os tipos que interagem numa conjuntura dada. Este universo discursivo constitui necessariamente um conjunto finito, mesmo que não possa ser apreendido em sua globalidade. É de pouca utilidade para o analista e define apenas uma extensão máxima, o horizonte a partir do qual serão construídos domínios suscetíveis de ser estudados, os 'campos discursivos'. Por este último, é preciso entender um conjunto de formações discursivas que se encontram em concorrência, delimitam-se reciprocamente em uma região determinada do universo discursivo. [...] É no interior do campo discurso que se constitui um discurso e fazemos hipótese de que essa constituição pode deixar-se descrever em termos de operações regulares sobre formações discursivas já existentes. [...] É-se então conduzido a isolar, no campo, espaços discursivos, isto é, subconjuntos de formações discursivas que o analista julga relevante para seu propósito colocar em relação (Maingueneau, 2005, p. 35-37).

Maingueneau (2005) reforça que as concepções de campo e espaço discursivos corroboram para estabelecer zonas de regularidade semântica, as quais especificam a interdiscursividade a partir de condições históricas delimitadas. Toma, portanto, o primado do interdiscurso com um dos principais planos constitutivos da discursividade. Para isto, propõe a ampliação da interdiscursividade em que todos os planos da discursividade estão integrados de uma vez, tanto na ordem do enunciado como na da enunciação. Formula, assim, a noção de semântica global para uma melhor análise da materialidade

linguística. O autor esclarece, ainda, que não há um lugar privilegiado de constituição de sentidos e que há um sistema de restrições semânticas que visa a determinar um filtro fixador dos critérios, que tornam determinado discurso pertencente a determinado posicionamento⁵. Para tanto, em cada discurso é possível identificar um conjunto de regras, que especifica modos de dizer por meio de indícios que a materialidade do discurso permite observar.

Em seguida, apresentamos as dimensões da semântica global, propostas por Maingueneau (2005). Na compreensão da semântica global temos, como primeira dimensão, a *intertextualidade*. Maingueneau (2005, p. 82) subdivide esta dimensão em: intertextualidade interna, em que ocorre o trabalho da memória discursiva no interior de determinado campo e intertextualidade externa, em que certos discursos conservam uma relação com outros campos, possíveis de serem citáveis ou não por meio da coerção semântica. Essa noção é legitimada graças à competência (inter)discursiva, compreendida como capacidade, que possibilita aos sujeitos identificar enunciados não compatíveis com o sistema de restrições de um determinado posicionamento (Maingueneau, 2005).

O vocabulário é outra dimensão da semântica global (doravante código linguageiro). Isso nos leva a compreender que não se pode estabelecer um léxico para um certo discurso, pois há sentidos diferentes atribuídos a um mesmo item lexical por diferentes discursos. E, em razão da enunciação discursiva, o enunciador e o co-enunciador passam a compartilhar o mesmo código linguageiro. A terceira dimensão discursiva apresentada é o tema. Alerta-nos Maingueneau (2005) que o que importa é como o tema se desdobra e recai sobre todos os pontos do discurso. Portanto, não é a hierarquia de temas que

5 Posicionamento será concebido como “um lugar de produção discursiva bem específico” que engloba as “operações pelas quais a identidade discursiva se instaura e se conserva num campo discursivo” (Charaudeau & Maingueneau, 2008, p. 392).

interessa ao analista, mas como o trabalho semântico é conferido ao discurso por meio do sistema de restrições globais. Esclarece o autor que por estarem os temas diluídos em múltiplos outros discursos, não há como serem considerados originais.

Maingueneau desdobra a noção de tema em dois tipos: específicos: temas próprios de um discurso e impostos: temas obrigados a integrar determinados temas. Este último é subdividido em compatível, pertencente às coerções semânticas do próprio discurso e incompatível, aquele que necessita ser incorporado, mesmo não sendo compatível com as coerções semânticas. A quarta dimensão é a noção de estatuto de enunciador e de co-enunciador. Para legitimar os dizeres, cada discurso é responsável por definir um estatuto que o enunciador deve conferir-se e o estatuto que ele atribui a seu co-enunciador. Entendemos que o ato interpretativo se dá por meio de um ato de co-operação entre os enunciadores, para tornar inteligível a materialidade linguística, ou seja, para além de uma decifração de signos o que, por vezes, depende das correspondências entre múltiplos discursos (competência (inter)discursiva).

Temos também a dimensão da dêixis espaço-temporal, entendida como localizações no espaço e no tempo que um ato de enunciação apresenta em razão dos elementos dêiticos e indiciais, que define a instância de enunciação, válida e restringe a cena e a cronologia que o discurso constrói para autorizar sua enunciação, de acordo com as coerções semânticas e em concordância com seu próprio universo. Outro importante plano constitutivo da discursividade é o modo de coesão. Cada posicionamento possui uma maneira de construir os próprios discursos, ou seja, a própria construção textual (parágrafos, capítulos, argumentos, temas, entre outros) estão tecidos em uma semântica global (Maingueneau, 2005).

Apresentamos, por fim, o modo de enunciação. Maingueneau (2005) esclarece que, em todo discurso, há uma forma de dizer ou

vocalidade específica, que se desenha por meio de um tom enunciativo ou uma multiplicidade de tons que dá autoridade ao que é dito. É essa maneira de dizer que se torna responsável pela constituição do *ethos discursivo*. O *ethos discursivo é concebido como “uma voz” e, além disso, um corpo enunciante, historicamente especificado e inscrito em uma situação que sua enunciação ao mesmo tempo pressupõe e valida progressivamente* (Maingueneau, 2005, p. 70). É por esta razão que o *ethos discursivo* só pode ser apreendido na cena de enunciação. A construção do *ethos*, ligado à cena enunciativa, está relacionada às interações construídas dentro da instância enunciativa, no momento em que o enunciador toma a palavra e dá-se a conhecer a si e a seu co-enunciador. É o *ethos* que insere o fiador (uma instância subjetiva corporificada, que afiança o que é dito) em um mundo ético⁶ do qual ele é parte e ao qual ele dá acesso (Maingueneau, 2008).

Na enunciação, o co-enunciador se apropria do *ethos* por meio da incorporação, a qual opera em três aspectos indissociáveis:

[...] a enunciação leva o co-enunciador a conferir um ethos ao seu fiador, ela lhe dá corpo; o co-enunciador incorpora, assimila, desse modo, um conjunto de esquemas que definem para um dado sujeito, pela maneira de controlar seu corpo, de habitá-lo, uma forma específica de se inscrever no mundo; essas duas primeiras incorporações permitem a constituição de um corpo, o da comunidade imaginária dos que comungam na adesão de um mesmo discurso (Maingueneau, 2006a, p. 99).

Maingueneau (2008) destaca que o *ethos* está relacionado a situações, a lugares, a um mundo ético e a estereótipos (representações

6 É ativado por meio de leituras e admite certo número de situações estereotípicas relacionadas a comportamentos peculiares. Exemplo: o mundo ético das celebridades.

sociais avaliadas positiva ou negativamente na coletividade e associadas a comportamentos). São as representações coletivas, as quais instituem parcialmente a apresentação de si e sua eficácia em certa cultura, que são responsáveis por ativar mundos éticos relacionados aos modos de dizer. Desse modo, a noção de *ethos* é integrada à semântica global por Maingueneau (2005), como uma das dimensões do discurso. Maingueneau (2005) postula, ainda, que os efeitos de sentido de um discurso vão sendo constituídos graças à dinamicidade discursiva, em especial, por meio dos signos significados na construção da enunciação. Para ele, todo discurso provém de uma cena de enunciação, considerada a base para que o discurso possa ser enunciado.

Vamos agora centrar nossa reflexão nos conceitos de cena de enunciação (em especial, a cenografia). É na relação entre o social e o textual do discurso que as atividades discursivas vão se constituindo. A cena de enunciação requer um determinado gênero de discurso que, por sua vez, impõe ao co-enunciador determinado modo de inscrição no espaço e no tempo, um modo de enunciação, um suporte material, uma finalidade (Maingueneau, 2006).

Nas palavras de Charaudeau & Maingueneau (2008, p. 95):

[...] ao falar de 'cena de enunciação' acentua-se o fato de que a enunciação acontece em um espaço instituído, definido pelo gênero de discurso, mas também sobre a dimensão construtiva do discurso, que se 'coloca em cena', instaura seu próprio espaço de enunciação.

Maingueneau (2005), propõe três dimensões para compreensão da cena da enunciação, a saber: cena englobante: corresponde ao tipo de discurso (político, científico, filosófico, jurídico etc.) além de definir o estatuto dos parceiros; cena genérica: diz respeito ao gênero do

discurso que determina um espaço socialmente instituído e instaura um espaço de enunciação. As duas cenas supracitadas organizam o quadro cênico do discurso: o espaço do tipo e do gênero de discurso; a cenografia: define a cena de onde a fala surge, mostrando que ela é necessariamente a exigida para enunciar como se convém. É a cenografia que torna possível a cena genérica, considerando sempre a cena englobante.

Maingueneau (2006, p. 114) assevera que:

[...] a cenografia não deve ser um simples quadro, um elemento de decoração, como se o discurso viesse ocupar o interior de um espaço já construído e independente desse discurso: a enunciação, ao se desenvolver, esforça-se por instituir progressivamente seu próprio dispositivo de fala. Ela implica, desse modo, um processo de ‘enlaçamento paradoxal’. Desde a sua emergência, a palavra supõe uma certa situação de enunciação, a qual, com efeito é validada progressivamente por meio dessa mesma enunciação. Por isso, a cenografia é, ao mesmo tempo, origem e produto do discurso [...].

A adoção da cenografia possibilita confirmar o estatuto dos parceiros e o quadro espaço-temporal, a partir dos quais a enunciação se desenvolve.

Por fim, todas as dimensões da semântica global quebram com a concepção de uma significação fixada nos signos, dado que não há mais lugar para a “oposição entre ‘superfície’ e profundez” (Maingueneau, 2005, p. 23).

A constituição dos efeitos de sentido no discurso “O índio na cidade”⁷

Conforme explicitamos, selecionamos para análise o discurso “O índio na cidade” produzido por tupiniquins da aldeia Pau-Brasil. Aplicamos as seguintes categorias de análise: o interdiscurso, as dimensões da semântica global, as cenas de enunciação (ênfatizando a cenografia) e o *ethos* discursivo, apoiados em Maingueneau (2005, 2006 e 2008). E, em aliança com as categorias acima, adotamos como dispositivos complementares as considerações de Hall (2016) sobre cultura e representação.

Antes de nos debruçarmos na análise, trazemos brevemente um olhar sobre a história da aldeia tupiniquim Pau-Brasil. Localizada a aproximadamente 23 quilômetros da sede da cidade de Aracruz – ES, esse território é bastante antigo e populoso, sendo uma das poucas aldeias, que conseguiu sobreviver às adversidades que lhe foram impostas, em especial a ocupação de seu espaço. Ao longo do tempo, Pau-Brasil recebeu famílias indígenas de diferentes áreas, figurando, desde os anos de 1960, como um *locus* de resistência contra o avanço da monocultura de eucaliptos sobre seu território e sua memória. É, até hoje, fortemente marcada pela luta e pelo direito à posse de suas terras (Recla, 2014).

O índio na cidade

No meio de uma vasta mata verdejante, havia uma aldeia, onde morava um homem que se chamava João, que cresceu com os saberes indígenas passados

7 O discurso “O índio na cidade”, bem com a análise estão contemplados na nossa tese intitulada “A semântica global em práticas discursivas indígenas” (Recla, 2014, p. 273-277).

pelos seus pais e avós. Por ser possuidor de grandes saberes, ele passou a ser muito respeitado pela sua família.

João gostava de cuidar, proteger e ensinar os costumes indígenas para os curumins. Em seus ensinamentos sempre dizia:

— Temos que preservar o nosso costume da caça, da pesca, da dança, do artesanato e contar histórias.

A aldeia não aceitava muito o trabalho de João, por considerá-lo um jovem sonhador e por acreditar mais nos velhos benzedores da aldeia.

João se sentiu muito constrangido e desprezado pelo seu povo, então resolveu encontrar uma solução para resolver tal situação.

Ele pensou por vários dias, até que decidiu sair da aldeia e enfrentar uma nova vida na cidade.

Chegando na cidade, João se deslumbrou com tanta beleza que havia lá. Ele conviveu por muito tempo com as pessoas que tinham costumes diferentes do seu, os costumes dos não-índios.

Durante esse tempo João foi conhecendo a verdadeira realidade da vida na cidade, sentindo na alma o preconceito. As pessoas daquela cidade consideravam o índio simplesmente como bugre. Foi assim que João percebeu que os não-índios eram preconceituosos e principalmente egoístas. Não agüentando mais com tanto desprezo, João resolveu voltar para a aldeia, de onde nunca deveria ter saído.

Na viagem de volta para a aldeia, João disse com desprezo às pessoas daquela cidade:

— Vocês não passam de invasores.

O índio voltou para a aldeia cheio de orgulho de ser índio da nação Tupinikim.

Contada por alunos jovens e adultos do educador Valdemir

Revisada por educadores indígenas da aldeia Pau-Brasil

A seguir, procedemos à análise.

Recorte A

No meio de uma vasta mata verdejante, havia uma aldeia, onde morava um homem que se chamava João, que cresceu com os saberes indígenas passados pelos seus pais e avós. Por ser possuidor de grandes saberes, ele passou a ser muito respeitado pela sua família.

João gostava de cuidar, proteger e ensinar os costumes indígenas para os curumins. Em seus ensinamentos sempre dizia:

— Temos que preservar o nosso costume da caça, da pesca, da dança, do artesanato e contar histórias.

A aldeia não aceitava muito o trabalho de João, por considerá-lo um jovem sonhador e por acreditar mais nos velhos benzedores da aldeia.

João se sentiu muito constrangido e desprezado pelo seu povo, então resolveu encontrar uma solução para resolver tal situação.

Ele pensou por vários dias, até que decidiu sair da aldeia e enfrentar uma nova vida na cidade.

Chegando na cidade, João se deslumbrou com tanta beleza que havia lá. Ele conviveu por muito tempo com as pessoas que tinham costumes diferentes do seu, os costumes dos não-indios.

Com base nos enunciados, desse primeiro recorte, o enunciador, em terceira pessoa, comporta-se como um observador e insere-se na cena, descrevendo a vida de um jovem da aldeia, retratando o próprio indígena, suas preferências, atividades principais, além da preocupação com a preservação dos costumes indígenas. Verificamos que o estatuto do enunciador passa a ser associado ao do tupiniquim. A cenografia que legitima a enunciação, delimita a cena e, ao mesmo tempo, apoia-se em uma cena validada para a população indígena de Pau-Brasil: a saída de muitos indígenas para a cidade em busca de “uma nova vida”.

O espaço discursivo é desvelado pela cenografia, apresentando um indígena marcado pela tradição indígena. Com um tom discursivo preocupado com a cultura indígena, e, ao mesmo tempo, consciente dos valores indígenas, desvela-se um *ethos* discursivo, que marca a identidade do indígena e que pode ser afiançado por seus pares e compartilhado com seu co-enunciador. Ainda, no primeiro recorte, a escolha do nome João, de origem europeia, já desvela o apagamento da identidade do indígena tupiniquim. É nítido, neste plano discursivo, o interdiscurso literário, o que pode ser afiançado no enunciado: *No meio de uma vasta mata verdejante, havia uma aldeia, onde morava um homem que se chamava João.*

Hall (2016, p. 23) afirma que *em qualquer troca significativa, os participantes também devem ser capazes de utilizar o mesmo código linguístico – eles devem, em um sentido amplo, falar a mesma língua.* Desse modo, ao analisarmos esse recorte, notamos que o estatuto do enunciadora marca seu posicionamento por meio das escolhas de um código linguageiro ligado ao mundo ético indígena, como atestamos em: *mata, aldeia, saberes indígenas, costumes indígenas, curumins, caça, pesca, artesanato e benzedores*, o que afiança o que é dito e causa enlaçamento entre os parceiros.

Vejamos o recorte a seguir, em que verificamos a presença do discurso de preservação da cultura indígena na voz do enunciador inscrito em um tempo e em um espaço:

João gostava de cuidar, proteger e ensinar os costumes indígenas para os curumins. Em seus ensinamentos sempre dizia:

— Temos que preservar o nosso costume da caça, da pesca, da dança, do artesanato e contar histórias.

Notamos que a imagem positiva do tupiniquim é construída pelo estatuto do enunciador, apresentando-o como um jovem tupiniquim sonhador, possuidor de grandes saberes, bem como defensor e guardião dos costumes da aldeia. É graças à construção da imagem do jo-

vem indígena que ocorre o engendramento da cenografia, e, simultaneamente, a construção do tema, de forma motivar a reflexão sobre a identidade indígena. O desvelamento do tema faz com que se instale discursos que se polemizam, causam embate discursivo, ou seja, dois espaços em contraposição polêmica, colocando-se situações como: a vida na aldeia e a vida na cidade. Sublinhamos a presença do discurso da aculturação e o do indígena, já no próprio título, além da construção de uma dupla cenografia: uma da aldeia e outra da cidade, construída pelo enunciador.

É, portanto, o estatuto do enunciador que dá voz ao discurso e, ao mesmo tempo, conduz o co-enunciador para a cenografia, criando os efeitos de sentido que vão sendo negociados ao longo do discurso. Portanto, a voz enunciativa desvela um *ethos* afiançado pela coletividade. A marca de pessoa *nós* enlaça o grupo indígena no discurso e leva-os também a assumir o lugar de tupiniquim, atestado em: *Temos que preservar o nosso costume da caça, da pesca, da dança, do artesanato e contar histórias.*

Vejamos outro recorte:

A aldeia não aceitava muito o trabalho de João, por considerá-lo um jovem sonhador e por acreditar mais nos velhos benzedores da aldeia.

João se sentiu muito constrangido e desprezado pelo seu povo, então resolveu encontrar uma solução para resolver tal situação.

Nesse recorte, a voz enunciativa desvela um *ethos* de alguém em conflito com seu grupo social, pois revela a reação de João diante do seu próprio povo, o que permite construir uma imagem diferente da encontrada no início do discurso.

Os modos de enunciação manifestam uma cenografia que se alterna: a princípio, temos a construção da cena, que remete a vivência de um jovem preocupado com a preservação dos costumes indígenas de seu povo, e, paulatinamente, vai sendo tecida outra cena, que re-

mete à decisão do indígena tupiniquim de deixar a aldeia para viver a cultura do “não-índio”, como atesta o enunciado: *Ele pensou por vários dias, até que decidiu sair da aldeia e enfrentar uma nova vida na cidade.*

A cenografia da partida da aldeia compõe uma representação da etnia indígena envolta em um processo de colonização. Nesse sentido, o indígena tupiniquim é apresentado como aquele que se vê obrigado a deixar as crenças e a cultura do próprio povo. Essas cenas estão validadas na memória coletiva da comunidade tupiniquim, em que muitos membros da aldeia, em razão das inúmeras adversidades, necessitaram migrar para a cidade. Apoiados em Maingueneau (2005), podemos afirmar que esse discurso não se apresenta com sentido estável ou fechado nele mesmo; é construído na interlocução entre enunciator e co-enunciador.

No recorte, *chegando na cidade, João se deslumbrou com tanta beleza que havia lá. Ele conviveu por muito tempo com as pessoas que tinham costumes diferentes do seu, os costumes dos não-índios*, o enunciador cria a cenografia de chegada à cidade, em que materializa a imagem de um indígena deslumbrado e encantado pelos costumes de outro povo. O recorte traz à tona o interdiscurso da aculturação.

Ao escolher o código linguageiro “não-índios” para nomear as pessoas da cidade, o enunciador indica o lugar legítimo de onde fala. Essa escolha contribui para a construção de um estereótipo negativo em relação às pessoas da cidade e assinala a diferença entre o povo da cidade e o da aldeia.

Recorte B

Durante esse tempo João foi conhecendo a verdadeira realidade da vida na cidade, sentindo na alma o preconceito. As pessoas daquela cidade consideravam o índio simplesmente como bugre. Foi assim que João percebeu que os não-índios eram preconceituosos e principalmente egoístas. Não agüentando mais com tanto desprezo, João resolveu voltar para a aldeia, de onde nunca deveria ter saído.

Na viagem de volta para a aldeia, João disse com desprezo às pessoas daquela cidade:

— Vocês não passam de invasores.

O índio voltou para a aldeia cheio de orgulho de ser índio da nação Tupinikim.

Nesse recorte, o enunciador desvela por meio da escolha do código linguageiro *bugre*, denominação pejorativa e preconceituosa dada a indígenas, por serem considerados não cristãos pelos europeus; pessoas que tinham costumes diferentes do indígena eram preconceituosas. Temos, assim, a presença do interdiscurso da colonização, do aculturamento, uma vez que a escolha código linguageiro *bugre* aqui remete aos que não eram cristãos.

No enunciado *O índio voltou para a aldeia cheio de orgulho de ser índio da nação Tupinikim* na cenografia da volta à aldeia e guardadas as devidas proporções, assemelha-se à presença do interdiscurso do retorno do filho pródigo, conforme verificamos no discurso bíblico. Assim, a maneira de falar do enunciador associa o co-enunciador ao mundo ético do sujeito indígena e passa a espelhar a imagem de um tupiniquim fiel, orgulhoso do costume de seu povo. Já no enunciado *Vocês não passam de invasores*, constatamos a presença do discurso da colonização, mobilizado pela competência interdiscursiva. O *ethos* que emerge no espaço discursivo incorpora as coerções dos discursos do colonizador, da preservação da cultura indígena, entre outros, já citados. Assim, os efeitos de sentido também são confirmados no/pelo desvelamento do *ethos* discursivo no interior do discurso.

Nesse último recorte, o fiador apresenta um tom de defesa da identidade indígena e, ao mesmo tempo, o de indignação quanto aos estereótipos referentes ao tupiniquim, atestados nos enunciados: *As pessoas daquela cidade consideravam o índio simplesmente como bugre. Foi assim que João percebeu que os não-índios eram preconceituosos e principalmente egoístas.*

Temos, nesse recorte B, destacados os estereótipos negativos do tupiniquim, em oposição às qualidades inicialmente apresentadas. Ocorre, assim, a revelação da identidade dos “não-índios”, os quais aparentavam ter respeito para com os povos indígenas quando, na verdade, os discriminavam. É importante considerar, ainda, que os estereótipos se apoiam em representações simplificadas/redutoras, exacerbadas, e, até mesmo, essenciais dos tupiniquins, que podem ou não ser confirmados pelo processo discursivo.

Quanto ao modo de coesão, a simplicidade e o detalhe da descrição revelam a habilidade do enunciador em construir um discurso, cujas restrições semânticas revelam as especificidades do discurso indígena. O encadeamento que é dado ao discurso, principalmente quanto à construção do tema, desvela um modo de coesão específico, atravessado por diversos discursos.

Esse discurso mostra uma maneira própria de construir seu tema, em que notamos a ocorrência de um tempo e espaço reduzidos, pouca extensão, poucos personagens, ação simples, que transcorre de forma mais ou menos linear, uso de linguagem simples e direta, a qual não se utiliza de muitas figuras de linguagem. Ocorre, ainda, pouco envolvimento de personagem e os que existem movimentam-se em torno de uma única ação. Todos esses aspectos contribuem para a construção do tema.

Para a organização desse discurso, recupera-se a memória discursiva tupiniquim, visto que esse tema com o qual os indígenas da aldeia podem se identificar, com as devidas ressalvas, é muito comum

entre populações indígenas: a saída da aldeia. Temos, assim, uma intertextualidade interna ao discurso, que aponta para o cuidado que os tupiniquins têm em relação à preservação da cultura, ao resgate da própria história. Do mesmo modo, a intertextualidade externa é mobilizada pela competência interdiscursiva.

Nos recortes A e B, são retomados interdiscursos, que acenam para os elementos fundamentais da cultura indígena, entre eles, as modificações de vida em razão do processo de acultramento, a identidade indígena, a afirmação da identidade cultural, a recuperação e preservação da cultura e o valor do território (a aldeia). Portanto, as relações interdiscursivas colaboram para a constituição desse discurso e garantem a construção do tema.

Sem dúvida, a análise dessa prática discursiva remete-nos às interferências culturais, históricas e sociais a que os tupiniquins são submetidos. É, portanto, uma esfera discursiva significativa pois, por meio dela, são representados os pensamentos, as experiências, os sentimentos, as declarações e pronunciamentos, os costumes, as tradições tupiniquins, enfim, a própria mundividência que circula e identifica esse grupo, no cotidiano.

Considerações finais

Nossa análise se fundamentou nos pressupostos da AD, tendo como referencial primeiro o dispositivo enunciativo-discursivo proposto por Maingueneau (2005, 2006 e 2008), em especial, o princípio da semântica global, base para a análise do *corpus* escolhido. Adotamos também como dispositivos complementares as contribuições de Hall (2016) sobre cultura e representação, a fim de compreender como a cultura opera nos discursos produzidos por indígenas tupiniquins. Buscamos depreender as múltiplas dimensões que o discurso produ-

zido por indígenas apresenta, a fim de explicitar com mais precisão o funcionamento dessa prática discursiva e os efeitos de sentido que dela emergem. Ao adotarmos a abordagem teórico-metodológica da AD, confirmamos que o caráter interdisciplinar, que lhe é próprio, permitiu-nos tomar o *corpus* como um lugar-social de representação e legitimação dos aspectos culturais, da linguagem, dos costumes e da organização social, incorporados à vivência do povo tupiniquim.

Ao considerar em nosso percurso de análise, as condições sócio-históricas e culturais, bem como a identificação do quadro temático, do intertextual e do cenográfico, além do sistema de restrições semânticas, constatamos que foram essenciais à compreensão do discurso. Os efeitos de sentido presentes no *corpus* examinado, além de atestar as peculiaridades desse espaço discursivo, revela a riqueza dessa materialidade linguística. Identificamos, que o discurso *Índio na cidade* se constrói com base em estereótipos para retratar o indígena, com representações já fixadas na cultura e na sociedade brancas como algo natural (Hall, 2016). Isso desvela que a representação dos aspectos históricos, sociais e culturais do indígena, no espaço discursivo, está vinculada à circulação de estereótipos, que circulam socialmente, os quais influenciam na formação da imagem do enunciador a depender dos efeitos de sentido negociados no discurso.

Resta-nos dizer que o espaço discursivo indígena é constituído por outros discursos, embora uns mais evidentes, outros menos, o que nos possibilitou compreender que há nele uma infinidade de relações interdiscursivas. Por isso, a necessidade de relacionar o discurso indígena a outros discursos e às condições de produção sócio-históricas, uma vez que ele tem a sua forma particular de tratar essa multiplicidade de relações interdiscursivas.

Portanto, ao tomarmos a prática discursiva tupiniquim em suas múltiplas dimensões, partindo do princípio da semântica global, em que se estrutura a discursividade indígena, confirmamos o aprofun-

damento dos limites da discursividade, em que o sistema de restrições semânticas instala os princípios, que tornam o discurso indígena pertencente a um certo posicionamento. Por esta razão, o enunciador, o co-enunciador, as cenas validadas, a escolha do código linguageiro, o tema, o modo de coesão e coerência vão possibilitando efeitos de sentido provenientes de uma integração do plano discursivo que, por sua vez, revelam o *ethos* discursivo. O discurso analisado é um espaço revelador de componentes significativos das condições histórico-sociais tupiniquim e de interação social em que circulam e se constroem representações sociais e culturais do tupiniquim, essenciais à sua preservação cultural.

Referências

- CHARAUDEAU, Patrick & MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de Análise do Discurso*. 2. ed. Tradução de Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2008.
- COTA. *Fragmentos da história dos Tupinikim*. 57 f. 2004. Mimeografado.
- EDUCADORES TUPINIKIM & GUARANI; MUGRABI, Edivanda (Org.). *Os tupinikim e guarani contam...* 2. ed. Vitória: Departamento de Imprensa Oficial do Espírito Santo, 2005.
- HALL, Stuart. *Cultura e Representação*. Tradução: William Oliveira e Daniel Miranda. Rio de Janeiro: PUC -Rio: Apicuri, 2016.
- HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. Tradução de Cecília P. de Souza-e-Silva & Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2004.

MAINGUENEAU, Dominique. *Gênese dos discursos*. Curitiba: Criar, 2005.

MAINGUENEAU, Dominique. *Cenas da enunciação*. Tradução Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva; Néilson P. da Costa e Sírío Possenti. Curitiba: Criar, 2006.

MAINGUENEAU, Dominique. A propósito do *ethos*. Tradução de Luciana Salgado. In: MOTTA, Ana Raquel & SALGADO, Luciana (Orgs.). *Ethos discursivo*. São Paulo: Contexto, 2008.

RECLA, Adriana. *A semântica global em práticas discursivas indígenas*. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

TEAO, Kalna Mareto & LOUREIRO, Klítia. *História dos índios do Espírito Santo*. Vitória: Editora do Autor, 2009.

Sobre os autores

Adriana Recla

Doutora e mestre em Língua Portuguesa pela PUC-SP. É professora e pesquisadora das Faculdades Integradas de Aracruz-FAACZ-ES. Tem se dedicado aos estudos da Análise do Discurso de linha francesa. Participou da coletânea editorial CAELE (Coletânea Acadêmica de Estudos em Letras e Educação) e tem artigos publicados em sua área de interesse.

Ariel Sessa

Doutor em Linguística e mestre em Letras pela Universidade Federal do Espírito Santo; especialista em Gestão Educacional pelo ISECUB e Licenciatura em Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Espírito Santo. É pesquisador do Grupo de Estudos sobre o Discurso da Mídia (Gedim) e membro da Associação Latino-americana de Estudos do Discurso (Aled). Desenvolve pesquisas relacionadas ao discurso sobre gêneros sociais, por meio da abordagem sociocognitiva de van Dijk.

Jarbas Vargas Nascimento

Doutor em Letras (Semiótica e Linguística Geral) pela USP; mestre em Língua Portuguesa pela PUC-SP; fez estágio pós-doutoral na UNESP – Campus Assis; é professor titular do Departamento de Ci-

ências da Linguagem e do Programa de Pós-Graduação em Língua Portuguesa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP); dedica-se ao magistério superior na graduação, na extensão e na pós-graduação *Lato e Stricto Sensu*, desenvolvendo pesquisas na área de Letras e Literatura, com ênfase em História e Descrição do Português, questões étnico-raciais e à Análise do Discurso numa perspectiva enunciativo-discursiva.

Lucimar Regina Santana Rodrigues

Doutora em Letras (USP-SP). Mestre em Letras (USP-SP). Graduada em Licenciatura em Letras (Universidade São Marcos). Atua no Grupo de Pesquisa NEAC (Núcleo de Estudos em Análise Crítica do Discurso), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da FFLCH-USP. É Professora da Faculdade Flamingo (FAFLA). Tem se dedicado a pesquisar sobre análise crítica do discurso e multimodalidade. É autora de artigos em revistas científicas e capítulos de livros sobre análise do discurso, gêneros discursivos, teorias do texto.

Maria Lúcia da Cunha Victório de Oliveira Andrade

É professora de Língua Portuguesa na FFLCH-USP. Fez mestrado em Língua Portuguesa na PUC-SP. Doutorou-se em Semiótica e Linguística Geral, pela FFLCH-USP. Fez estudos de pós-doutorado na área de Análise Crítica do Discurso, na Universitat Pompeu Fabra, Barcelona (Espanha), sob a supervisão do professor Teun A. Van Dijk, com bolsa FAPESP e sob supervisão da professora Montserrat Ribas-Bisbal. É autora de livros, capítulos de livros e artigos em revistas científicas nas áreas de Linguística Textual, Análise da Conversação, Ensino de Língua Portuguesa e Estudos Críticos do Discurso. É líder do NEAC/CNPq/USP (Núcleo de Estudos em Análise Crítica do Discurso) e membro do GT da ANPOLL de Linguística de Texto e Análise da Conversação. Participa do Projeto NURC-SP. Foi pesquisadora auxiliar no “Projeto da Gramática do Português Falado

no Brasil” de que resultou a *Gramática do Português Culto Falado no Brasil*. Atualmente, coordena o grupo NEAC: Núcleo de Estudos em Análise Crítica do Discurso, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da USP.

Micheline Mattedi Tomazi

Doutora em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal Fluminense (UFF), com Mestrado e Especialização em Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG); realizou estágio pós-doutoral na Universidad Pompeu Fabra, sob a supervisão do professor Teun Van Dijk. É professora associada do Departamento de Línguas e Letras da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e docente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL) da mesma instituição; é membro do GT em Linguística Textual e Análise da Conversação da Anpoll, membro da Associação de Linguagem e Direito (Alidi) e da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso (Aled); é líder do Grupo de Estudos sobre Discurso da Mídia (Gedim); dedica-se à área de Linguística, com pesquisas voltadas à orientação sociocognitiva da Análise Crítica do Discurso. Suas produções envolvem os seguintes temas: violência doméstica contra mulheres, feminicídio, discurso jurídico sobre violência contra mulheres, violência de gênero.

Paula Pinho Dias

Doutora e Mestre em Língua Portuguesa pela PUC-SP. Professora titular no Instituto Tecnológico de Barueri ITB-FIEB/SP; professora colaboradora do Instituto Nacional de Estudo e Pesquisa Anísio Teixeira (INEP); Professora mediadora em cursos de formação continuada para Professores da Rede Pública de Ensino do Estado de São Paulo; Professora avaliadora de redação CEBRASPE e VUNESP Tem experiência no Ensino de Língua Portuguesa, com ênfase em leitura e escrita sob a perspectiva cognitiva e sociointercultural do estudo do discurso; no ensino de Literatura Portuguesa e Literatura Brasileira;

Desenvolve pesquisas relacionadas ao discurso sob a perspectiva cognitiva e sociointercultural.

Ramon Silva Chaves

Pós-doutor, doutor e mestre em Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP); fez estágio-sanduíche na Universidade do Porto, em Portugal. Desenvolve pesquisas sobre questões étnico-raciais, sexualidade e masculinidade, integrando os campos da Análise do Discurso de linha francesa e a Psicanálise. É membro do Grupo de Pesquisa Discurso e Cultura da PUC-SP e do Grupo de Estudo Discurso e Ensino da Universidade Federal de Goiás (UFG). Suas investigações concentram-se em Linguística, Literatura e Psicanálise, com ênfase na Análise do Discurso sob uma perspectiva enunciativo-discursiva. Atualmente, está em formação no Corpo Freudiano Escola de Psicanálise e leciona Língua Portuguesa e Literatura na rede privada de ensino.

Ricardo Celestino

Doutor e mestre em Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. É Professor do Programa de Pós-graduação em Literatura e Crítica Literária da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Autor dos romances *Até que a brisa da manhã necrose teu sistema* (Clube de Autores, 2021) e *Banho de Sol* (Patuá, 2022) e do livro de contos *O vazio e sei lá o que mais...* (Selo Necrose, 2024). Tem se dedicado a pesquisar os modos de enunciação do insólito na Literatura, em diálogo com a Análise do Discurso de linha francesa e a Psicanálise.